UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROLING – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JULIENE PAIVA DE ARAÚJO OSIAS

UM ESTUDO DISCURSIVO EM MANCHETES NECROLÓGICAS NO JORNAL A UNIÃO

JOÃO PESSOA – PB

2014

JULIENE PAIVA DE ARAÚJO OSIAS

UM ESTUDO DISCURSIVO EM MANCHETES NECROLÓGICAS NO JORNAL A UNIÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING – da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Doutora em Linguística, na área Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Ana Cristina de Sousa Aldrigue

Coorientador: Onireves Monteiro de Castro

JOÃO PESSOA – PB

2014

O82u Osias, Juliene Paiva de Araújo.
Um estudo discursivo em manchetes necrológicas no Jornal A União / Juliene Paiva de Araújo Osias.- João Pessoa, 2014.
205f. : il.
Orientadora: Ana Cristina de Sousa Aldrigue
Coorientador: Onireves Monteiro de Castro
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHL
1. Linguística. 2. Teoria e análise linguística. 3. Gêneros textuais. 4. Manchete jornalística. 5. Tradição discursiva. 6. Manchetes necrológicas.

UFPB/BC CDU: 801(043)

JULIENE PAIVA DE ARAÚJO OSIAS

UM ESTUDO DISCURSIVO EM MANCHETES NECROLÓGICAS NO JORNAL A UNIÃO

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ana Cristina de Sousa Aldrigue – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Eliane Ferraz Alves
Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Maria Cristina de Assis
Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Roseane Batista Feitosa Nicolau
Universidade Federal da Paraíba

Profº Drº João Wandemberg Gonçalves Maciel
Universidade Federal da Paraíba

Para Samuel, Oona, Rafa, Rocco e Laika, sem cuja companhia a realização deste trabalho teria sido menos feliz.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, João e Clenia, que investiram tudo que puderam para ver este resultado, nunca deixando de acreditar que seria possível.

Ao meu marido, Sílvio, que, com paciência e maturidade, soube compreender cada ausência minha em nome dessa conquista que é nossa.

À minha orientadora, Ana Cristina Aldrigue, misto de professora e anjo da guarda, um ser humano superior que eu nunca vou conseguir ver como “colega de profissão”, mas sempre como eterna – e absoluta – mestra.

Ao meu coorientador Onireves Monteiro de Castro, que sempre me orientou com entusiasmo, com alegria, acreditando em mim muito mais do que eu mesma o fazia!

À minha sobrinha-assistente Jaíse, que me ajudou – sempre com êxito! – nas dificílimas garimpagens por livros fora de catálogo e coleta de *corpus*, além de ser autora da capa.

À minha amiga Laurênia Souto, que me incentivou sempre e de todas as formas, reiterando que eu ia conseguir e que tudo daria certo.

À minha amiga Carla Alecsandra, que torceu pelo meu doutorado e fez toda a diferença em muitos momentos.

A Walter Galvão, pelo suporte, pelos livros, pela disposição em ajudar sempre – e sempre de tão bom grado e com tanto carinho.

A Francisco de Assis Florêncio Lins, funcionário da Fundação Casa de José Américo, que contribuiu enormemente – e com muita disposição, vontade e desprendimento – para este trabalho, garimpando (literalmente) edições bem antigas do Jornal A União, no arquivo da Hemeroteca. Ajuda valiosa.

À eficientíssima equipe do Arquivo do Jornal A União, Luzia Lima, Cida Rodrigues, João Pereira e José Ramos e ao estagiário Fábio Santiago, pela ajuda competente e plena de disposição, pelo respeito imenso ao trabalho acadêmico e à pesquisa e, principalmente, pelo cuidado e carinho notáveis com que tratam o acervo de A União.

A todos os meus alunos, que fazem com que eu encontre sentido e alegria em ser professora. Cada dia mais. Como se cada dia fosse o primeiro.

RESUMO

Este estudo partiu da discussão, com base em Bakhtin (2003), Marcuschi (2005) e Bronckart (2003), acerca da terminologia quanto aos gêneros textuais (ou discursivos), ampliando o debate em direção ao gênero textual *capa de jornal*, culminando, finalmente, no foco da pesquisa, a *manchete jornalística*, numa abordagem quanto à estrutura composicional e à estilística discursiva – nosso objetivo principal –, de modo que pudéssemos evoluir para os objetivos específicos de ampliar e documentar a pesquisa do Português no jornal impresso paraibano (mediante o levantamento de um *corpus* composto por 15 manchetes de temática necrológica, publicadas no Jornal A União no período referente ao século XX aos dias atuais), analisar o citado *corpus* nos aspectos gráfico-composicional e estilístico (este na perspectiva discursiva) e observar – e registrar – mudanças que tenham ocorrido neste gênero, como também permanências, com o intuito de verificar se o gênero manchete jornalística consiste numa tradição discursiva, apontando para a confirmação dessa hipótese, diante das permanências verificadas sob um prisma diacrônico. A análise do *corpus*, quanto aos aspectos gráfico-composicionais, norteia-se, basicamente, pelas teorias de Gradim (2000) e Pellim (2009), enquanto a análise estilística, no que refere à teoria do manejo de *personas*, tem base em Coupland (2001), quanto à estilização com o uso da anáfora e da catáfora, em Kock (1991) e, quanto ao manejo com as manchetes em se tratando do tema da morte, basicamente, em Freud (2009), Cruz (2008), Amaral (2007) e Timóteo (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros Textuais. Manchete Jornalística. Tradição Discursiva. Manchetes Necrológicas.

ABSTRACT

This study began in the discussion, based on Bakhtin (2003), Marcuschi (2005) and Bronckart (2003), about the terminology regarding the genres, expanding the question towards the genre newspaper cover, culminating, finally, in the focus of this research, the newspaper headline, in a compositional approach to the structure and discursive stylistic - our main goal - so we could move towards the specific objectives to expand and document the Portuguese research at the printed newspaper in Paraíba (on the raising of a *corpus* of 15 obituary themed headlines, published in the journal A União in the period related to the twentieth century to the present day), analyze the same *corpus* in graphic-compositional and stylistic aspects (in this discursive perspective) and watch – and register – changes that have occurred in this genre, as well as stays in order to verify whether the journalistic headline gender is a discursive tradition, pointing to confirm this hypothesis, given the verified stays under a diachronic perspective. The graphic-compositional analysis of the *corpus* is guided primarily by the theories of Gradim (2000) and Pellim (2009), while the stylistic analysis, as regards the *persona* management theory is based on Coupland (2001), as the stylization with the use of anaphora and "catáfora" in Kock (1991) and, about the management with the headlines in the case of the death theme, basically, this study is guided by Freud (2009), Cross (2008) Amaral (2007) and Timothy (2010).

KEYWORDS: Textual Genres. News Headline. Discursive Tradition. Obituary Headlines.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

TD – Tradição Discursiva

TDs – Tradições Discursivas

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

FCJA – Fundação Casa de José Américo

AJA – Arquivo do Jornal A União

LISTA DE QUADROS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de nossa pesquisa que consistiu na análise estrutural e estilística do gênero *manchete jornalística* – pesquisa vinculada ao PROLING, Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal da Paraíba, e concentrada na área de Teoria e Análise Linguística, na linha da Diversidade e Mudança Linguística.

Veem-se em expansão as pesquisas acerca da mudança linguística, fator inserido no universo das tradições discursivas, e trazer-lhes alguma contribuição nessa área parece-nos estimulante.

Diante disso, nosso *objetivo geral* consiste em realizar um estudo sobre o gênero textual *manchete jornalística* quanto à estrutura e à estilística, culminando tal ação nos *objetivos específicos* de ampliar e documentar a pesquisa do Português no jornal impresso paraibano (mediante o levantamento do *corpus* manchetes necrológicas publicadas no jornal A União, no período referente ao século XX até os dias atuais), analisar o citado *corpus* nos aspectos gráfico-composicional e estilístico e, ainda, observar – e registrar – mudanças[1] que tenham ocorrido neste gênero, como também permanências que esta tradição discursiva tenha guardado ao longo do século XX até os dias atuais.

Nossa motivação para a realização desta pesquisa deu-se, em princípio, devido ao interesse por jornais, material com o qual temos particular envolvimento e, principalmente, por um tema que nos parece rico e, por isso, fascinante, ou mesmo fascinante, por isso, rico: o relato da morte no universo discursivo jornalístico. Acreditamos ser este um nicho capaz de comportar análises motivadoras no âmbito, por exemplo, estilístico do gênero, como também de motivar conclusões relevantes no sentido de nos revelar algum dado novo na direção das mudanças e/ou

[1] Ao mencionar mudanças, não intencionamos adentrar na questão das variantes linguísticas, e sim na discussão teórica que Coseriu (1979) desenvolve ao longo da obra *Sincronia, Diacronia e História – O problema da mudança linguística*, acerca da mutabilidade das línguas (questão na qual se considera ***o que*** muda, e não ***por que*** as línguas mudam), ampliada pelo que o autor chama de Problema Geral das Mudanças, que consiste em estabelecer os modos e as condições dessa mudança do ponto de vista de que a língua se faz, e o que se chama mudança é a própria feitura da língua. Do ponto de vista da liberdade linguística dos falantes, o Problema Geral das Mudanças consiste em estabelecer as condições em que a liberdade linguística costuma renovar a língua. E, ainda, do ponto de vista da língua constituída, tal problema estabelece de que modo e em quais condições o que é criado pela liberdade expressiva é aceito e inserido na tradição linguística.

permanências no gênero em questão – ou até mesmo consolidar conhecimentos em torno da discussão.

Outro aspecto que nos pareceu igualmente promissor foi a possibilidade – e, posteriormente, a concretude – de uma pesquisa no âmbito da Linguística que envolvesse também o texto jornalístico.

Não conhecendo ainda outro trabalho acadêmico que verse acerca de tal natureza do *gênero textual manchete jornalística* – a necrológica –, esperamos que este estudo possa ter relevância acadêmica, sendo capaz de credenciar-se como fonte fidedigna para as pesquisas de outrem na linha das tradições discursivas.

Para realizar tal estudo, partimos da suposição de que a manchete – um gênero textual inserido em outros, como a capa de jornal, por exemplo – deve ter tido, ao longo dos séculos mencionados, sua finalidade comunicativa preservada, como também outras permanências, embora possa ter apresentado mudanças linguísticas e estruturais, paralelamente a outros itens, uma vez que os gêneros textuais modificam-se ao longo do tempo. Os gêneros, afinal, não são estáticos porque não é estática a interação entre os falantes, tampouco o são as ações e as necessidades sociais – e os gêneros estão intrinsecamente relacionados aos processos interativos. Por outro lado, na linha do tempo, as permanências ocorridas nos gêneros consistem, igualmente, numa consequência de interação social, corroborando a linha nocional de Marcuschi (2004), para quem o gênero textual, situado histórica e socialmente, é culturalmente maleável, ajustando-se às situações sociais como instrumento comunicativo que é.

E não tem sido diferente com o jornal impresso, que, frente às modificações tecnológicas, linguísticas e sociais, também tem se transformado e tem sido reinventado tantas vezes e de tantas formas.

Assim, em casos de mudanças e/ou de permanências, cumprir-nos-á evidenciá-las, investigando, ainda, o que terá motivado tais movimentos.

Este estudo orienta-se metodologicamente pelas seguintes etapas:

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Etapa constituída de um aparato teórico para abordarmos gêneros, inicialmente, em um aspecto conceitual, partindo para a discussão sobre a terminologia gênero textual ou gênero discursivo, basicamente, em Bakhtin (2003),

Marcuschi (2005) e Bronckart (2003), ampliando a investigação em direção às Tradições Discursivas, a partir de um paralelo entre Coseriu (1979) e Saussure (1991) sobre sincronia e diacronia. Em seguida, fizemos algumas considerações, além da conceituação e da discussão acerca das TDs e a abordagem quanto à mudança linguística, baseando-nos nos pontos de vista dos autores Lopes (2012), Patriota (2009), Coseriu (2004), Kabatek (2004), Pontes (2008), Gomes (2007), Zavam (2009), Simões (2009), Segatto (2009), Bakhtin (1995), Severo (2013) e Bagno (2008). Segue a abordagem acerca do gênero capa de jornal, com base nos autores Marcuschi (2003), Travassos (2011) e Bazerman (2005), no que concerne à discussão em torno de a capa do jornal consistir ou não num gênero textual, e nos autores Bahia (1990), Fernandes (2014), Lopes (1989), Gradim (2000), Guimarães (2007) e Lage (1986) no que tange à questão da titulagem no jornal. Já no que concerne aos aspectos gráficos referentes à manchete jornalística (nossa primeira categoria de análise), visitamos Oliveira (2007), Bacelar (1998), Fernandes (2006), Freire (2009), Timóteo (2010), Cerqueira (2007) e Travassos (2010). Finalizando o primeiro capítulo, para desenvolver as ideias em torno do gênero manchete jornalística, baseamo-nos nas discussões de Bahia (1990), Bonini (2003), Marcuschi (2005), Gradim (2000), Pellim (2009), Rangel (2014), Cunha (2010), Jakobson (1995) e Barros (2011).

No segundo capítulo, para discorrer acerca de Estilo (numa perspectiva discursiva), nossa segunda categoria de análise, baseamo-nos nas discussões de Penna (2011), Labov (2008), Lefebvre (2001), Coupland (2001), Rezende (2009) e Goffman (2002). Ainda nas considerações no âmbito do Estilo, Koch (1991) é a base para a nossa abordagem acerca da anáfora e da catáfora na construção da manchete e, para desenvolver o que se refere à discussão acerca da morte, visitamos Freud (2009), Caputo (2008), Timóteo (2010), Rondelli e Herschmann (2000), Cruz (2008), Amaral (2007) e Barbosa (2004).

No terceiro capítulo, para registrar um percurso histórico acerca do jornal impresso no Brasil, baseamo-nos, principalmente, em Bahia (1990) e Sodré (1999), além de Gomes (2007), Müller (1999) e Magalhães (2011). Já Sousa (2001) e Traquina (2005) deram-nos as bases para um estudo acerca das fases – em termos gráficos e tecnológicos – pelas quais o jornal impresso passou (e tem passado). Ainda neste capítulo, fez-se um estudo acerca do gênero *capa de jornal*, em seus aspectos composicionais (títulos e subtítulos) e gráficos (tipografia, imagens e cores), com base em Travassos (2010), Lopes (1989), Oliveira (2007) e Freire (2009), finalizando-se

esta etapa com um registro histórico sobre o Jornal A União, tendo sido visitados, para tal, Rodrigues (2013), Martins (1977), Meneses (2013) e Nunes (1996).

COLETA DO *CORPUS*

O *corpus* consiste em 15 manchetes, especificamente de natureza necrológica, coletadas exclusivamente de capas, e todas do Jornal A União, diário estatal (único jornal oficial ainda existente no Brasil[2]) fundado em 02 de fevereiro de 1893.

A coleta deu-se nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 03 e 11 de abril de 2013, na Fundação Casa de José Américo em 20 e 23 de dezembro de 2013 e também no Arquivo do próprio Jornal A União, em 27 de dezembro de 2013.

Não houve um motivo específico que nos tenha levado a decidir pela quantidade em questão – 15 manchetes – que não tenha sido a própria dificuldade de se encontrar material em razoável estado de conservação, principalmente no que diz respeito às duas primeiras décadas do século XX, a ponto de poder ser manuseado e, consequentemente, servir de *corpus* para esta pesquisa. A verdade é que o fato de estarmos em busca de manchetes de natureza somente necrológica e a necessidade de elas advirem apenas de capas já reduziam consideravelmente nossas possibilidades de *corpus* em quantidade. Portanto, decidimos que tal fator – quantidade – não haveria de ser determinante para nossa pesquisa. Por isso, quando atingimos a supracitada demanda de manchetes em *qualidade*, isso já nos pareceu suficiente.

Com relação à coleta de material para pesquisa referente aos anos 1893 (fundação do jornal) até 1900, foi, definitivamente, impossível. Nos locais visitados, não se encontraram peças disponíveis para tal, tampouco em outros locais, com cujos encarregados nos comunicamos previamente.

Outro aspecto que julgamos relevante comentar é a perenidade do Jornal A União, motivo pelo qual foi escolhido para ser a fonte de coleta do citado *corpus*. Entendemos que a permanência que este diário tem tido por 12 décadas pode

[2] Disponível em: http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

proporcionar dados favoráveis e reveladores a qualquer estudo histórico e socioantropológico da língua.

TRATAMENTO DO *CORPUS*

O *corpus* foi coletado no setor de arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, na Hemeroteca da Fundação Casa José Américo e no Arquivo do Jornal A União. O foco eram as manchetes principais das capas de jornal, mas, para tal, fotografaram-se as capas inteiras. Para que o material coletado tivesse seu aspecto gráfico original preservado, cada capa foi fotografada com câmera digital, sendo a imagem, em seguida, salva como arquivo digital e impressa, não havendo qualquer tipo de correção com qualquer ferramenta (como Photoshop, por exemplo), de modo que as imagens, de fato, refletem as condições reais em que os jornais pesquisados se encontravam quando da nossa visita aos supracitados órgãos.

ANÁLISE DOS DADOS

De posse de todo o apanhado de manchetes coletadas, passou-se à análise descritiva e interpretativa dos dados disponíveis, observando-se mudanças e permanências no gênero textual em questão, no âmbito das Tradições Discursivas.

Está assim desenvolvida esta pesquisa:

O Capítulo I evidencia nossa necessidade de iniciar este estudo, buscando uma referência terminológica para gêneros (uma vez que nosso *corpus* consiste num gênero textual que se insere em outros, como a capa de jornal, por exemplo), explorando a visão conceitual de Bakhtin (2003), de Marcuschi (2005) e de Bronckart (2003), para que embasassem nossa opção terminológica de tratá-los como *gêneros de texto* (ou *textuais*), e não do discurso (ou discursivos), como se constatará ao longo de todo o texto. Num levantamento teórico fundamentado em LOPES (2012) e COSERIU (1979), basicamente, tratamos do conceito de Tradições Discursivas, e, ainda, com base em BEZERRA (2005) e BRONCKART (2003), insere-se o conceito formal de discurso – o que até complementa nossa discussão anterior acerca da decisão de tratar os gêneros como *textuais*, e não *discursivos*. Toda essa problemática, no entanto, é introduzida por uma abordagem em torno de um paralelo

entre Sincronia e Diacronia, à luz de COSERIU (1979) e SAUSSURE (1991), para, então, culminarmos na discussão conceitual no que tange à mudança linguística, baseados também em COSERIU (1979). O gênero *capa de jornal*, na sequência, é elucidado à luz de Travassos (2010), Lopes (1989), Timóteo (2010), Gradim (2000), Oliveira (2007) e Freire (2009). Concluindo o capítulo, a discussão acerca da manchete jornalística, visitando-se, para tal, os autores Bonini (2003), Gradim (2000), Pellim (2009) e Cunha (2010).

O Capítulo II elucida o Estilo, na perspectiva discursiva, uma das categorias de análise do nosso *corpus*, em três aspectos: a teoria do manejo de *personas*, de Coupland (2001), um estudo do uso da anáfora e da catáfora na construção da manchete, com base em Koch (1991), e, finalmente, uma abordagem histórico-social sobre o tema da morte, tratando-o também como tema no âmbito jornalístico, com base nos posicionamentos de Freud (2009), Timóteo (2010), Cruz (2008), Amaral (2007) e Barbosa (2004).

No Capítulo III, abordamos brevemente a História do Jornalismo no Brasil, especificamente no tocante ao jornal impresso, com base, principalmente, em Bahia (1990) e Sodré (1999) para uma retomada desse percurso histórico, além de Gomes (2007), Müller (1999) e Magalhães (2011), ampliando a pesquisa para os diversos formatos e linguagens que já fizeram parte da configuração do jornal impresso, em suas fases tecnológicas, de acordo com Sousa (2001) e Traquina (2005), seguindo para uma abordagem acerca do gênero capa de jornal, nos aspectos composicionais (títulos e subtítulos) e gráficos (tipografia, imagens e cores), baseando-nos, para isso, em Travassos (2010), Lopes (1989), Oliveira (2007), Freire (2009) e Bacelar (1998), e finalizando esta etapa com um registro histórico sobre o Jornal A União, para o qual, visitamos, basicamente, Rodrigues (2013), Martins (1977), Meneses (2013) e Nunes (1996).

O Capítulo IV inicia-se com alguns esclarecimentos acerca das dimensões nas quais as manchetes serão analisadas, a saber: gráfico-composicional e estilística. No aspecto gráfico-composicional, analisar-se-ão elementos como os tipos, o tamanho dos tipos, as cores, a presença – ou não – de imagens associadas à manchete, a localização da manchete na página e a dimensão do destaque dado a ela. Quanto ao estilo, como já mencionado, o estudo se voltará ao estilo discursivo, a partir da teoria do manejo de *personas*, de Coupland (2001), ao uso da anáfora ou da catáfora na construção da manchete, com base em Koch (1991) e à observação dos

posicionamentos que, historicamente, o homem tem tido no que concerne à morte, construindo tabus em torno desse tema, verificando, em cada manchete, em que medida a linguagem jornalística reproduz – ou não – tais tabus.

Em nossas Considerações Finais, fizemos uma retomada de cada capítulo, acrescentando as conclusões a que chegamos a partir da análise realizada.

CAPÍTULO I

GÊNEROS TEXTUAIS OU DISCURSIVOS?

O Dicionário de Análise do Discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 249 – 251) define o verbete **gênero de discurso**, incialmente, situando-o diacronicamente como um conceito que remonta à Antiguidade. Em seguida, os *gêneros de discurso* tornam a ser encontrados na crítica literária e, finalmente, nas análises de discurso, como também em análises textuais.

Basicamente, o supracitado dicionário registra que, na Antiguidade, duas formas de atividades discursivas coexistiam: um gênero surgido na Grécia pré-arcaica, que consistia no fazer dos poetas, codificado como gêneros *épico*, *lírico*, *dramático*, *epidítico*, entre outros. O outro gênero nasceu na Grécia clássica e consistiu no *discurso político* e *jurídico*.

Já na tradição literária, segundo critérios de composição, forma e conteúdo, os gêneros selecionam e classificam os textos de natureza literária no âmbito da prosa e da poesia. Assim, temos os gêneros poéticos *soneto*, *ode*, *balada*, *madrigal*, *estância*, etc.; os narrativos *épico* e *elegíaco*, entre outros, e, para o teatro, a *tragédia*, o *drama* e a *comédia*, basicamente.

Os gêneros Romantismo, Realismo, Naturalismo, entre outros, por sua vez, inserem-se na tradição literária também, mas correspondem a períodos históricos. No caso do romance histórico e da autobiografia, por exemplo, trata-se de outros critérios: os que dizem respeito à estrutura e à organização enunciativa dos textos.

No âmbito da Semiótica, análise do discurso e análise textual, podemos rever aqui os vários pontos de vista, segundo os quais o termo gênero tem definições diversas:

> *Um ponto de vista funcional*, desenvolvido por certos analistas, que procuram estabelecer funções com base na atividade linguageira, a partir das quais as produções textuais podem ser classificadas segundo o polo do ato de comunicação em direção ao qual elas são orientadas. Assim, há classificações baseadas no esquema da comunicação, propostas por Jakobson (1963): função emotiva, conativa, fática, poética, referencial e metalinguística [...]; as funções propostas por Halliday (1973): funções instrumental, interacional, pessoal, heurística, imaginativa, ideacional, interpessoal, etc. [...]
> *Um ponto de vista enunciativo*: iniciado por Benveniste (1966) que, apoiando-se no "aparelho formal da enunciação" propôs uma oposição entre *discurso e história* – frequentemente reformulada em *discurso vs. narrativa*. No

> prolongamento desse ponto de vista, desenvolveram-se análises que tentam descrever os gêneros considerando as características formais dos textos e reunindo as marcas mais recorrentes.
> *Um ponto de vista textual*, mais voltado para a organização dos textos, que procura definir a regularidade composicional desses textos, propondo, por exemplo, como o fez Adam, um nível intermediário entre a frase e o texto chamado sequencial que tem um valor prototípico de narrativa, descrição, argumentação, etc.
> *Um ponto de vista comunicacional*, que confere a esse termo um sentido amplo, ainda que com orientações diferentes. Para Bakhtin (1984:267), por exemplo, os gêneros dependem da "natureza comunicacional" da troca verbal [...]. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 249 – 251)

O Dicionário de Análise do Discurso (2008) menciona, ainda, as diversas possibilidades nocionais para gênero, considerando a terminologia ***gêneros de discurso***, ***gêneros de texto***, como também ***tipos de texto***, e as contribuições de Adam, com sua oposição entre ***gêneros*** e ***tipos de textos***; de Bronckart, que opõe ***gêneros de textos*** e ***tipos de discurso***; de Maingueneau, com suas relações de encaixamento entre ***tipo de texto***, ***hipergênero*** e ***gênero de discurso*** e, finalmente, de Charaudeau, que faz a distinção entre ***gêneros*** e ***subgêneros situacionais***.

Está claro que a tarefa de conceituar gêneros não parece linear – e não é. Como também não será linear o percurso que nos fará culminar em outra questão: optar pela terminologia que norteará a face do nosso trabalho com gênero nesta pesquisa: gênero textual ou gênero discursivo?

Para atingirmos todas essas metas – conceituar gênero já dentro da perspectiva da nossa definição por uma terminologia que aponte para gênero textual ou gênero discursivo –, compararemos a abordagem de Bakhtin (2003), Marcuschi (2005) e, finalmente, Bronckart (2003) acerca do tema em pauta, sendo este último o autor que verdadeiramente fundamentará nossa definição pela terminologia *gênero textual*, como se verá brevemente.

1.1 O GÊNERO EM BAKHTIN

Segundo Bakhtin (2003), toda a atividade humana está ligada ao uso da linguagem, sendo a natureza e as formas desse uso bastante diversificadas. E os integrantes de todos os campos da atividade humana empregam a língua em forma

de enunciados (orais e escritos), a real unidade de comunicação humana, que lhes refletem as condições e as finalidades a partir de três elementos: o *conteúdo temático*, fator de acabamento específico; o *estilo*, seleção dos recursos de vocabulário, fraseológicos e gramaticais da língua, e a *construção composicional*, plano da expressão, da estrutura, da sequência organizacional.

No capítulo *Os Gêneros do Discurso*, na obra *Estética da Criação Verbal* (2003), Bakhtin conceitua os gêneros do discurso, referindo-se a "tipos relativamente estáveis de enunciados", mencionando, ainda, seu caráter múltiplo e seu repertório inexaurível:

> A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Ao conceituar os gêneros discursivos, Bakhtin (*op. cit*.) dedica-se, no mesmo capítulo supracitado, a discorrer acerca do caráter heterogêneo dos gêneros, orais e escritos, passando, então, a uma detalhada listagem de gêneros, à guisa de uma exemplificação que vai dos diálogos cotidianos até os vários gêneros de natureza científica.

Vale ressaltar aqui a também detalhada exposição que Bakhtin (*op. cit*) faz da diferença entre os gêneros discursivos primários – ou 'simples' – e os secundários – ou 'complexos', da qual recortamos um trecho:

> [...] não se trata de uma diferença funcional. Os gêneros discursivos secundários [...] surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado [...]. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata (BAKHTIN, 2003, p. 263).

Outros aspectos, como as questões referentes ao *estilo*[3], por exemplo, são colocados na explanação de Bakhtin (*op. cit*), até a inserção da temática em torno do enunciado, que vem a ser a "real unidade de comunicação discursiva":

> A indefinição terminológica e a confusão em um ponto metodológico central no pensamento linguístico são o resultado do desconhecimento da *real unidade* da comunicação discursiva – o enunciado. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir (BAKHTIN, 2003, p. 274).

Temos, então, numa visão abreviada, a linha bakhtiniana no que tange à terminologia *gêneros do discurso*. No entanto, a problemática terminológica que pretendemos discutir não se encerra na linha de Bakhtin (*op. cit*), uma vez que gostaríamos de discutir mais amiúde o porquê dessa duplicidade nocional que envolve os gêneros do discurso e/ou os gêneros de texto.

Vejamos agora o que nos reserva Marcuschi acerca do mesmo tema.

1.2 O GÊNERO EM MARCUSCHI

Marcuschi (2005) trata os gêneros como *textuais* e fundamenta sua escolha, afirmando serem eles "eventos textuais", e não 'discursivos' – e aqui já vamos nos aproximando da terminologia adotada nesta pesquisa.

Na leitura de *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, primeiro capítulo da coletânea *Gêneros Textuais & Ensino*, organizada por Dionisio, Machado e Bezerra (2005), Marcuschi (*op. cit*) ressalta o fato de serem os gêneros extremamente dinâmicos e maleáveis (ou "relativamente estáveis", como temos em Bakhtin), estando sua existência necessariamente condicionada às necessidades e à dinâmica da vida cultural e social.

---

[3] Em linhas gerais, segundo Bakhtin (2003), o estilo relaciona-se ao nível do reflexo da individualidade do falante. Todo enunciado [compreendamos aqui *atos de fala*] é individual, portanto, reflete a subjetividade do usuário da língua, lembrando, no entanto, que nem todo gênero discursivo propicia igualmente o reflexo de tal individualidade – os documentos oficiais, por exemplo, cujo padrão exclui qualquer interferência de subjetividade.

E, sempre se referindo a esses eventos como textuais, deixa claro que *texto* e *discurso* não se confundem. De fato, para sermos mais precisos, entendemos que o texto consiste na materialização da enunciação, e o discurso é que se efetua no texto. A seguinte citação de Marcuschi (*op. cit*) corrobora este nosso ponto de vista:

> Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso* etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios [...] como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas (MARCUSCHI, 2005, p. 23-24).

No trecho supracitado, Marcuschi (*op. cit*) apenas introduz o que, posteriormente, detalhará: a distinção entre *texto* e *discurso*, base para sua escolha terminológica no que tange a gêneros textuais.

> [...] deve-se ter o cuidado de não confundir *texto* e *discurso* como se fossem a mesma coisa. [...] pode-se dizer que *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos (MARCUSCHI, 2005, p. 24).

Temos, então, o fundamento básico para o nosso entendimento de, ao longo desta pesquisa, tratar os eventos comunicativos em discussão como *gêneros textuais*, e não como *gêneros discursivos*.

Marcuschi (*op. cit*), no entanto, não se limitou, no citado capítulo, a conceituar gêneros e distinguir texto de discurso. Outro aspecto relevante foi o levantamento histórico do surgimento dos gêneros, que pode ser organizado em quatro fases, sendo a *primeira delas* um momento em que povos de cultura ágrafa desenvolveram um parco conjunto de gêneros, situação que, na *segunda fase*, a invenção da escrita alfabética – em torno do século VII A. C. – reverteu, fazendo multiplicarem-se os gêneros típicos da escrita. O século XV trouxe a *terceira fase*, chegando esta até a etapa intermediária da industrialização (que teve início no século XVIII), na qual os

gêneros expandiram-se muito devido à emergência da cultura impressa. Finalmente, os dias atuais consistem no que Marcuschi considera a *quarta fase*, chamada por ele de cultura eletrônica, momento em que gêneros – orais e escritos – explodem em novas formas de comunicação.

Ilustremos estas informações no quadro abaixo:

QUADRO I

1ª FASE	• **Momento de pouco desenvolvimento dos gêneros.** • **Povos de cultura essencialmente oral.**
2ª FASE	• Invenção da escrita alfabética por volta de VII a.C.. • Multiplicação de novos gêneros típicos da escrita.
3ª FASE	• Século XV: ampliação no quadro dos gêneros existentes. • Emergência da cultura impressa.
4ª FASE	• Explosão de novos gêneros. • Cultura eletrônica.

Fonte: a autora, baseada em Marcuschi (2005)

Vê-se, então, o caráter maleável e dinâmico dos gêneros, fenômenos históricos e totalmente vinculados à vida cultural e social. Os gêneros discursivos, como temos em Bakhtin (*op. cit.*), são elos transmissores que condicionam a história da linguagem à história da sociedade.

Há que se esclarecer, entretanto, que os *novos* gêneros não são inovações absolutas: possuem velhas bases e são assimilações de um gênero por outro, uma vez que a tecnologia não favorece o surgimento de formas novas, e sim inovadoras. Uma *transmutação* de gêneros, como temos em Bakhtin (*op. cit.*). É o que observamos com o telefonema, que apresenta semelhança com a conversação já existente antes dele, e o *e-mail*, cujos antecessores são as cartas e o bilhete.

Também é importante frisar que as tecnologias em si apenas *abrigam* os gêneros e favorecem o surgimento de inovações dentro deles, mas não os *criam.*

Eles surgem, na verdade, a partir do uso que se faz delas e do papel que elas desempenham nas atividades diárias de comunicação.

No intuito de reiterar tal ponto de vista, visitaremos agora BRONCKART (2003) para uma revisão do seu aparato nocional acerca de gêneros.

1.3 O GÊNERO EM BRONCKART

BRONCKART (2003) também afirma que os textos estão relacionados às necessidades sociais, portanto, produtos da atividade humana e refere-se a *espécies de textos*, designando todo conjunto de textos que apresentem características comuns. O surgimento de um novo tipo deles estará vinculado a novas situações sociais.

São tão diversas as espécies de textos que sempre se tentou, desde a Antiguidade grega até hoje, dar-lhes nomes e delimitações – surgindo, daí, o gênero de texto (ou do discurso). Assim, Bronckart conclui que qualquer *espécie de texto* pode ser chamada de *gênero*.

No entanto, é ainda de Bronckart (*op. cit.*) a colocação de que tantas terminologias divergentes entre si são incapazes de se tornar modelos de classificação, e esta dificuldade ocorre, em primeiro lugar, por causa dos muitos – e legítimos – critérios usados no sentido de definir os gêneros. Tais critérios referem-se, entre outros, à atividade humana em questão (ou seja, quando o gênero é literário, científico, jornalístico, etc.); ao efeito comunicativo que se pretende (gênero poético, lírico, épico, etc.); ao tamanho e/ou à natureza do suporte utilizado (crônica, novela, fábula, reportagem, entrevista, etc.) e à temática abordada (manual, receita culinária, texto científico, romance policial, etc.).

> Além disso, muitos outros critérios são ainda possíveis. Essa dificuldade de classificação também decorre do caráter fundamentalmente histórico (e adaptativo) das produções textuais: alguns gêneros tendem a desaparecer (a narração épica), mas podem, às vezes, reaparecer sob formas parcialmente diferentes; alguns gêneros modificam-se (cf. a emergência do “romance polifônico” ou do “novo romance”); gêneros novos aparecem [...]; em suma, os gêneros estão em perpétuo movimento. Enfim, essa mobilidade explica o fato de que as fronteiras entre os gêneros não podem ser sempre claramente estabelecidas [...] e o fato de que

> algumas novas espécies de textos podem não ter ainda recebido um nome consagrado, em termos de *gênero* (BRONCKART, 2003, p.73).

Na sua linha teórica, o autor repensa vários conceitos bakhtinianos e sugere um novo direcionamento terminológico, no intuito de evitar incompreensões e equívocos:

> Se cada texto constitui, de fato, uma unidade comunicativa, o gênero ao qual um determinado texto pertence nunca pode ser completamente definido por **critérios linguísticos**; somente os diferentes segmentos que compõem um gênero podem ser reconhecidos e classificados por tais critérios. Essa situação explica, pelo menos em parte, a confusão terminológica que reina em matéria de classificação de textos e que faz se sobreporem as expressões *gênero de texto*, *gênero de* (ou *do*) *discurso*, *tipo de texto*, *tipo de discurso*, etc. (BRONCKART, 2003, p. 75).

E define claramente sua linha nocional:

> Na medida em que todo texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero, adotamos a expressão **gênero de texto** em vez de *gênero de discurso* (BRONCKART, 2003, p. 75).

Quanto aos tipos textuais bakhtinianos, Bronckart trata-os como os segmentos que compõem os gêneros, definindo-os como tipos de discurso:

> Esses diferentes segmentos que entram na composição de um gênero são produto de um trabalho particular de semiotização ou de *colocação em forma discursiva* e é por essa razão que serão chamados de **discursos**, de agora em diante. Na medida em que apresentam fortes regularidades de estruturação linguística, consideraremos que pertencem ao domínio dos *tipos*; portanto, utilizaremos a expressão **tipos de discurso** para designá-los, em vez da expressão *tipo textual* (BRONCKART, 2003, p. 76).

Temos, finalmente, em Marcuschi (*op. cit.*) e Bronckart (*op. cit.*), nossa fundamentação teórica para uma terminologia determinada no que diz respeito à

definição de gêneros e reiteramos nossa opção, citando o resumo do sistema de equivalências terminológicas de Bronckart:

> [...] os *gêneros do discurso*, *gêneros do texto* e/ou *formas estáveis de enunciados* de Bakhtin podem ser chamados de **gêneros de textos**; os *enunciados*, *enunciações* e/ou *textos* bakhtinianos podem ser chamados de **textos**, quando se trata de produções verbais acabadas, associadas a uma mesma e única ação de linguagem ou de **enunciados**, quando se trata de segmentos de produções verbais no nível da frase [...] (BRONCKART, 2003, p. 143).

1.4 TRADIÇÕES DISCURSIVAS

1.4.1 Sincronia e Diacronia

A contribuição saussureana, com a sua Linguística Estruturalista, veio junto com o século XX e foi de uma importância incontestável e perene, a ponto de até hoje ainda estarmos às voltas com as discussões geradas por seus postulados teóricos, quer seja para ratificá-los, quer seja para rebatê-los – isso não lhes diminui a importância.

O fato que aqui nos move é a primeira dicotomia que se encontra nos supracitados postulados teóricos: *sincronia* e *diacronia*. Deste binômio, surgem não apenas várias considerações, que logo serão feitas, como também o cerne da nossa análise logo adiante: uma análise de caráter histórico, portanto, diacrônico, e de perspectiva prospectiva.

Nossa verificação quanto a tais proposições estará ancorada no próprio Saussure (1995) e em Coseriu (1979), com alguns outros autores que complementarão nossa discussão.

Inicialmente, é importante ressaltar que, ao estabelecer, em sua obra *Curso de Linguística Geral*, a dicotomia sincronia e diacronia, Saussure (*op. cit*.) separou os *fatores internos* do sistema dos *fatores externos*, histórico-culturais, condicionadores do mesmo sistema.

Segundo a teoria saussureana, a Linguística Sincrônica refere-se aos estados da língua, no aspecto estático, enquanto a Linguística Diacrônica concerne aos processos evolutivos. Ocorre que, nos termos deste teórico, a língua funciona desassociada da sua base histórico-cultural, uma vez que a perspectiva que ele reconhece como referencial é a do falante, que só percebe a língua em seu estado de então, e não inserida numa sucessão temporal, motivo pelo qual o aspecto sincrônico prevalece sobre o diacrônico. Vejamos o autor por ele mesmo:

> A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer tabula rasa de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que lhe falam suprimindo o passado. A intervenção da História apenas lhe falsearia o julgamento (SAUSSURE, 1995, p. 97).

Nessa visão, o sistema é formado pelos termos sincrônicos, portanto, aquilo que é diacrônico está fora do sistema. Para ele, os processos diacrônicos estão no eixo das sucessões e são substitutivos entre si, o que os tornam assistemáticos.

Saussure (*op. cit*.) não chega a desconsiderar que os estados de língua são condicionados pelos fatos diacrônicos – ou seja, ele reconhece que há uma relação entre sincronia e diacronia. Mas não repensa sua postura quanto aos fatos diacrônicos serem exteriores ao sistema.

Encerrar tal ponto de vista neste patamar, no entanto, é insuficiente, e Coseriu (1979) registra suas impressões e análises em torno dessa questão, no intuito de esclarecer que a língua não é estática, muito menos desvinculada da dimensão diacrônica. Vejamos suas considerações:

> Saussure, preocupado em estabelecer firmemente a sincronia e em distinguir o ponto de vista sincrônico e o diacrônico, não percebe que a diferença entre ambos é apenas de perspectiva e não tenta reconciliá-los. Ao contrário, transforma a diferença de perspectiva numa insustentável antinomia real, sem perceber que o “fato diacrônico” é na realidade a produção dum “fato sincrônico” e que a “mudança” e a “reorganização do sistema” não são dois fenômenos diversos, mas um único fenômeno (COSERIU, 1979, p. 220).

É fato, pois, que a língua funciona sincronicamente – e eis um dos pontos de vista saussureano. Mas ela vai se constituindo diacronicamente, o que nos leva a concluir, sem grandes dificuldades, que aqui não se vê antinomia, tampouco contradição – que também é um ponto de vista de Coseriu:

> A antinomia [...] entre sincronia e diacronia [...] baseia-se, no fundo, numa miragem, no tocante ao sentido da história e às relações entre história e descrição. Saussure pensa que, assim como a sincronia ignora a diacronia (o passado), também a diacronia deveria ignorar a sincronia (os "estados de língua") (COSERIU, 1979, p. 235).

A análise que, logo mais, faremos a partir de um *corpus* jornalístico será uma abordagem de natureza histórica, diacrônica – inclusive, especificamente, prospectiva, uma vez que observará dados recuados no tempo, avançando e construindo considerações até tempos mais recentes. Mas cada recorte temporal de que dispusermos para investigar gerar-nos-á análises sincrônicas. As relações desses recortes temporais e dessas análises uns com os outros é que nos desenharão um panorama diacrônico.

1.4.2 Algumas considerações sobre o termo *Tradições Discursivas*

Para embasar o estudo no âmbito da mudança linguística que se desenvolverá analiticamente em capítulos posteriores, faz-se necessária uma abordagem inicial que permeie o caráter histórico dos textos, mencionando a origem do termo Tradição Discursiva – TD – com as devidas considerações no sentido de esclarecer esse conceito.

É fato que esta temática ainda se mostra um tanto introdutória no Brasil – se não introdutória, pelo menos, é verdade que há uma certa escassez de bibliografia disponível para pesquisa aqui.

Ocorre, no entanto, que, nessa relativamente escassa bibliografia, são tantas as abordagens e interpretações que acabamos por perceber que conceituar Tradições Discursivas – TDs – não haveria de resultar de uma breve menção ao tema.

Chegamos, todavia, a conclusões satisfatórias no que concerne a tal discussão, levando-se em consideração que, diante de várias vertentes, enveredamos, basicamente, pela linha de Koch, Kabatek e Aschenberg, iniciando pela não cristalização de uma certa mixórdia que não raramente detectamos quando se trata de Tradições Discursivas e Gêneros Textuais, por exemplo.

Há que se mencionar tal questão, mesmo que sucintamente, uma vez que Gênero e Tradição Discursiva são dois conceitos bastante confundidos pelos mais diversos autores, que chegam a tratar um elemento pelo outro, na condição mesmo de sinônimos.

A seguinte afirmação de Lopes (2012) corrobora essa nossa observação, se considerarmos que, diante de tal imprecisão conceitual, gêneros textuais poderiam ser definidos do mesmo modo:

> Tradições Discursivas são formas ou fórmulas comunicativas recorrentes em determinadas situações comunicativas com fins pragmáticos específicos (LOPES, 2012, p. 17-54).

A questão, entretanto, é simples: os dois conceitos se entrelaçam! Ocorre, simplesmente, que o usuário de toda e qualquer língua dispõe de um leque de possibilidades para realizar as mais diversas finalidades comunicativas, e estas finalidades ativam a tradição discursiva, que, por sua vez, faz com que o falante aja concretamente, de acordo com o conjunto da memória cultural de sua comunidade. Os gêneros são, finalmente, a efetivação dessas finalidades comunicativas. Patriota (2009) resume esse raciocínio muito claramente:

> Sendo assim, as TDs operam no plano, digamos, abstrato de nossas intenções de fazer, falar, escrever algo, enquanto os gêneros realizam, no plano concreto, essas finalidades (PATRIOTA, 2009, p. 25-26).

Ainda derivando acerca desta discussão, vale verificar a contribuição de Aschenberg (2003) que, em seu artigo “Tradições discursivas – orientações e questões”, esclarece a constituição das tradições discursivas e a forma como elas se

apresentam em textos, detalhando que as abordagens classificatórias referentes às TDs não se constituem extratextuais – ao contrário: são propriedades inerentes ao texto, concernentes ao que o autor chama de *aspectos midiáticos de textos* e *aspectos conceituais*.

Tomemos como aspectos midiáticos os elementos fônicos e gráficos (mais ou menos fixados), enquanto os aspectos conceituais relacionam-se, basicamente, ao tamanho do texto, à disposição do tema, à introdução e ao fim do discurso e às técnicas verbais que organizam a macro e a microestrutura do texto. Em outras palavras, a quê mais estaríamos aqui nos referindo senão a gêneros textuais?

Antes, porém, de qualquer derivação em torno do tema das TDs, cumpre conceituá-las, realizando uma breve abordagem histórica no tocante ao surgimento dessa teoria.

1.4.3 Conceituando TD

O conceito de Tradição Discursiva surgiu na linguística românica alemã, na segunda metade do século XX, a partir do que Coseriu traçou como os três níveis de linguagem: o nível universal, o histórico e o individual. Nas palavras do próprio autor, temos uma breve definição dessa teoria:

> Dentro da linguagem se podem distinguir portanto três níveis: um *universal*, outro *histórico* e outro *individual* [...]. Por exemplo, quando dizemos que uma criança ainda não fala, não queremos dizer com isso que ela ainda não fala italiano ou outra língua, mas que não realiza ainda a faculdade geral de falar; referimo-nos ao nível universal. [...]
> Se, por outro lado, percebemos que se está falando numa língua *x*, identificamos o nível histórico da linguagem, vale dizer, o falar, segundo uma técnica determinada. E se, finalmente, dizemos *É Pedro quem fala*, identificamos também o nível individual da linguagem (COSERIU, 2004, p. 91-92).

Podemos visualizar o modelo coseriano dos três níveis de linguagem no quadro a seguir:

QUADRO II

NÍVEIS DE LINGUAGEM		
UNIVERSAL	HISTÓRICO	INDIVIDUAL
Linguagem como atividade – o falar em geral.	Linguagem como atividade – **língua concreta**.	Linguagem como atividade – **o discurso**.

Fonte: a autora, baseada em COSERIU, 2004.

O *nível universal* refere-se, portanto, à língua como o mecanismo do qual o ser humano dispõe para a comunicabilidade – não se levando em consideração de que idioma específico se trata. A competência que embasa este nível é o *saber elocucional*[4], ou seja, o ato em si – generalizado – de falar.

O nível histórico, cuja base é a competência do saber idiomático, refere-se à língua histórica particular, o saber carregado das tradições de uma comunidade linguística, a "língua objetivada numa gramática ou num dicionário" (COSERIU, 1980, p.93)

Já o nível individual, que tem como base o saber expressivo, relaciona-se à língua realizada no discurso propriamente dito, seja este oral ou escrito.

Foi, no entanto, o nível histórico que gerou toda uma discussão, culminando num novo conceito, o de Tradição Discursiva (TD), a começar de Schlieben-Lange (apud PONTES, 2008), que introduziu a tese de que os textos têm uma história

[4] O saber elocucional, o ato de falar, para Austin (1975), consiste em:

> A. a) sempre efetuar este ato: produzir certos sons (ato "fonético"); a enunciação é uma fonação;
> A. b) sempre efetuar este ato: produzir certos vocábulos [...] segundo uma determinada construção [...], com uma determinada entoação etc. Chamaremos a este ato um ato "fático", e a enunciação, o ato de produzir um "fema" ("pheme");
> A. c) geralmente efetuar este ato: empregar um fema ou as suas partes constituintes num sentido mais ou menos determinado, e com uma referência mais ou menos determinada [...]. Chamaremos a este ato um ato rético ("rhetic"), e a enunciação, o ato de produzir um "rema" ("rheme") (AUSTIN, 1975, p. 92 *apud* FLORES, 2007, p. 14-15).

paralela à história das línguas, um ponto de vista básico para a definição do que hoje conhecemos como Tradição Discursiva.

Koch e Oesterreicher (1997, *apud* KABATEK, 2004), dando continuidade a esta linha, conceituam TDs, partindo da tese de que o nível histórico coseriano deve bifurcar-se, dando lugar à **língua concreta**, como sistema gramatical propriamente dito, e às **tradições discursivas**, conforme se vê na imagem a seguir:

QUADRO III

NÍVEIS DE LINGUAGEM			
UNIVERSAL	HISTÓRICO		INDIVIDUAL
O falar	Língua Concreta	Tradições Discursivas	O discurso

Fonte: a autora, baseada em KOCH & OESTERREICHER (1997 apud KABATEK, 2004).

Para Koch (2008, *apud* PATRIOTA, 2009), o que gerou a releitura da teoria coseriana dos níveis de linguagem foi a necessidade de se evitar uma confusão terminológica devido à expressão “saber expressivo”:

> Segundo Koch, saber expressivo corresponde “a nossa capacidade de produzir textos segundo tradições e modelos históricos; no entanto, estas tradições históricas na forma de textos ou discursos são logicamente independentes das tradições das línguas particulares” (p. 54). (PATRIOTA, 2009, p. 23)

Devemos perceber, diante de tal releitura, que se faz necessário reconsiderar o que se entende por *historicidade*, já que as línguas e as tradições discursivas apresentam historicidades distintas, segundo Kabatek (2001, *apud* PONTES, 2008), ao esclarecer que o homem, considerado como ser social, e as línguas têm a mesma historicidade. Mas a das Tradições Discursivas, por sua vez, já não é a mesma:

> Trata-se, na realidade, de dois tipos diferentes de historicidade, sendo a historicidade da língua a do próprio indivíduo como sujeito, como membro de uma comunidade histórica da forma que parte através de sua língua materna

> e com a qual está inseparavelmente unido (é aqui onde o sujeito se funde com o objeto língua). O histórico da língua é, de algum modo, seu caráter ahistórico: a língua não tem data, se cria e recria numa sucessão interminável de atos que não têm princípio delimitável. As tradições discursivas, em mudança, sim, têm caráter histórico, isto é, são delimitáveis no eixo temporal. (KABATEK, 2001, p. 99 *apud* PONTES, 2008)

Para Koch (2008, *apud* PATRIOTA 2009), há que se distinguir o grupo que constitui as línguas históricas – ou línguas concretas – do grupo que constitui as Tradições Discursivas.

À guisa de distinção, pode-se partir desta diferença básica: no âmbito das línguas históricas, incluem-se as modalidades oral e escrita, com suas regras nos aspectos morfológico, fonético-fonológico, sintático e lexical (elementos que representam a culminância histórica de cada língua), enquanto as TDs compreendem, basicamente, tipos, gêneros e estilos textuais. Complementando:

> As tradições discursivas funcionam em virtude de situações comunicativas determinadas historicamente. Todo discurso individual guiado por determinados modelos discursivos – os gêneros ou as tradições – se constitui no marco de uma série de constelações comunicativas que controlam os traços específicos de cada discurso e as possíveis modalidades de sua produção e recepção. (OESTERREICHER, 2002, *apud* GOMES, 2007, p. 46).

QUADRO IV

NÍVEL HISTÓRICO	
LÍNGUAS CONCRETAS	TRADIÇÕES DISCURSIVAS
• **Constituídas por comunidades linguísticas.** • **Modalidades: oral e escrita.** • **Regras: morfologia, sintaxe, fonética, fonologia, léxico.**	• Constituídas por grupos profissionais e religiosos, correntes literárias, movimentos políticos, etc. • Tipos textuais. • Gêneros textuais. • Estilos.

Fonte: a autora, baseada em KOCH & OESTERREICHER (1997 apud KABATEK, 2004).

Pode-se compreender melhor o esquema do Quadro IV a partir da seguinte elucidação:

> A partir dessa subdivisão, discute-se a independência entre a história dos textos e a história das línguas particulares. A atividade do falar, o plano individual, submete-se, seguindo tal perspectiva, a esses dois filtros concomitantes (língua histórica e tradições discursivas) (LOPES, 2011, p. 367).

Kabatek (2004) considera importante esmiuçar – e esclarecer – a relação que existe entre TD e língua, no intuito de se compreender melhor que posição as TDs ocupam na teoria da linguagem. Mas, para chegar a tal ponto, o autor compreende também a necessidade de se definir *historicidade* de modo mais exato.

Partamos – como o fez Kabatek (2004) – do conceito de historicidade por Coseriu (1979), num ponto de vista anterior ao debate acerca das TDs, referindo-se, na verdade, aos *atos de fala*.

Coseriu (1979) refere-se a três definições de historicidade: i) *historicidade linguística*; ii) *historicidade como tradição (recorrência) de certos textos* e iii) *historicidade no sentido geral de 'pertencer à História'*.

Ao discorrer sobre a historicidade da língua, Kabatek (2004) afirma que se trata do próprio homem como sujeito histórico:

> A língua como língua particular é a história de uma comunidade internalizada no indivíduo. Ela é a forma primária do ser comunitário e o pressuposto para outras tradições culturais. (KABATEK, 2004, p. 2)

A historicidade como repetição de textos diz respeito a toda e qualquer expressão cultural recorrente – e a expressão linguística está aqui incluída:

> Trata-se aqui das tradições de uma comunidade, da recorrência na criação de objetos culturais, da possibilidade de se referir a fatos culturais anteriores, evocados em fatos novos por conta de semelhança funcional ou formal [...]. Trata-se aqui daqueles objetos culturais disponíveis em uma comunidade para a repetição [...] (KABATEK, 2004, p. 3).

Já o terceiro conceito, *historicidade no sentido geral de 'pertencer à História'*, faz referência a ocorrências individuais e únicas, ou seja, isenta de repetição, de modo que cada texto seja algo particular. "Aqui, trata-se do fato de que cada texto realizado é situável como acontecimento em algum lugar historicamente" (KABATEK, 2004, p. 4)

Uma vez realizada essa retomada ao modelo conceitual coseriano discutido, Kabatek (2004) insere o debate sobre a relação entre texto e tradição, afirmando:

> Na realidade, sempre é assim, mesmo em casos de relação tradicional negativa: também um texto que rompe com todas as tradições precedentes é relacionável com elas, ainda que seja precisamente pela ruptura (KABATEK, 2004, p. 4).

O supracitado autor avança, então, em sua análise e complementa que há uma diferença essencial entre a tradição textual e a tradição internalizada da língua, como também há uma relevante diferença entre o ato de se fazer uso de uma língua particular e o ato de se servir de uma tradição textual – o que não significa que os dois aspectos não se relacionem. São processos diferentes, porém inter-relacionados.

Zavam (2009), no seguinte comentário, simplifica eficientemente essa questão:

> Quando se afirma que um domínio pode ser independente em relação ao outro, isto é, as tradições linguísticas podem independer das tradições discursivas, não se está querendo propor que cada um seja regido por normas (regras) e tradições próprias totalmente autônomas. É evidente que um indivíduo, ao falar, não atualiza as regras de um só nível (ZAVAM, 2009, p. 72).

As tais formas ou fórmulas comunicativas que se repetem – mencionadas por Lopes (2011) – são as Tradições Discursivas.

No tocante aos aspectos composicionais das TDs, Kabatek (2006) apud Patriota (2009) informa que uma Tradição Discursiva apresenta três aspectos fundamentais que a definem: a **Repetição**, relação que, em certo momento histórico, os textos em geral estabelecem entre si; a **Repetição Discursiva**, ou seja, uma repetição que apresente uma combinação específica de elementos linguístico-discursivos (finalidade de expressão, elementos de conteúdo, intencionalidade, aspectos composicionais, contextualização, entre outros) e **Evocação**, que consiste no ato – fundamental – de se provocar o uso repetido dos textos, evento gerado por dada situação.

Vejamos um resumo desses três aspectos constitutivos das TDs no quadro que segue:

QUADRO V

1 REPETIÇÃO	2 REPETIÇÃO DISCURSIVA	3 EVOCAÇÃO
● **Relação estabelecida entre os textos em geral: em dado momento histórico, um texto mantém relação com outro anterior a ele.**	● Para uma repetição consistir numa TD, ela tem que ser uma repetição discursiva, o que significa que haverá de existir uma combinação específica de formas linguísticas. ● Nem toda repetição consiste numa TD.	● Ato de se provocar o uso repetido dos textos, evento gerado por uma dada situação.

Fonte: a autora, baseada em PATRIOTA, 2009.

Retomando os conceitos trabalhados no Quadro IV, buscamos, finalmente, o próprio Kabatek, no intuito não de finalizar a conceitualização de Tradições Discursivas, mas de encerrar esta etapa, podendo, então, dar lugar às próximas discussões:

> Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados (KABATEK, 2006, p. 512, apud SIMÕES, 2009, p. 1).

1.4.4 Mudanças linguísticas

A presente pesquisa dá lugar a um estudo acerca das eventuais mudanças linguísticas que possam ser observadas numa dada Tradição Discursiva, com suporte no gênero textual manchete jornalística, explorando o aspecto não estanque da língua, como temos em Coseriu (1980), cujo entendimento – como já o era o de Humboldt – aponta para uma língua de natureza criadora, uma *atividade*, e não um produto:

> [...] consoante célebre caracterização formulada em termos aristotélicos por W. von Humboldt, [a linguagem] não é essencialmente [...] coisa feita, “produto”, e sim [...] atividade criadora [...] (COSERIU, 1980, p. 92).

Humboldt (1990) apud Normanha (2013) atribui à linguagem um lugar social de fundamental importância, atingindo e modificando o homem no âmbito da coletividade na qual ele está inserido, mesmo em se tratando de um processo individualizado. E aqui está – no movimento de atingir e modificar esse usuário – a natureza dinâmica da linguagem. Nas palavras de Humboldt, o cerne da questão:

> [...] é preciso considerar a linguagem não como um produto morto (*todtes Erzeugtes*), mas, sobretudo, como uma produção (*Erzeugung*). [...] Em si mesma, a linguagem não é um produto (*Ergon*), mas uma atividade (*Energeia*) (HUMBOLDT, 2002, p. 416 – 418 apud SEGATTO, 2009, p. 194).

Semelhante posicionamento temos em Bakhtin:

> 1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energeia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
> 2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.
> 3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística.
> 4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado (BAKHTIN, 1995, p. 72-3).

Retomando Humboldt, atribui-se à linguagem a habilidade criadora devido ao fato de os falantes poderem fazer *usos infinitos de recursos linguísticos finitos*, uma vez que se trata de um atributo da mente humana – princípio humboldtiano básico e de suma importância para a compreensão de seu arcabouço teórico.

Humboldt compreende que a capacidade de mudar é inerente à linguagem, comportando-se o indivíduo numa dimensão individual de liberdade que o leva ao uso criativo da língua, não se descartando, no entanto, o fato inconteste de haver uma tradição da qual a língua se constitui.

Severo cita Humbold a tal respeito:

> A análise das línguas há de reconhecer e respeitar o fenômeno da liberdade, porém, investigar com zelo igual os limites da mesma (HUMBOLDT, 2006, p. 165, apud SEVERO, 2013, p. 6).

E é essa capacidade de mudar nos limites da tradição que intencionamos perceber no *corpus* em questão: manchetes do jornal impresso A União, num recorte temporal do século XX aos dias atuais.

Detectou-se, no entanto, o universo imensurável de temas e subtemas que o gênero manchete proporciona a qualquer periódico, motivo pelo qual se fez necessária a escolha de uma área mais restrita dentro de tão largo panorama temático. Foi assim que surgiu a pesquisa em torno do tema morte. Assim, todas as manchetes colhidas para o nosso *corpus* – logo mais analisado – carrega essa carga semântica.

Feita tal consideração, podemos retomar a questão discutida anteriormente: mudança linguística.

Coseriu (1979), no Capítulo I da obra *Sincronia, Diacronia e História – O Problema da Mudança Linguística*, introduz o que ele chama de "aporia fundamental" encerrada pelo problema universal da mudança linguística: por que as línguas mudam? Ele alega que, sendo a língua um sistema cujos elementos composicionais se inter-relacionam, pode parecer, a princípio, que a mudança consista num desequilíbrio para essa organização que talvez fosse avessa a qualquer alteração. '*Por que as línguas mudam*' é um questionamento que parece apontar para a perturbação do imperturbável, como se o "normal" fosse a não mudança. Na verdade, para o autor, a questão que realmente importa está adiante: ***o que muda***, e não por quê, uma vez que toda a discussão acerca do "problema da mudança linguística" não deve ser trabalhada em torno da causa. Coseriu defende que a língua não pertence ao domínio *causal*, e sim ao *final*. A língua deve ser entendida, antes de tudo, como *função*, para, então, poder ser entendida como *sistema*. Ela não funciona por ser sistema – ao contrário: <u>consiste num sistema para cumprir funções</u> e muda para permanecer em ritmo de funcionalidade.

Para o autor, a mudança na língua não é um “problema” a ser “resolvido” – é, tão simplesmente, uma característica inerente à língua. O raciocínio é simples: se a língua é uma atividade criadora, se está se fazendo continuamente pelo falar concreto, nunca estando, portanto, concluída, está claro que a mudança é parte desse processo.

A língua não é imposta ao falante – ela se oferece a ele, e este dela faz uso para sua expressão. E é fato que esta expressão tem sua liberdade, mas não total – vale ressaltar –, o que significa dizer que o usuário da língua opera mudanças nela, porém não a transforma totalmente, já que existe uma norma tradicional. O usuário faz uso de modelos históricos, o que gera um certo equilíbrio no ritmo processual das mudanças.

Se quisermos tratar de uma língua que não mude, devemos nos voltar à abstrata, encerrada nos compêndios gramaticais, registros canônicos alheios a quaisquer mudanças que possam ocorrer. O fato é que a língua “real em seu existir concreto” – nos termos coserianos – muda.

O seguinte comentário de Coseriu traz com eficiente brevidade estes pontos de vista aqui elucidados:

> O latim de Cícero deixou de funcionar como língua histórica justamente porque deixou de mudar; e neste sentido é uma “língua morta”, ainda que possa continuar a funcionar indefinidamente como “código” (COSERIU, 1973, p. 31-32)

Não há, no entanto, como tratar da questão sem adentrar na discussão da historicidade em relação ao sistema linguístico – relação, inclusive, na qual Coseriu não vê qualquer contradição.

É fundamental, para uma visão nesta linha, que se admita a inter-relação sincronia/diacronia, compreendendo-se que ambas as direções são imprescindíveis para um estudo dessa natureza:

> Na realidade, o equilíbrio da língua não é estável, mas precário, e o investigador pode adotar, e adota, os dois pontos de vista, o sincrônico e o diacrônico, mas isso não afeta, e sim confirma, a distinção entre sincronia e diacronia, no que ela tem de valioso. (COSERIU, 1979, p. 22)

E esta língua a que nos referimos – real, concreta – manifesta-se no falar concreto, *iniciando-se*, por sua vez, as mudanças no corte sincrônico, porém só *consideradas necessariamente* no corte diacrônico. Levar em conta a mudança na sincronia, nas palavras do próprio autor, seria como "querer comprovar o movimento do imóvel" (COSERIU, 1979, p. 22). Coseriu compreende e admite que todas as mudanças se dão pelo falar concreto e na sequência dos acontecimentos, mas a completude da mudança só será comprovada no corte diacrônico.

Vejamos esta consideração de Coseriu (*op.cit.*) acerca desta questão:

> [...] sendo a mudança intrínseca ao modo de existir da língua, deparamos, na realidade, a todo instante, com mudanças em ato. Por isso, as mudanças devem refletir-se também nos "estados" de língua, ainda que não possam ser comprovadas como tais do ponto de vista estritamente sincrônico [...]. De fato, as mudanças manifestam-se na sincronia, do ponto de vista cultural, nas formas "esporádicas", nos chamados "erros correntes" em relação à norma estabelecida e nos modos heterossistemáticos comprováveis num falar [...] (COSERIU, 1979, p. 104).

Em outras palavras, no corte sincrônico, o movimento linguístico ocorre, é claro, mas não pode ser comprovado como mudança linguística. Só a visão diacrônica tem os elementos para considerar o ocorrido como tal. O seguinte ponto de vista de Coseriu comenta esta afirmação:

> [...] o que se chama "mudança na língua" só o é em relação a uma língua anterior, enquanto que, do ponto de vista da língua atual, é cristalização de uma nova tradição, isto é, justamente não-mudança: fator de descontinuidade em relação ao passado, a "mudança" é, ao mesmo tempo, fator de continuidade em relação ao futuro (COSERIU, 1979, p. 28).

Nos termos coserianos, o que já se considera "mudança" do ponto de vista diacrônico é "condição de mudança" do ponto de vista sincrônico.

Quando Coseriu menciona, basicamente, que a mudança pode parecer um desequilíbrio de uma organização que talvez seja avessa a qualquer alteração, esse ponto de vista aponta para uma realidade sociolinguística: a não disfarçada resistência que existe no tocante à mudança linguística. E ele aponta os principais motivos: o fato de não se compreender a língua como *energia*, como também a comum tendência de se considerar a língua abstrata dissociada do falar, interpretando-a como se ela fosse *ergon*.

Essa tendência à não aceitação da mudança, ou, pelo menos, essa inclinação por considerá-la "errada" advém do fato de a língua abstrata – *ergon*, – ser a referência de "língua correta", de manifestação linguística 'aceitável'.

Para discutir essa questão, visitamos Bagno (2008), em cuja visão os pontos de vista coserianos ecoam, para quem a citada postura sustenta-se por uma ideologia que considera a Gramática Tradicional como única forma aceitável de interação entre os falantes (por ser de prestígio), relegando os falares e outras performances da língua como manifestações toscas, inacabadas e, sobretudo, isentas de qualquer *status*.

Temos, na nossa sociedade, uma ideologia gramatical norteada pela observância plena (ou, pelo menos, pela exigência dessa observância) aos preceitos de uma norma linguística oficial, obrigatória e, claro, excludente, a partir da qual todas as práticas linguísticas são medidas, julgadas e aprovadas ou reprovadas.

Trata-se de uma forma de controle, que podemos compreender da seguinte forma:

> Como sustentam Marx e Engels (1991 [1846]: 72), o domínio de uma classe social sobre as demais não ocorre apenas no plano material pela detenção dos meios econômicos de produção, do poder político, das fontes de matéria-prima, dos bens fundiários etc. É preciso que esse domínio também se dê no plano espiritual, das ideias (BAGNO, 2008, p.26).

Vê-se, assim, a relação da língua com um contexto de superiorização não apenas no plano linguístico. Observemos este ponto de vista:

> A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as

> condições de constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial [...] (BOURDIEU, 1996, p. 32 *apud* BAGNO, 2008, p. 28).

Bagno (2008) aponta os gramáticos como os *juristas* dessa língua de Estado e os professores como os agentes de imposição. E, assim, funciona uma dinâmica que considera todo e qualquer desvio às regras gramaticais como uma ameaça à unidade da língua de Camões (enveredando até mesmo pela intolerância), tendo a oralidade, inclusive, que se submeter à escrita, fazendo-se uma dicotomia muito clara do que é *certo* – escrito e dentro da norma culta – e errado – oral, variante, espontâneo, funcional.

Dessa forma, o falante que não se enquadra nas regras da Gramática Normativa é aquele que fala de modo errado e escreve de modo errado, ou seja, comunica-se mal, não importando se há eficiência na comunicação verbal e na interação desse falante com outros. Apenas a língua oficial, culta e homogênea,

> [...] vale para todos os membros da sociedade brasileira como língua legítima e digna de respeito. Tudo o que escapa do domínio linguístico delimitado pelas gramáticas normativas é "corruptela", é "feio", é "errado". Não é "língua de gente" ou, quando muito, é língua de seres humanos degradados, os párias da sociedade. Por isso Napoleão Mendes de Almeida fala de "língua de cozinheiras" ou de "infelizes caipiras", Luiz Antonio Sacconi condena a "língua de jacu" ou de "asnos", enquanto Eduardo Martins a atribui a "índios" (BAGNO, 2008, p. 31).

No âmbito da discussão acerca dessa língua "viva", em constante atividade, fazendo-se ininterruptamente, Coseriu considera relevante a distinção entre o que é "normal" e o que é "oposicional, ou seja, norma e sistema, para uma compreensão das ocorrências de dinamicidade e de equilíbrio no universo da língua.

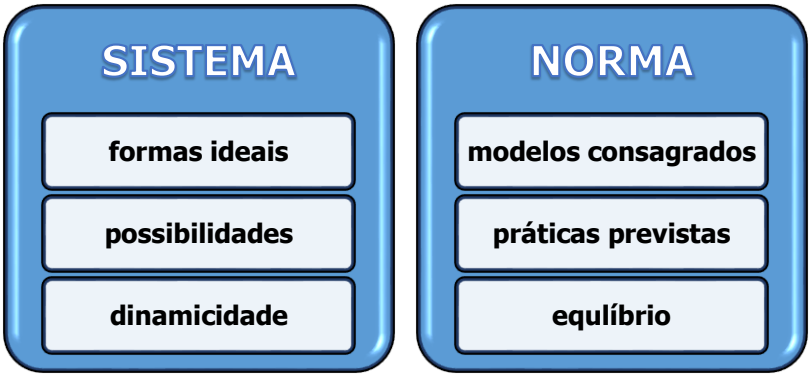
O ***sistema*** do ponto de vista coseriano refere-se a toda uma gama de possibilidades no âmbito do falar concreto, considerando-se que a língua faz-se constantemente, numa veia de permanente dinamismo, podendo-se sempre ultrapassar o que se configura até o momento como realizado.

Já a ***norma*** consiste no sistema de práticas já ratificadas na comunidade em questão, representando o equilíbrio do sistema no domínio sincrônico.

Nas palavras de Coseriu (1979, p. 49), a breve definição: “A norma duma língua representa o seu equilíbrio “externo” (social, regional) entre as várias realizações permitidas pelo sistema”.

Ilustremos a distinção entre sistema e norma no quadro que segue:

QUADRO VI



Fonte: a autora, baseada em COSERIU, 1979.

Coseriu (*op. cit*.) menciona, ainda, o eterno desnível entre o conhecimento do sistema e o da norma, considerando que o falante aprende o sistema antes mesmo de conhecer a norma e que, para o domínio desta, há que se ter um grau maior de cultura.

É relevante mencionar que, nesse amplo sistema de possibilidades em que ocorrem frequentemente “criações sistemáticas”[5], qualquer modificação de caráter psicofísico que se dê não consistirá, contudo, em mudança. Tais transformações psicofísicas, como o simples cansaço ou a excitação na fala do usuário; os desníveis entre o aspecto global da imagem acústica e o aspecto linear da concretização fônica; a inércia dos órgãos de fonação; a assimetria do aparelho fonador, entre outras ocorrências, podem alterar aspectos da língua, mas não mudá-la, pois, para Coseriu

[5] Frequentes construções contrárias à norma. No exemplo de Coseriu, na página 120 da obra Sincronia, Diacronia e História: “[...] a criança conhece o sistema de “possibilidades”, [...] (como *fazi* e *trazi*, por *fiz* e *trouxe*), constantemente corrigidas pelos adultos.”

(1979), fatores culturais e fatores relacionados à finalidade estão acima de quaisquer questões biológicas ou voltadas à necessidade.

O caminho para a mudança linguística é outro. Coseriu (1979) afirma que a mudança linguística origina-se no diálogo – e é no diálogo que ocorre a inovação, e, caso o ouvinte a aceite como modelo expressivo, temos um caso de adoção.

Mas inovação não é sinônimo de mudança linguística, podendo, entre outras ocorrências, dar-se como uma modificação de um modelo já posto, ou como empréstimo de outro idioma, ou, ainda, como criação sistemática, mas terá que haver a aceitação desse novo formato (por parte do ouvinte), para que se realize a adoção.

Coseriu (*op. cit.*) também nos lembra da impossibilidade de se determinar o momento exato da primeira ocorrência de inovação, como também o falante inovador, uma vez que, quando se vem a ter a confirmação de um evento inovador na língua, ele já se encontra no patamar de adoção e, portanto, já estamos falando em termos de mudança.

Não será toda e qualquer inovação, entretanto, a ser absorvida e, consequentemente, adotada. O fato é que a adoção não consiste num processo meramente reprodutor dos eventos inovadores, e sim num processo seletivo. Isso significa que, se a inovação, por exemplo, não apresentar qualquer funcionalidade, ela não será difundida, nem mesmo considerada. O ouvinte assimila e adota inovações a depender de situações várias, como Coseriu resume:

> [...] pode-se dizer que uma adoção corresponde a uma *necessidade expressiva*; necessidade que pode ser cultural, social, estética ou funcional. O ouvinte adota o que não sabe, o que o satisfaz esteticamente, o que lhe convém socialmente ou que lhe serve funcionalmente. A “adoção” é, por isso, um ato de cultura, de gosto e de inteligência prática (COSERIU, 1979, p. 78).

O segundo problema referente às mudanças linguísticas, na análise coseriana, é o Problema Geral das Mudanças, que consiste em definir-lhes as condições gerais.

Nas palavras do próprio autor, o cerne da questão:

> [...] dado que a língua se faz pela liberdade linguística dos falantes, esse mesmo problema, colocado do ponto de vista do falar, consiste em estabelecer as condições em que a liberdade linguística costuma renovar a língua; e, colocado do ponto de vista da língua constituída, consiste em estabelecer de que maneira a língua se adapta às necessidades expressivas dos falantes, ou seja, de que modo e em quais condições o que é criado pela liberdade expressiva é aceito e difundido, quer dizer, é inserido na tradição linguística e transformado por sua vez em tradição (COSERIU, 1979, p. 100).

É condição – e não causa – favorável à mudança, no âmbito de uma mesma língua, a variedade regional ou social, como também o enfraquecimento dessa mesma língua em situações de declínio cultural.

Também favorecem ocorrências de mudanças linguísticas as contradições em construções normativas perfeitamente justificáveis no plano paradigmático, mas de pouca – ou nenhuma – utilidade no eixo sintagmático, ou seja, construções normativas inabaláveis no registro escrito formal da língua, mas que, nas realizações cotidianas, não se mostram eficientes nem mesmo úteis e vão sendo apagadas pelo sistema.

Um outro fator que, igualmente, pode oportunizar as mudanças é o – já citado – desnível entre o conhecimento do sistema e o da norma, levando-se em conta que o usuário da língua “domina” mais naturalmente o sistema (e o aprende antes mesmo de conhecer a norma), situação que, de certo modo, pode ‘fragilizar’ a norma em situações de declínio cultural.

Uma vez tendo não finalizado (pois nunca finalizamos de fato!), mas abordado a contento o supracitado problema das mudanças linguísticas, voltemo-nos à análise do *corpus* proposto.

1.5 O GÊNERO CAPA DE JORNAL

O subtítulo acima já afirma ser um gênero a capa de jornal, mas essa questão não é exatamente simples.

Marcuschi (2003) discute isso, apontando não exatamente a capa do jornal, mas o jornal como em si, como um suporte, e não como um gênero.

À guisa de conceito para *suporte*, vejamos estas considerações:

> Suporte textual tem a ver centralmente com a ideia de um portador do texto, mas não no sentido de um meio de transporte ou veículo, nem como um suporte estático e sim como um locus no qual o texto se fixa e que tem repercussão sobre o gênero que suporta (MARCUSCHI, 2003, p. 8).

Com relação ao assunto específico de que tratamos aqui, o supracitado autor tece outras considerações, ratificando o entendimento de que o jornal está para suporte, e não para gênero:

> O jornal, diário e mesmo o jornal semanal, é nitidamente um suporte com muitos gêneros. Estes gêneros são em boa medida típicos e recebem, em função do suporte, algumas características em certos casos, tal como o da notícia [...] (MARCUSCHI, 2003, p. 8).

Travassos (2011), no entanto, com base em Bazerman (2005), afirma que a capa de jornal é, propriamente, um gênero textual, com o *status* e o valor sociais reconhecidos como tais, como Bazerman entende que deve ocorrer:

> [A capa de jornal] como a maioria dos gêneros, tem características de fácil reconhecimento [...] relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelo gênero (BAZERMAN, 2005, p. 38 *apud* TRAVASSOS, 2010, p.24)

Para Bazerman (*op.cit*.), definir gêneros com base apenas em um conjunto de características textuais é uma ação que deixa de considerar a função que os indivíduos desempenham quando do uso e da construção de sentidos na relação com aquele gênero. E o autor complementa que os gêneros “são parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais” (BAZERMAN, 2005, p. 31).

No caso da capa de jornal, mais que um suporte (que, no máximo, seria um *locus* de fixação de vários gêneros, como se já mencionou), ela já é o que o supracitado autor considera um *fenômeno de reconhecimento psicossocial*, “parte de processos de atividades socialmente organizadas” (BAZERMAN, 2005, p. 31).

Isso significa que, quando os usuários passam a reconhecer uma ação comunicativa, no âmbito de certo contexto social, distinguindo-a pelo seu *status* e seu valor sociais, ela é identificada como gênero.

Para Miller (2009 apud TRAVASSOS, 2011), ao adquirir um nome reconhecido dentro da comunidade, a ação comunicativa passa a funcionar como gênero.

Vê-se, diante de vertentes tão distintas, que novas classificações e reconhecimento de gêneros não consistem em tarefas simples e de fácil execução, tampouco se trata de uma questão encerrada, concluída. Novas considerações surgem, os pontos de vista são diversos, e é fundamental essa dinâmica para a permanência da discussão.

No que tange à capa de jornal, tratamo-la aqui, neste estudo, como gênero, sim, não ignorando, no entanto, o posicionamento de Marcuschi (*op, cit*.) quanto a considerar o jornal um suporte. Na verdade, não questionamos, em nenhum aspecto, se o jornal consiste – ou não – em um suporte, pois nosso foco não é o jornal em sua totalidade, e sim a capa. Compreendemos, no entanto, que o que Marcuschi teoriza sobre o jornal (considerando-o um suporte que representa um *locus* de fixação para diversos gêneros) estende-se à capa, levando-se em consideração que o autor supracitado não especificou seções do jornal em suas considerações, analisando-o em sua totalidade.

Expusemos essa dualidade de abordagens por entendermos a importância de discutir a polarização das teorias e porque isso amplia e enriquece a discussão.

Concordamos, todavia, com esta abordagem de Travassos (2011):

> A capa de jornal conquistou esse *status*, pois já se tornou um termo comum no âmbito do jornalismo. Em diversos *sites* de jornais brasileiros, como o da Folha de S. Paulo, do Jornal do Commercio de Pernambuco e do Diário de Pernambuco, entre outros, pode-se acessar um link, geralmente com a denominação “capa” ou “capa da edição do dia”, e ver as capas das edições impressas (TRAVASSOS, 2011, p. 107).

Além do que expõe a citação acima, podemos mencionar que a capa de jornal já atingiu estágio tal de reconhecimento na nossa sociedade que extrapola, sim, a condição de mero suporte. Vários autores dedicam-se, exclusivamente, ao estudo

dela, como também vários veículos, como é o caso da Folha de S. Paulo e sua obra *Primeira Página – 90 Anos de História nas Capas Mais Importantes da Folha*[6], já em sua 7ª edição:

Vejamos o que nos diz a sinopse[7] deste livro:

> Os principais eventos dos últimos 90 anos estão reunidos neste livro que traz a reprodução das 223 capas mais importantes da **Folha de S.Paulo**, desde a criação do jornal, em 19 de fevereiro de 1921, até a eleição de Dilma Rousseff.
>
> Com novo design de capa, a sétima edição da obra expõe toda a história do século 20, a partir da segunda década. O leitor poderá conferir no livro como a **Folha** abordou a Semana de Arte Moderna (1922), a ascensão de Getúlio Vargas, a Segunda Guerra Mundial, o período da Guerra Fria, a chegada do homem à Lua, a morte de John Kennedy, a ditadura militar no Brasil, a campanha das Diretas, a morte de Tancredo Neves e a redemocratização do país. "Primeira Página" informa ainda sobre os acontecimentos que marcaram a primeira década do século 21, como o ataque ao World Trade Center, o pentacampeonato do Brasil na Copa do Mundo, a posse de Lula, a invasão do Iraque pelos EUA e a eleição de Barack Obama.
>
> "É sobretudo na primeira página que o jornalismo interpela a posteridade, apresentando-se como rascunho da história", escreve Otavio Frias Filho, diretor de Redação da **Folha de S.Paulo**, na apresentação. O livro traz também um ensaio do historiador Nicolau Sevcenko, que analisa a importância da primeira página para os jornais: "Há muito que aprender sobre o processo pelo qual o jornal não só fala do mundo, mas participa

[6] Imagem disponível em: http://livraria.folha.com.br/livros/historia-do-jornalismo/primeira-pagina-7-edicao-folha-s-paulo-1161627.html. Acesso em 11 de outubro de 2014.

[7] Disponível em http://livraria.folha.com.br/livros/historia-do-jornalismo/primeira-pagina-7-edicao-folha-s-paulo-1161627.html. Acesso em 11 de outubro de 2014.

> efetivamente da produção da imagem que todos nós compomos da realidade e do cotidiano".

Outras obras acerca da capa de jornal estão no mercado, dedicando-se às funções que ela desempenha para o próprio jornal e também no contexto social. *Capas De Jornal – A Primeira Imagem E O Espaço Gráfico Visual*[8], de José Ferreira Júnior, é um outro exemplo:

Essa regularidade de traços composicionais pode ser constatada se observarmos capas publicadas em décadas diversas no âmbito do próprio *corpus* deste trabalho, ou, ainda, se ampliarmos a comparação, verificando capas de jornais diversos de países vários. Temos aqui um pequeno apanhado delas, à guisa de demonstração dessa ocorrência de regularidade, segundo um critério diacrônico e geográfico. Vejamos.

[8] Imagem disponível em: http://livraria.folha.com.br/livros/teoria-do-jornalismo/capas-jornal-jose-ferreira-junior- Acesso em 11 de outubro de 2014.

Lugar:

Buenos Aires, República Argentina

Data: 1º de novembro de 2010

Uma das chamadas de capa

Manchete da matéria principal

Clarín

Lunes 1º Noviembre de 2010

Un clásico de Clarín — Pasión porteña por el maratón Cada vez más gente se anima a correr en las calles

ASUMIRA EN ENERO TRAS EL ROTUNDO TRIUNFO EN EL BALOTAJE

También en Brasil una mujer llegó a la Presidencia

Dilma Rousseff, con el apoyo crucial de Lula, a quien sucede, derrotó por 12 puntos al opositor José Serra. Tiene 62 años y viene de superar un cáncer. Anoche prometió erradicar la miseria, una estricta libertad de prensa y revalorizar los derechos humanos.

EL CRIMEN DE BARRACAS

Un video complica más al barra Favale

Lo muestra al frente de la patota ferroviaria que disparó contra el militante del Partido Obrero. Se trata de imágenes en poder de la Justicia, que pudo ver Clarín. Ya son seis los detenidos.

FUTURO Y PROYECTOS

Aymar Hay Leona por dos años más

Dice que su último gran desafío será ganar el oro en los Olímpicos de 2012. Y tiene ofertas para hacer teatro en Mar del Plata.

EN PLENO DUELO

Cristina volvió del sur y retoma la actividad

Arribó al Aeroparque anoche con sus hijos, Máximo y Florencia. Hoy a la tarde estará en su despacho de la Casa Rosada. La semana próxima viajará a Corea del Sur.

PRESIDENTE Gral. JUAN D. PERON

Fonte: http://aquimequedo.com.br/2010/11/01. Acesso em 18/02/2014.

Lugar:

Oakland

Manchete da matéria principal

Uma das chamadas de capa

Data: 5 de outubro de 2010

Oakland Tribune

SPORTS: GAME 1, 6:37 P.M. THURSDAY AT AT&T PARK — GIANTS VS. BRAVES

BUSINESS — CHEVRON PLAN TO BUY BACK SHARES UNVEILED

Court upholds state furloughs

Walnut Creek native rises to top of daredevil sport's ranks

The peak of courage

IN MORNING REPORT

TRYING TO MOVE ON

'Greatest generation' set to return to Cal

Mehserle's attorney seeks new trial as new evidence emerges

Fonte: http://emfotojornalismo.blogspot.com.br/2010/10. Acesso em 18/02/2014

O fato de Bazerman alegar que cada característica do gênero em questão desempenha uma função leva-nos à necessidade de ampliar certas considerações sobre cada característica mencionada, começando pela manchete.

1.5.1 Títulos, subtítulos, etc.

Na verdade, refiramo-nos, mais precisamente, a títulos, que, conforme Bahia (1990), dividem-se em *antetítulo* (ou manchetinhas), *títulos* (ou manchetes), *subtítulos* (títulos secundários) e *intertítulos*, que se posicionam por entre a composição.

Numa capa (como também por todo o jornal), há títulos (manchetes) com tipos maiores e menores, com mais ou menos destaque, ocupando espaços mais ou menos privilegiados da página, a depender de uma série de fatores, como a importância do assunto a que a manchete se refere e as intenções editoriais que possam estar por trás da escolha daquele fato para ser a manchete principal.

Fernandes (2014) comenta que o título não se isola, não é um dado extralinguístico. Trata-se de um elemento que está intrinsecamente associado ao contexto. E, uma vez considerando tal realidade, acrescentamos, com base em Lopes (1989), que o título é um importante filtro que tanto pode agregar importância às matérias, como pode tirar delas esse mérito. Vejamos o que nos diz o autor:

> Um título forte, grande, evidentemente chama mais atenção do que outro obscuro, pequeno. É uma forma de motivar, indicar a importância da notícia ou mesmo desmotivar o leitor [...]. Alguns títulos emitem claramente um ponto de vista, enquanto outros dissimulam o conteúdo verdadeiro (LOPES, 1989, p. 43).

O modo como esse filtro atuará segue critérios que passam dos interesses políticos que envolvam o jornal até mesmo ao simples e puro reconhecimento da grandiosidade do fato em si, jornalístico por excelência. Sendo assim, não é qualquer fato que “ganha” a manchete principal de uma capa. Diante de critérios tão diversificados – e cada um atendendo às suas necessidades editoriais –, a um fato menor e de parca amplitude pode ser atribuída uma importância desproporcional,

enquanto um ocorrido consistente e potencialmente noticioso pode ser relegado a um segundo plano numa capa – ou até mesmo fora dela.

Mais de uma vez, temos mencionado a possibilidade de manipulação da notícia por meio das ferramentas editoriais. Ocorre que isso é um fato corriqueiro em qualquer redação de jornal porque, antes de qualquer outra realidade, uma empresa jornalística é, acima de tudo, uma empresa, que está no mercado – e um mercado competitivo – e com um produto à venda. O único grande diferencial é que o tal "produto" consiste em ideias!

Lopes esclarece que:

> Como todo investimento pressupõe um retorno, qualquer discussão sobre "independência" fica limitada pela própria natureza da empresa jornalística que, como qualquer outra num regime capitalista, vê-se condicionada ao lucro para sobreviver, ficando, assim, exposta a todos os tipos de pressão, desde os anunciantes, até eventualmente do governo legal, que, dependendo do momento político que atravessa, tem meios de lançar mão de um grande número de restrições, como a retirada da publicidade e até a censura (LOPES, 1989, p. 40).

Entendemos que essa é uma face importante das relações jornalísticas, um elemento a se considerar sempre que nos referirmos a *manobras editoriais* ou a outros termos semelhantes. Os jornais lidam, o tempo todo, com a informação, mas, infelizmente, o *simples informar* pode ser sua última intenção:

> Não é só de informar, portanto, que vive o jornal. Vive de crer e de fazer-crer; de saber e de fazer-saber; de fazer e de fazer-fazer. Vive também de ser e fazer-ser; tudo sobremodalizado pelo parecer ou não parecer, no referido jogo da verdade, compartilhado, de maneira cúmplice pelo leitor (DISCINI, 2004, p. 154 apud CAMPOS *et al*., 2014).

Quanto aos antetítulos, eles se dispõem numa linha de texto com muito menos destaque que os títulos (manchetes), mas nem por isso com menos importância, pois, ao cumprir sua função de completar os títulos, oferecem informações valiosas para uma melhor compreensão destes, uma vez que:

> [...] a condensação a que o título obriga nem sempre permite a contextualização imediata e o enquadramento daquilo de que fala. O antetítulo retira ao título a obrigação de *dizer tudo*, permitindo a utilização neste de fórmulas mais breves, e portanto mais vigorosas e expressivas (GRADIM, 2000, p. 13).

Vejamos alguns exemplos desses elementos:

Fonte: http://blog.danielflorencio.com/2010/09/. Acesso em 19 de fevereiro de 2014.

No que concerne ao subtítulo, segundo Guimarães (2007), ele exerce papel semelhante ao do título, no sentido de resumir o conteúdo do texto a ser lido. Outro

aspecto a se considerar é o fato de o subtítulo consistir numa sequencialização em relação ao título, além de complementar informações.

Vejamos um exemplo:

Reforma reduzirá espera no bandejão

Espaço para usuários tomará lugar de cozinha e estacionamento. Restaurante fechará por um mês

Subtítulo

Intertítulo

Murilo Azevedo
Leando Stein

nesse semestre, o do Instituto de ará fechado, no almoço e no jantar, pelo período de um mês. O restaurante será ampliado e terá sua capacidade aumentada para o próximo ano. Os espaços que hoje são ocupados pela cozinha e pelo estacionamento do restaurante serão transformados em lugares para comportar mais usuários.

Sem funcionamento durante o jantar desde o dia 1º de outubro por das reformas, o o vai fechar por nos um mês no almoço também. "Ainda não sei ao certo quando, mas devemos ter cerca de um mês de blackout.", diz Alejandro Szanto de Toledo, diretor do Instituto de Física.

O bandejão da Física têm recebido quase 1500 pessoas por dia, número superior à sua capacidade. Durante o período das reformas, a demanda nos bandejões central, da química e prefeitura deve aumentar. Szanto minimiza os efeitos. "É um sacrifício que temos que fazer para ajudar."

Para os vegetarianos, que só encontravam a opção da proteína de soja na Física, o bandejão central já oferece refeição vegetariana no jantar e passará a oferecer também no almoço quando o restaurante da Física fechar por completo.

Sem cozinha

Após as obras, o restaurante da Física não terá mais cozinha. A comida já virá preparada de outro restaurante e a atual cozinha será transformada em espaço para mais mesas. No bandejão da prefeitura do Campus os sistema já é assim. A comida vem do restaurante central.

O espaço físico do prédio na Física também será ampliado. Serão construídos mais lugares onde há o estacionamento.

Hoje, é comum ver grandes filas e usuários tendo de sair do restaurante com suas bandejas por falta de espaço. Alguns chegam até a almoçar sentados no chão do estacionamento.

Szanto diz que o principal objetivo da reforma é a diminuição das filas e da espera. "É uma indignidade o usuário ficar uma hora, uma hora e meia na fila para comer", diz.

No entanto, Szanto diz que a reforma não é a ideal. "A reforma ainda é tímida. A idéia inicial era triplicar a capacidade. Eu gostaria de uma ampliação maior, mas não será possível".

O diretor também revelou que tinha um projeto para, além da reforma do bandejão, abrigar no Instituto um restaurante privado. Segundo ele, seria importante dar opção para os que podem pagar e optem por um conforto maior.

YURI GONZAGA

A reforma busca reduzir filas para o bandejão aumentando o espaço para usuários

Fonte: http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/atualizacao-do-site-do-jornal-do-campus/. Acesso em: 19 de fevereiro de 2014.

O subtítulo forneceu, como se vê no caso acima, esclarecimentos quanto à natureza da "reforma".

Já o intertítulo (também conhecido como entretítulo) é menos frequente e não tem um papel tão definidor quanto o que se acabou de expor. Vejamos esta análise:

> [...] entretítulos repetem-se a intervalos variáveis, quando o assunto muda ou para simples arejamento gráfico do texto. Mas, no jornalismo diário, não se

> devem considerar essenciais os entretítulos: eles são a primeira coisa suprimida, quando sobram linhas por erro de cálculo (LAGE, 1986, p. 52).

Além dessa problemática dos títulos, Travassos (2010) esclarece que os passos seguintes na formatação de uma capa de jornal consistem na escolha dos aspectos gráficos, os quais reforçam a mensagem. Passemos à elucidação de tais elementos.

1.5.2 Aspectos gráficos

Os aspectos gráficos fundamentais que compõem a capa de um jornal são a *tipografia*, as *imagens* e as *cores*, os três elementos que, inclusive, consistem em uma das categorias da análise que se realizará no *corpus*, no Capítulo IV, a categoria gráfico-composicional.

TIPOGRAFIA

Por *tipografia*, entendemos todo o processo que compreende a criação dos caracteres, a escolha das fontes, enfim, todos os passos em torno da composição do texto até a impressão do jornal.

Sob o ponto de vista de Oliveira (2007):

> [...] a tipografia é considerada um dos principais elementos da comunicação visual, sendo a arte de compor um texto visual e de fazer a integração ao todo com legibilidade. Para essa composição são utilizados as letras, os números e os sinais de pontuação. Cada um desses caracteres representa o que se conhece por tipo, palavra que deu origem ao termo tipografia (OLIVEIRA, 2007, p. 31 – 32).

Oliveira (*op. cit*.) complementa que o objetivo da tipografia é comunicar a informação mediante a letra impressa.

Segundo Bacelar (1998), os manuscritos medievais foram o alicerce para os desenhos das letras gravadas, fundidas e usadas na imprensa em seu primeiro meio século de existência.

A imprensa representa para a caligrafia o que o desenho representa para a fotografia: “uma imitação mecanizada do ato manual de traçar, escrever, desenhar ou pintar” (BACELAR, 1998). A industrialização transformou a tipografia na grande propaganda da mensagem escrita:

> Após Gutenberg, a tipografia seria reinventada inúmeras vezes: os tipógrafos tentariam permanentemente ajustar um sistema mecânico à evolução da escrita manual. Desde que se iniciou a multiplicação dos caracteres, de início artesanalmente (sobre madeira e, mais tarde, sobre metal), e depois de forma industrial, as tradições da escrita (ou das escritas) estabeleceram uma série de referências sobre as formas da tipografia (BACELAR, 1998, p. 10).

Chamamos de *família de tipos* o conjunto de variações com base em um único desenho da letra. Por exemplo:

QUADRO VII

FAMÍLIA FRANKLIN GOTHIC
Franklin Gothic Book
Franklin Gothic Demi
Franklin Gothic Demi Condensed
Franklin Gothic Heavy
Franklin Gothic Medium
Franklin Gothic Medium Condensed

Fonte: a autora, baseada em FERNANDES, 2006

As variações podem, ocorrer, entre outros fatores, no tocante ao peso, à largura e à inclinação da fonte. Vejamos o quadro:

QUADRO VIII

Fonte: adaptação de FERNANDES, 2006, p. 58.

Conforme o supracitado autor, há dois grandes grupos tipográficos no Ocidente: os Latinos (ou Antiqua) e os Góticos (ou Letra Negra, ou, ainda, Inglesa Antiga), com cada grupo dividindo-se em famílias.

A família dos caracteres latinos tem três classes:

1. **Veneziana** – muito conhecida como Medieval. São representativos desta classe os caracteres Garamond, Aldus Manutius e Jenson, criados e usados nos séculos XV e XVI.
2. **Romana Antiga** – surgiu no período barroco. Representam esta classe os caracteres Janson, Caslon, Baskerville e Fournier.
3. **Romana Moderna** – do período clássico até a época Vitoriana, tem como representantes os caracteres Bodoni e Didot.

Vejamos exemplos de algumas dessas fontes no quadro que segue:

QUADRO IX

CARACTERES LATINOS	
	GARAMOND
	A a B b C c D d E e F f G g H h
	BASKERVILLE
	I i J j K k L l M m N n O o P p Q q
	BODONI
	R r S s T t U u V v W w X x Y y Z z

Fonte: a autora, com base em Bacelar, 1998.

A família dos caracteres Góticos divide-se em duas classes:

1. **Lineares Sans-Sarif** – classe de caracteres sem serifas, como Bell Gothic. Letras sem serifas também são conhecidas como *grotescas*.
2. **Lineares com serifas**, classe representada pelos caracteres Egípcias, Italiana, Clarendon e Cursivos.

À guisa de informação, *serifas* são pequenos traços, pequenas curvas, prolongamentos que ocorrem nas extremidades das letras. Exemplo:

Fonte: http://www.navorsky.com.br/portfolio. Acesso em 27 de agosto de 2014.

Freire (2009) lembra-nos que a energia e a vida que o texto possa ter são de responsabilidade também da tipografia – o que nos leva à consciência da importância desse elemento, cujas funções podemos conhecer mais detalhadamente a seguir:

> Segundo Bringhurst (2005, p. 31), dentre as funções da tipografia, destacam-se: o convite à leitura, a revelação do teor, o significado do texto, a clareza da estrutura, a ordem do texto, a conexão do texto a outros elementos e a indução a um estado de repouso energético, que é a condição ideal da leitura (FREIRE, 2009, p. 294).

Fernandes (2006) corrobora esse aspecto da tipografia, no sentido de que ela denota expressividade e contextualiza significados. Vejamos o resumo do próprio autor:

Letra grotesca, sem serifa, Indicada para expressar atualidade, mecanismo, força, indústria...

Letra em estilo romano, Expressa classicismo, tradicionalismo, religião, arte...

Letra Grossa , Símbolo de força, poder, energia

Letra clara , Simboliza debilidade, suavidade, elegância, luxo.

LETRA CURSIVA MAIÚSCULA, Símbolo de dinamismo.

LETRA MAIÚSCULA, Indica título, encabeçamento, anúncio.

letra minúscula romana, Indica conversação, frase...

Fonte: FERNANDES, 2006, p. 66.

Essa expressividade e esses significados contextualizados são devidamente explorados mediante o uso dos tipos, para a construção de manchetes buriladas, de forma a exercerem determinado sentido, de acordo com os interesses e necessidades editoriais.

IMAGENS

Um elemento gráfico de forte apelo estético que a capa de jornal traz consigo são as imagens. Porém, mais do que a conotação plástica, há que se considerar que as imagens também informam e agregam emoção no seu modo de informar. A escolha de uma imagem pode fazer a diferença no resultado que se queira obter do leitor. Ela pode ter um efeito manipulador, provocador, chocante, emocionante...e tantos outros que se queiram.

Seleciona-se a imagem que dará apoio à manchete principal da capa do jornal mediante um processo tão criterioso quanto o da seleção das próprias notícias, respeitando-se o padrão editorial daquela empresa jornalística e/ou a relevância do fato a ser noticiado. Vale ressaltar que, além do empenho em nome da qualidade, a decisão pela melhor imagem gira em torno também de outros interesses:

> A seleção e o destaque da foto fazem parte do "poder" da mídia de agendamento do que o público irá ver e discutir no dia seguinte. É uma decisão tão importante quanto a escolha da manchete (FORNI, 2005, p. 2 apud TIMÓTEO, 2010, p. 55).

A mídia retrata a fotografia de quatro maneiras: como *foto testemunhal*, *construída*, *retórica das paixões* e *categorial*:

> A foto testemunhal é uma das modalidades mais tradicionais do fotojornalismo. Tomada no momento do acontecimento, esta categoria transmite a ideia de que "isso aconteceu assim". A foto construída (ou pose) é aquela em que os personagens, conscientes de que estão sendo fotografados, agem de forma harmônica com o fotógrafo [...]. Na retórica das paixões, privilegia-se a qualificação de um evento ou acontecimento. Por último, a fotografia categorial é uma foto conceitual (LOPES, 1998, p. 65 apud CERQUEIRA, 2007, p. 5).

Vejamos a escolha da imagem feita nas seguintes capas que noticiaram a morte de Michael Jackson, ocorrida em 25 de junho de 2009, porém noticiada no dia seguinte.

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★ WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO — SEXTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2009 — EDIÇÃO SÃO PAULO, CONCLUÍDA À 1H29 ★ R$ 2,50

Michael Jackson morre aos 50

Músico sofreu parada cardíaca em casa, nos EUA; seu álbum 'Thriller', de 1982, é o mais vendido da história

guia especial o melhor de são paulo

O MELHOR DE SÃO PAULO

» Pesquisa Datafolha indica os melhores bares e restaurantes

» Júri de 100 personalidades aponta seus lugares preferidos em SP

+ roteiro com 500 restaurantes e 250 bares

Jackson durante show em 1990; cantor veio ao Brasil em 1993 para duas apresentações em SP

O cantor Michael Jackson, 50, morreu após sofrer parada cardíaca na sua casa em Los Angeles (EUA). O município da morte foi feito às 14h26 local (18h26 de Brasília) pelo Centro Médico da Universidade da Califórnia, para onde ele foi levado, em coma profundo, depois de ser encontrado por paramédicos dos bombeiros sem sinais de pulso ou respiração.

Até a conclusão desta edição, as causas estavam sendo investigadas. Brian Oxman, advogado ligado aos Jacksons, disse que o músico tinha problemas com uso excessivo de remédios vendidos sob receita médica.

Michael Jackson, que gravou fama aos 11 anos, em 1969, no grupo Jackson 5, foi um dos maiores nomes da música pop, com 14 canções no topo das paradas dos EUA. Seu álbum "Thriller" (1982) é o mais vendido da história (ao menos 50 milhões de cópias). Estima-se que tenha comercializado até 750 milhões de discos.

Em julho, o cantor iniciou turnê em Londres. Desde os anos 90, ele era alvo de rumores sobre a mudança da cor de sua pele e alegações de abuso de menores. Em 2005, um julgamento o inocentou de dez acusações. Ele deixa três filhos. Especial

SÉRGIO DÁVILA — Quem mais levaria Brando e Britney ao mesmo palco?

Assistí ao último show de verdade de Michael Jackson, em Nova York, quatro dias antes do 11 de Setembro. Quem mais reuniria no palco Marlon Brando e Britney Spears? Mas também estavam lá corações que marcaram gerações. Pág. Esp. 3

PAULO RICARDO — Cantor morria à medida que perdia sua cor

A dura verdade é que Michael Jackson já estava morto havia tempo. Assim como Elvis morreu ao entrar para o Exército, o negro querubim que conquistou oceanos e mentes, de certa forma, foi se deteriorando como um fantoche antigo. Pág. Esp. 4

ÍNDEX/MORTE DO ÍDOLO

Bizarrice não vem onde talento, afirma André Forastieri Esp. 2

Fantasia o direito da criação, diz João Marcelo Bôscoli Esp. 4

Elogios de seus legítimos herdeiros, o fã Thiago Ney Esp. 4

Gripe suína fecha faculdades em 3 Estados e posto de saúde no RJ

Quatro faculdades e até um posto de saúde em Nova Friburgo, na região serrana do Rio, pararam devido à gripe A (H1N1), conhecida como gripe suína. O Brasil já tem 452 casos da doença.

Em São Paulo, a Cásper Líbero antecipou as férias. Foram suspensas aulas na FEA-USP, na Universidade Estadual de Londrina (PR) e na Univix, em Vitória (ES).

Em Foz do Iguaçu (PR), 50 funcionários do setor de informática de Itaipu foram afastados do trabalho. Pág. C1

Crise política piora e leva às ruas militares em Honduras

O conflito do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, com o Judiciário, o Congresso e os militares em torno da destituição do chefe do Estado Maior das Forças Armadas e de uma consulta popular sobre a reeleição presidencial se agravou.

Tegucigalpa amanheceu ontem com militares nas ruas. O governo vê tentativa de golpe. Aliado de Zelaya, recém-convertido à esquerda, o venezuelano Hugo Chávez ecoou e elogia centro-americano. Pags. A12 e A22

mundo — Ex-pantera Farrah Fawcett morre aos 62 de câncer Pág. A14

A atriz se tornou um ícone através da "Pantera"

Sarney se diz vítima de 'campanha midiática'

Sob novas acusações, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), se disse vítima de uma "campanha midiática" e, pela primeira vez, atribuiu a crise a seu apoio ao presidente Lula.

Lula defendeu o aliado. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF), entre outros, foram à tribuna pedir a saída de Sarney. Pág. A4

ELIANE CANTANHÊDE — Senador repete filme cujo final é a queda Pág. A2

esporte — Brasil vence África do Sul por 1 a 0 e vai à final da Copa das Confederações Pág. D1

brasil — TSE cassa mandato de governador do TO; ainda cabe recurso A6

dinheiro — Inadimplência de pessoa física chega a 8,6% e bate recorde B1

Dilma conclui em SP sessões de quimioterapia

A ministra Dilma Rousseff

EDITORIAIS Pág. A2

Leia "Através do ralo", que discute o desperdício na compra de remédios, e "Orientação e vigilância", sobre a gripe suína.

Confira nossas ofertas no Caderno Cotidiano.

http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/06/26/2/

Fonte: http://acervo.folha.com.br/fsp/2009/06/26/2/. Acesso em 21/02/2014

Fonte: http://professorrobsoncosta.blogspot.com.br/2009_06_01_archive.html. Acesso em 21/02/2014

O ESTADO DE S. PAULO

SEXTA-FEIRA

Michael Jackson ★ 1958 † 2009

Aos 50, morre o rei do pop

Senadores pressionam pela renúncia de Sarney

Pedro Simon foi o mais enfático dos que foram à tribuna: 'Tem de sair'

PF busca conexões do neto

Queda da arrecadação provoca déficit

Vírus da gripe suína se estabiliza, diz OMS

Letalidade tende a permanecer baixa

Seleção faz gol no fim e vai à final contra EUA

Privatizações são alvo no comício final de Kirchner

Policiais são indiciados por formação de quadrilha

Painéis de Carybé migram nos EUA

Drogas, no mundo e no Brasil

Garçons querem que lei seja emprida

Cópias de Portinari, a preços acessíveis

Clientes do Speedy recebem contratos

Morre Farrah Fawcett, a Fênix

Fonte: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20090626-42255. Acesso em 21/02/2014

O fato é o mesmo: a morte do astro Michael Jackson.

Entendemos que, para noticiar tal acontecimento, os jornais O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo parecem ter pensado em fórmulas semelhantes, ilustrando a notícia com imagens previsíveis de um Michael Jackson em plena atividade, no palco, maquiado, envolto num figurino de um dos números de algum show de sua carreira, utilizando-se ambos de fotos testemunhais.

Já a Revista Veja[9] compareceu, em sua capa, com uma impactante e sensibilíssima foto conceitual, a imagem da mão do astro envolta na icônica luva. A luva que o representa. A luva branca – vida, arte, brilho – no fundo negro – morte, fim. A luva que é um texto por si só. Um exemplo de impacto, de emoção, de absoluto resultado que uma escolha inteligente – e intencional – de uma imagem pode gerar.

[9] Embora este trabalho verse inteiramente sobre questões referentes a jornais, tivemos a necessidade de abrir uma exceção para este caso da Revista Veja, uma vez que se trata de um uso tão singular de uma imagem que não quisemos deixar de ressaltar.

No âmbito jornalístico, a fotografia gera múltiplos elementos semânticos, explorando do leitor certas competências:

> Estas competências semânticas podem basear-se em: a) aspectos icônicos, onde o leitor procura interpretar as mais variadas formas icônicas detectadas através da redundância formal; b) aspectos narrativos, nos quais, baseado em suas próprias experiências, o leitor estabelece sequências narrativas entre personagens e objetos contidos em um enquadramento; c) aspectos estéticos, onde o leitor atribui um sentido dramático às diferentes figuras do enquadramento; d) aspectos enciclopédicos, em que o leitor busca em sua memória cultural identificar socialmente, historicamente e politicamente uma cena enquadrada; e) e o aspecto modal, em que o leitor, baseando-se em sua competência espaço-temporal, interpreta uma fotografia como um duplo espaço: o espaço do enquadramento e o espaço da exposição (VILCHES, 1987 *apud* TIMÓTEO, 2010, p. 56).

Pode-se concluir que a abordagem do jornalismo no que concerne às imagens consiste num complexo – e articulado – processo que leva o leitor de um simples plano informativo-textual a um plano sensorial, subjetivo, emotivo e reativo.

CORES

As cores são o terceiro elemento gráfico citado, responsável por transmitir informações subjetivas relacionadas a sentimentos, sensações, reações, associadas a intenções e a manobras editoriais as mais diversas. Decidir a cor ideal para o destaque de um título – e por que aquela cor – é tarefa cotidiana das mais básicas numa redação.

Travassos (2010) complementa:

> No âmbito da impressão, afirma White (2006, p. 201), as cores não são um recurso apenas estético, mas sim uma técnica racional a ser aplicada com objetivos funcionais, com identificação, ênfase, organização, persuasão (TRAVASSOS, 2010, p. 114).

Guimarães (2003 apud Oliveira, 2007) menciona uma dualidade no processo de aplicação das cores, sendo um dos aspectos dela o princípio paradigmático:

> [...] como organizar, chamar a atenção, destacar, criar planos de percepção, hierarquizar informações, direcionar a leitura etc. E outro que compreende as relações semânticas, como ambientar, simbolizar, conotar ou denotar (GUIMARÃES, 2003, p. 29, apud OLIVEIRA, 2007, p. 35).

Os critérios que envolvem o uso das cores são estratégicos, uma vez que elas carregam significados e contribuem para compor recursos visuais que atendam às exigências e necessidades editoriais de quaisquer naturezas, sejam elas de apelo político, ou sentimental, ou social, entre outras. Desse modo, vemos que o uso das cores denota o puro trato com a informação.

Todos esses elementos aqui comentados compõem a capa do jornal de modo regular, frequente, formando uma ação comunicativa reconhecida pela comunidade linguística, comunidade que a identifica em seu *status* social, com as funções que ela cumpre na ambiência do jornal – e isso é mais que, simplesmente, representar o '*locus* de fixação de outros gêneros', pois a capa: 1. agrega leitores; 2. incentiva a leitura do jornal (ou não, a depender da eficiência e competência com que é construída), 3. chama matérias que estão disponíveis ao longo do jornal; 4. presta certas informações, como as do cabeçalho, por exemplo (data, local, título do jornal, número da edição, etc.), tudo isso num conjunto previsivelmente diagramado, numa regularidade de ocorrências de gêneros inseridos naquele ambiente.

É evidente que se não há de desconsiderar o fato de que a capa do jornal é um espaço que comporta outros gêneros, o que faz dela um suporte. Mas a ação discursiva desse 'suporte', o efeito causado por ele, a regularidade de inserção dos mesmos gêneros nesse *locus* e as funções sociais cumpridas por essa ação comunicativa fazem dela um gênero – um gênero que comporta outros.

A depender do ponto de vista, se estrutural, podemos vê-la como suporte. Se discursivo, compreendemos tratar-se de um gênero.

E, no âmbito dessa perspectiva de um gênero que comporta outros, está a manchete, sobre a qual trataremos a seguir.

1.6 O GÊNERO MANCHETE JORNALÍSTICA

O jornal impresso dispõe de vários tipos de títulos na composição de seus textos, como antetítulo, título, subtítulo, intertítulo, cada um cumprindo uma função específica no ambiente discursivo da página.

Dentre todos, interessa-nos discorrer, especificamente, acerca do título principal, ou, como é mais conhecido, a manchete principal da capa – um dos gêneros textuais inseridos no gênero capa de jornal.

Antes de ampliarmos a abordagem sobre o gênero *manchete jornalística*, no entanto, cumpre comentar, à guisa de esclarecimento, que, na linguagem técnica jornalística, manchete é título, como podemos constatar na análise que segue e como já descrevemos no subitem 1.5.1.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o termo *manchete* advém do termo francês “manchette”. Segue a transcrição do significado do verbete:

> *S.f.Bras*. 1. Título principal em letras garrafais, na primeira página de um jornal [...]. 2. *P.ext*. Título de notícia, em letras maiores, em jornal ou revista [...] (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, 2004, p. 1264).

Para Bahia (1990), o título tem as funções de *resumir a notícia*, destacando-lhe a importância, e de *provocar a leitura dessa notícia*, “tendo necessariamente de anunciar o acontecimento” resumidamente – o que lhe reserva o caráter de notícia da notícia [...]” (BAHIA, 1990, p. 48).

O autor refere-se, em todo o conteúdo citado, a *título*, compreendendo-se, claramente, que, o elemento descrito é o que, comumente, chamamos de *manchete*.

Há que se frisar apenas o seguinte: toda manchete é um título, mas nem todo título é uma manchete. A manchete é o título principal, havendo, porém, outros títulos na página, seguindo um critério de hierarquização na escolha das notícias. Vejamos:

Fonte: http://azulejariaartisticaguerreiro.blogspot.com.br/2010/08/aventuras-de-jerilio-no-sec25-primeira.html. Acesso em 19 de agosto de 2014.

Ocorre, no entanto, que, quando se trata de considerar o elemento em discussão como gênero textual, convencionou-se chamá-lo de *gênero manchete*, e não de *gênero título*.

Esse comentário é pertinente porque, não raras vezes, ao longo deste estudo, utilizamos o termo "título" como sinônimo de "manchete" – e o fazemos porque é correto – e usual – tal colocação no universo jornalístico. Mas que fique bem claro que, em se tratando, especificamente, da terminologia pertinente aos gêneros textuais, podemos considerar que a convenção aponta para o uso do termo *manchete*, e não *título.*

A manchete tem sido tratada, nesta pesquisa, como gênero textual, mas a confirmação disso na literatura jornalística não logrou êxito, restando-nos poucas leituras e análises que ratificassem tal linha de estudo, a partir de vários autores.

O fato é que os manuais de ensino de jornalismo, tais como NOBLAT (2008), LAGE (1986) e BAHIA (1990), não abordam a questão dos gêneros textuais,

priorizando, na verdade, o ensino da técnica jornalística. No máximo, quando os mencionam, limitam-se a citar como tais a notícia, o editorial, a reportagem e a entrevista.

Bonini (2003, p. 211) tece comentários acerca dessa discussão:

> É comum que os autores privilegiem o ensino da técnica jornalística (coleta de informações, o trato com as fontes, organização das informações, relato, composição do jornal), tomando, como eixo da explicação, o gênero notícia. Não há, contudo, o tratamento da notícia como gênero. Também são aspectos privilegiados: as categorias do jornalismo [...]; o trabalho nas editorias [...]; o trato com as agências de notícias e temas como objetividade, neutralidade, veracidade, credibilidade, ética jornalística.

O autor supracitado, diante dessa incômoda escassez de abordagens voltadas aos gêneros jornalísticos (nos tipos citados de manuais de jornalismo), tem se dedicado a um trabalho minucioso de análises acerca de gêneros textuais jornalísticos, inventariando-os, sobretudo, no Projeto Gêneros do Jornal, cujos relatórios deram-nos dados para as presentes considerações acerca do tema.

Bonini (*op. cit*.) contemporiza, no entanto, considerando que a ausência de uma abordagem voltada aos gêneros, nos manuais de jornalismo, “deve-se, talvez, ao fato de serem escritos em um momento anterior ao incremento do debate sobre este tema” (p. 212).

Em se tratando, especificamente, de manchete, então, não se encontra, nos tais manuais, uma resposta satisfatória no sentido de se confirmar se ela consiste, ou não, num gênero, motivo pelo qual buscamos construir tal confirmação.

Para tanto, comecemos pelo próprio Bonini em dois momentos: no artigo *Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?*, de 2003, e *As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do Projeto Gêneros do Jornal*, de 2008. Há que se enfatizar os dois momentos, os cinco anos que separam o primeiro artigo do segundo, pois, nesse ínterim, ocorreram mudanças interessantes nas análises e nas conclusões do autor, o que representa um dado novo para a presente pesquisa. Esclareçamos.

No artigo de 2003, o pesquisador em questão cita vários autores que embasam o seu 'Projeto Gêneros do Jornal', e um deles, J. Medina (2001), aponta os títulos como parte do grupo de gêneros informativos do jornalismo. Vejamos o quadro que ilustra esta informação:

QUADRO X

JORNALISMO	GÊNEROS INFORMATIVOS	nota; notícia; reportagem; entrevistas; títulos; chamadas.
	GÊNEROS OPINATIVOS (Totalmente subjetivos, com opiniões de colaboradores e editores)	editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; carta; crônica.
	GÊNEROS UTILITÁRIOS OU PRESTADORES DE SERVIÇOS	roteiro; obituário; indicador; cotação; campanhas; educacional (testes e apostilas); ombudsman.
	GÊNEROS ILUSTRATIVOS OU VISUAIS	gráficos; tabelas; quadros demonstrativos; ilustrações; caricatura; fotografia.
PROPAGANDA		comercial, institucional, legal.
ENTRETENIMENTO		passatempos; jogos; HQ; folhetins; palavras cruzadas; contos; poesia; charadas; horóscopo; dama; xadrez; novelas.

Fonte: Bonini (2003), "Quadro 4 – Gêneros da comunicação humana (conf.: MEDINA, J., 2001)", p. 218

É de se ressaltar que, ao final do artigo de 2003, o pesquisador em questão chega a uma conclusão especificamente sobre títulos (entre vários outros "rótulos jornalísticos", nas palavras dele):

> [...] **título** – não perfaz uma unidade textual, podendo ser visto mais como um aparato do texto (alguns têm título, outros não). Muitos desses aparatos, contudo, têm algum status de gênero [...] (BONINI, 2003, p. 226).

Cinco anos depois, porém, Bonini (2008), já com o Projeto Gêneros do Jornal em um estágio bem mais avançado, gerando análises e também algumas conclusões, chegou a duas novas distinções no seu inventário dos gêneros jornalísticos: 1) a dos gêneros em relação aos aparatos de edição, baseando-se o autor no fato de que alguns elementos presentes no jornal são a base para a composição da maior parte dos gêneros praticados; 2) a dos *gêneros presos* e *livres*, entendendo-se como *presos* os gêneros cujo objetivo central relaciona-se à estrutura do jornal, ocupando um espaço fixo, e considerando-se como *livres* aqueles que veiculam o conteúdo do jornal, a informação propriamente dita. Visualizemos estas considerações:

QUADRO XI

GÊNEROS		GÊNEROS EM RELAÇÃO AOS APARATOS DE EDIÇÃO
PRESOS	LIVRES	Manchete Lide Lista Painel Chapéu Olho Tabela Gráfico Citação Exemplo Perfil Selo
Editorial Carta do Leitor Expediente Chamada Índice Cabeçalho	Notícia Nota Crítica Comentário Opinião Reportagem Entrevista Claquete	

Fonte: Adaptado de Bonini (2008, p. 33)

É interessante observar que o supracitado autor, no início da sua pesquisa, sequer chegava a inserir a manchete/título no âmbito dos gêneros, alegando ser ele um aparato de texto, não perfazendo uma unidade textual. Ao avançar na pesquisa, ele já apresenta uma conclusão contrária e comenta: “Essa classificação passa a mostrar os aparatos de edição como gêneros que estão a serviço de outros (conjugados)” (BONINI, 2008, p. 33). Na verdade, sabe-se que ele já havia apontado o título como aparato textual, mas como gênero, não.

Ao expor este breve recorte da pesquisa mencionada, nosso objetivo foi revelar que há discussões no tocante à inserção da manchete na categoria de gêneros, ou seja, não se trata de uma questão resolvida, encerrada. Bonini, por exemplo, continua dando andamento ao seu inventário de gêneros jornalísticos.

Partamos, então, para a compreensão dos aspectos composicionais da manchete, aspectos que a elevam à condição de gênero textual.

Retomando Marcuschi (2005), são gêneros:

> os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (MARCUSCHI, 2005, p. 22-23).

Baseados em Gradim (2000) e Pellim (2009), podemos arrolar várias funções que a manchete jornalística desempenha no seu domínio discursivo: destacar as notícias consideradas mais importantes, atendendo a necessidades e exigências editoriais; motivar o interesse do leitor para a leitura dos textos ali dispostos; transmitir ao leitor informações sobre o texto em questão de forma resumida e – até mesmo – surpreender o leitor.

Segundo Gradim (op. cit.), é condição *sine qua non* que o título tenha uma relação de sentido com o texto ao qual ele se refere, ou seja, há que se cativar o leitor, mas, para tal, não é necessário – nem aceitável – que se fira a ética jornalística. Em outras palavras: não é de bom tom (para não dizer *antiético*) “vender” uma informação no título cujo conteúdo o leitor não constate ao longo do texto.

Quanto à composição, de acordo com Gradim (2000), os títulos devem, geralmente, ser informativos e *afirmativos* (com o verbo, de preferência, no Presente do Indicativo), desaconselhando-se, portanto, títulos que neguem ou que questionem, uma vez que o leitor deve ser informado de modo preciso, e não com dúvidas nem com boatos.

Ainda segundo Gradim (op. cit.), os títulos devem ser breves, sem artigos e outras partículas, e Rangel (2014, p. 1.168) complementa: “em ordem direta, sem

rebuscamento e inversões sintáticas". Outro dado da construção textual é a ausência de ponto final.

Todos esses aspectos mencionados acerca dos títulos apontam para conceitos contemporâneos, com base no modelo norte-americano, que introduziu o *lead*, o qual surgiu na imprensa brasileira a partir da década de 1950.

Em breves palavras, o *lead* é um parágrafo introdutório da notícia, contendo, resumidamente, as informações de maior relevância sobre o ocorrido, de modo que, ao lê-lo, o leitor possa responder, basicamente, às perguntas: *o que* aconteceu? *Quem* estava envolvido o fato? *Quando* e *onde* tudo ocorreu? *Como*? *Por quê*?

O título da notícia, então, nesta concepção moderna, nasce do *lead*. E, se o *lead* já é, de certo modo, um parágrafo ultrarresumido acerca do fato noticiado, porém mediante estruturas oracionais, o título é o resumo desse resumo, um '*lead* ultracompacto', mas estruturado mediante número limitadíssimo de palavras.

Título e *lead* interligam-se, portanto, não apenas quanto à importância de um para o outro, como também quanto ao que representam para a notícia enquanto texto jornalístico e para o leitor da notícia:

> Mais importante que o *lead*, do ponto de vista do consumidor, só o título. Sem um título atraente o leitor não chega sequer ao *lead*. A notícia, como os homens, vale pelos títulos. Daí a necessidade de saber montar o *lead* exato, de modo a permitir o título atraente (BURNETT, 1976, p. 37 apud CUNHA, 2010, p. 8).

Antes de existir o *lead*[10], todavia, nos Estados Unidos, até o final do século XIX e, no Brasil, no início do século XX, os títulos, simplesmente, referiam-se aos assuntos abordados nos textos, porém sem sistematização. Vejamos esta definição:

> Antes da segunda metade do século 19, os títulos eram simples rótulos, com declaração genérica e indefinida, pouca ou nenhuma informação sobre a notícia. Esses títulos-rótulo eram usualmente impressos em tipos não muito

[10] Estas informações acerca dos títulos no período anterior à existência da técnica do *lead* apenas compõem aqui um mero arcabouço teórico e histórico, interessando, no entanto, para a nossa pesquisa e para a nossa futura análise, de fato, apenas a manchete no formato que remete ao *lead*, ou seja, a manchete no formato contemporâneo.

> maiores do que os do texto (DOUGLAS, 1966, p. 17 apud CUNHA, 2010, p. 9).

Pela imagem que temos a seguir, podemos constatar a informação da citação anterior, uma vez que o que temos é um *layout* formado de colunas e colunas, sem títulos com letras grandes que marquem qualquer divisão, por exemplo. Esta é a primeira edição do jornal The New York Times (à época, The New York Daily Times), datado de 18 de setembro de 1851:

New-York Daily Times.

VOL. I....NO. 1. NEW-YORK, THURSDAY, SEPTEMBER 18, 1851. PRICE ONE CENT.

THE NEWS FROM EUROPE.

ARRIVAL OF THE EUROPEAN MAILS.

AFFAIRS IN ENGLAND.

The Election in France—Arrests, &c.

APPREHENDED DISTURBANCE IN AUSTRIA.

SOUTHERN EUROPE.

Fonte: http://www.futurecom.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/06/Imagem101.png. Acesso em 18 de março de 2014.

Segundo Cunha (2010), na década de 1890, dá-se, nos Estados Unidos, uma modificação contundente nos títulos, fazendo-os chegarem a uma configuração próxima da que temos hoje, devido à competição pelo nicho sensacionalista no cenário jornalístico, protagonizada pelos jornais nova-iorquinos New York World, de Joseph Pulitzer, e New York Journal, de Randolph Hearst, que instituíram a imprensa popular, reformatando a tipologia e a articulação dos títulos, redimensionando positivamente sua importância. Cunha (*op. cit*.) complementa:

> É a partir dessas publicações que o título, sobretudo as manchetes, ganham real importância no jornalismo. Progressivamente, os jornais passam a adotar os títulos em tipos maiores e dispostos horizontalmente, em até oito colunas. Há também o estabelecimento de uma nova forma de enunciação dos títulos: mais informativos e chamativos. Melo identifica aí o surgimento do “título-

> notícia", que corresponde à transformação da notícia em mercadoria, constituindo a apropriação de uma forma publicitária pelo jornalismo (MELO, 1985, p. 68 apud CUNHA, 2010, p. 9).

Vejamos uma capa da segunda metade do século XIX, representativa dessas mudanças. O texto do título refere-se a Evangelina Cisneros, uma presa política cubana de 19 anos que fugiu de Cuba e foi encontrar asilo nos Estados Unidos. A outra figura feminina da capa era a princesa filipina Ka'iulani, também de passagem pelos Estados Unidos e também envolvida em questões políticas do seu país. O jornal em questão explorou a imagem de ambas da forma mais sensacionalista possível, tendo, nesta edição, ligado a imagem das duas, sob o título *Senhorita Evangelina Cisneros resgatada pelo jornal*, e o subtítulo *Um jornal norte-americano realiza numa tacada só o que os melhores esforços da diplomacia não conseguiram realizar em muitos meses*[11].


NEW YORK JOURNAL

MISS EVANGELINA CISNEROS RESCUED BY THE JOURNAL.

An American Newspaper Accomplishes at a Single Stroke What the Best Efforts of Diplomacy Failed Utterly to Bring About in Many Months.

Fonte: http://hawaiianhistorian.blogspot.com.br/2012_04_01_archive.html. Acesso em 18 de março de 2014.

[11] Tradução livre.

Essas modificações quanto à titulagem, articuladas pelos norte-americanos, ainda de acordo com Cunha (op. cit.), só chegaram ao Brasil no século XX, podendo-se observar já concretamente por volta da década de 1920, quando já se veem títulos maiores e mais informativos, embora ainda consideravelmente subjetivos.

A partir da década de 1950, como já elucidamos, passamos a observar a titulagem no formato contemporâneo – formato que é levado em consideração em toda e qualquer análise que for realizada nesta pesquisa.

CAPÍTULO II
ESTILO

2.1 NIKOLAS COUPLAND: Teoria do Manejo de *Personas*

Uma abordagem sobre Estilo requer, antes de qualquer ação, um esclarecimento acerca de qual vertente será elucidada nesse estudo, uma vez que são muito diversificadas as pesquisas de natureza estilística.

Essa necessidade de situar o leitor quanto à exata dimensão estilística que se vai considerar aqui não é mesmo dispensável, uma vez que se trata de um objeto de estudo largamente explorado e em tantas áreas distintas de atuação – linguística, moda, arte, literatura, entre outras – que se faz, sim, necessário – como não? – esmiuçar essa questão. Para tanto, consideremos a elucidação que segue:

> Como o estilo é uma palavra carregada de “cotidianeidade”, alguns autores reconhecem a dificuldade em teorizá-lo, mas, ainda assim, Irvine (2001), na Linguística antropológica e Coupland (2001 e 2007), na Sociolinguística interacional, acreditam que não se deve ignorar o fato de a expressão “estilo” estar tão presente na linguagem do cotidiano e que, ao invés disso, devemos

> prestar atenção ao que essa frequente ocorrência tem a nos dizer sobre o estilo na linguagem (PENNA[12], 2011, p. 47).

Em breves palavras, Irvine (apud Penna, 2011, p. 48) considera o estilo como uma categoria conduzida por princípios iguais aos que conduzem a própria vida, a saber: distintividade, recursividade, iconicidade e apagamento, o que significa que:

> - o estilo é detectado em relação a um quadro de referências reconhecido e publicamente compartilhado do qual se distingue;
> - a distintividade do fenômeno estilístico projeta-se para diferentes domínios;
> - o estilo tem um caráter sígnico (icônico) e requer interpretação;
> - o fenômeno estilístico, ao colocar uma dimensão em evidência, apaga outra dimensão (PENNA, 2011, p. 48).

Essas ideias são suficientemente representativas do trabalho que Irvine desenvolve quanto ao estilo em sua abordagem linguístico-antropológica.

Quando o tema é estilo discursivo, é natural que se cite o trabalho de Labov (2008), dada sua importância, representatividade e repercussão. Coupland (2001, p. 185), no artigo *Language, situation, and the relational self: theorizing dialect-style in sociolinguistics*, corrobora este ponto de vista: [...] style was operationalized as a single quantifiable dimension of sociolinguistic variation in Labovian surveys, and it is still with this focus that sociolinguists tend to address the issue of stylistic variation[13].

Há que se mencionar, portanto, mesmo que sucintamente, os termos do modelo laboviano no âmbito da pesquisa estilística, e, para tal, recorremos a Lefebvre (2001), segundo o qual, o modelo laboviano, no que tange à noção de estilo, tem base nos seguintes valores:

> i) Existem formas alternativas que têm um mesmo conteúdo referencial e que são intercambiáveis num dado contexto. [...]
> ii) Os membros de uma comunidade linguística atribuem um valor social às variantes e as utilizam de maneira socialmente significativa. [...]
> iii) Nenhum falante possui um único estilo. Os falantes variam seu modo de falar conforme a situação na qual se encontram. [...]

---

[12] PENNA, Maria Angélica de Oliveira. Autora do artigo "**Estilo e ethos prévio em peças publicitárias da Coca-cola Brasil**: estratégias para seduzir o consumidor verde", de 2011. Disponível em: www. bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000789025&fd=y.

[13] "[...] o estilo foi operacionalizado como uma única dimensão quantificável de variação linguística nas pesquisas labovianas, e é ainda com esse foco que os sociolinguistas tendem a abordar a questão da variação estilística" (Tradução livre).

> iv) A seleção das variantes dentro de uma dada variável, portanto, não é livre; ela é determinada ao mesmo tempo pelo contexto linguístico em que aparece, pelos falantes que selecionam as variantes, assim como pelo contexto no qual estes falantes se encontram quando as selecionam.
> v) A seleção das variantes apropriadas não é categórica, mas se exprime em termos relativos.
> vi) A seleção de uma variante tende a se manifestar em co-ocorrência com a seleção de outras variantes às quais um mesmo valor social foi atribuído [...] (LEFEBVRE, 2001, p. 221).

Para Labov (2008), o que pode ordenar os diferentes estilos é a quantidade de atenção que o falante dedicar à linguagem, de modo que, a depender dessa "quantidade", ou seja, do grau de atenção que for disponibilizado, os estilos podem ser: *informal*, *cuidado*, *leitura de texto*, *leitura de palavras* ou *leitura de pares mínimos*. Concretamente, por exemplo, o estilo informal, segundo este modelo, demanda grau mínimo de atenção à linguagem – ou, talvez, nenhuma atenção.

A linha estilística laboviana, entretanto, também não terá qualquer papel norteador na nossa análise, figurando aqui tão somente como referência. O citado norte será dado pela linha de Coupland (2001), sobre a qual nos deteremos a discorrer.

É fundamental considerar que Coupland (apud PENNA, 2011, p. 48) reconhece o estilo como multidimensional, não comportando aí, portanto, apenas a dimensão linguística, mas também as dimensões histórica, social, discursiva e intersubjetiva.

Segundo Rezende (2009), no seu artigo *Estilo Sociolinguístico como recurso de construção de personas sociais: um exercício de análise do conto "Começo", de Rubem Fonseca*, Coupland rompe profundamente com a tradição laboviana. Vejamos por quê:

> Primeiramente, o foco de atenção da construção estilística é o indivíduo observado em ação em uma dada situação natural (um *situational achievement*), e não inserido em uma entrevista construída com fins metodológicos, e a partir da qual lhe será imputada pertença a uma classe, etnia ou sexo. Coupland afirma que o estilo linguístico é produto e também processo da elaboração de uma (ou mais) persona(s) social(is) por parte deste sujeito que, ao atuar linguisticamente, na verdade adota formas comunicativas de comportamento social [...]. Essa "dimensão identitária" do estilo tem como ponto de partida metodológico um sujeito estrategista, que manipula diversos recursos semióticos (linguísticos ou não) à proporção que desenvolve seu discurso e, nele, elabora o que o autor denomina de *styling* – [...] "construção do estilo" [...]. A epistemologia couplandiana, diferentemente da de Labov, se define explicitamente em termos de propósitos comunicativos (REZENDE, 2009, p. 121-122).

O estilo, para Coupland (2001), está no âmbito do que o autor denomina *manejo de personas*, ou seja, o conjunto de ações articuladas por um *eu* (*self*), no intuito de se atingirem determinadas metas no ambiente discursivo.

Esse *eu* é um ator social que estiliza seu discurso estrategicamente, projetando nos contextos sociais versões de sua identidade social, do seu eu, ou seja, pontos de vista próprios, interesses próprios.

Trazendo essas considerações para a realidade com a qual trataremos logo, no *corpus* (um material jornalístico), veremos a linha editorial do jornal atuando como esse ator social, manejando os conteúdos, estilizando o discurso no ambiente das manchetes, de modo a manejar a *persona* leitor, fazendo, assim, valer a perspectiva de interesse do jornal.

Goffman (2002), em sua obra *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, elabora uma teoria e desenvolve uma discussão acerca do *eu* (encenado, forjado, representado) no âmbito artístico, dramático, e não jornalístico, mas que tem uma temática relacionada à abordagem de Coupland (*op. cit*.):

> [...] a personalidade encenada foi considerada como uma espécie de imagem, geralmente digna de crédito, que o indivíduo no palco e como personagem efetivamente tenta induzir os outros a terem a seu respeito. [...] este “eu” não se origina do seu possuidor mas da cena inteira de sua ação, sendo gerado por aquele atributo dos acontecimentos locais que os torna capazes de serem interpretados pelos observadores. Uma cena corretamente representada conduz a plateia a atribuir uma personalidade ao personagem representado, mas esta atribuição – este “eu” – é um “produto” [...] (GOFFMAN, 2002, p. 231).

Vemos que os contextos aos quais se referem Coupland e Goffman não são os mesmos, e o elemento manipulador também é outro (no caso do jornal, esse ator é o setor editorial, a serviço da empresa; no caso da citação acima, o foco está no palco, na ação dramática), mas o que resulta dessas manobras é muito semelhante: uma “plateia” – leia-se *leitor* – que interpreta o que ali foi posto de acordo com o planejado, o ensaiado, resultando numa imagem construída – e reiterada – daquela *persona* que fora trabalhada, burilada.

Constroem-se, assim, *personas* sociais, de acordo com os diversos propósitos comunicativos em pauta. Tais personas são construídas por um sujeito estrategista que, ao manipular recursos semióticos linguísticos ou não linguísticos, estiliza seu

discurso (styling), de modo maniqueísta, elaborando-o estrategicamente, no intuito de cumprir uma certa finalidade comunicacional.

Entendemos que a linha editorial de qualquer jornal – e, no caso específico desta pesquisa, o jornal do qual colhemos um *corpus* de 16 manchetes – representa esse sujeito estrategista que pensa e decide acerca do que circulará na cidade no dia seguinte em termos de notícia, gerando, com isso, a repercussão já esperada.

De certa forma, esse jornal-sujeito é um ator social com papel de protagonista na tomada de decisão no tocante ao que vai ser noticiado, discutido e repercutido. Num contexto desse, os propósitos devem ser muito bem contextualizados e manipulados, de forma a se fazer o uso mais proveitoso da potência do suporte em discussão, o jornal impresso (levando-se em consideração, principalmente, o seguinte fator: nossa pesquisa situa o jornal impresso num recorte temporal em que este veículo não sofria a concorrência avassaladora da Internet, por exemplo. Daí falarmos em *potência*).

Nas palavras do autor:

> [...] stylistic variation needs to be seen as person variation. When we converge stylistically to an interlocutor, we may gloss this as the reduction of (socio)linguistic dissimilarities [...]. But from the perspective of the social actor, what is being reduced is the cultural and social divide between identities, the social personas they can project through their stylistic selections. Style, and in particular dialect style, can therefore be construed as a special case of the presentation of self, within particular relational contexts – articulating relational goals and identity goals[14] (COUPLAND, 2001, p. 197).

2.2 KOCH: ANÁFORA E CATÁFORA

Um outro aspecto que exerce, estilisticamente, a função de manipular, burilar a informação é o emprego da ***anáfora*** ou da ***catáfora*** na construção da manchete jornalística.

---

[14] "[...] a variação estilística precisa ser vista como variação de pessoa. Quando nós convergimos estilisticamente para um interlocutor, podemos encobrir isso como a redução de diferenças (socio)linguísticas [...]. Mas a partir da perspectiva do ator social, o que está sendo reduzida é a divisão cultural e social entre as identidades, as personas sociais que eles podem projetar por meio de suas seleções estilísticas. Estilo e, em particular estilo dialeto, podem, portanto, ser entendidos como um caso especial da apresentação de si mesmo, dentro de determinados contextos relacionais - articulando metas relacionais e metas identitária (Tradução livre).

Os títulos podem referir-se aos textos, ligando-se a eles de modo anafórico ou catafórico, segundo Halliday e Hasan, citados por Koch (1991). Esclareçamos.

Esta é uma questão que nos remete aos cinco mecanismos de coesão[15] (conforme Halliday e Hasan, 1976, apud Koch, 1991), fatores que consistem na estrutura sequencial do texto, a saber: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical.

Deter-nos-emos na coesão referencial, cujos elementos não oferecem interpretação semântica por eles mesmos, motivo pelo qual fazem referência a outros termos (palavras) presentes no contexto.

Koch (1991) esclarece que é exofórica a referência situacional, ou seja, ocorrida fora do texto. Já a referência endofórica – a que nos interessa elucidar – ocorre no âmbito textual.

Em outras palavras, o título construído anaforicamente remete a alguma informação que não está concretizada no texto – está presente no conhecimento prévio do leitor. Para uma melhor compreensão desse tipo de manchete, é fundamental que o jornalista conheça muito bem seu público-leitor, a ponto de sabê-lo capaz de apreender aquela mensagem anafórica. Vejamos um exemplo dessa natureza de manchete:

[15] Não nos aprofundaremos aqui – pois este não é o nosso foco – na discussão quanto à obrigatoriedade ou não da ocorrência de coesão nos textos.

Fonte: http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-capas-historicas/grandes-momentos-do-esporte-registrados-pelo-jornal-da-tarde. Acesso em 18 de março de 2014.

Aquele 5 de julho de 1982 em Barcelona era, sim, do conhecimento prévio do leitor brasileiro: o Brasil havia perdido a Copa do Mundo, tendo sido eliminado pela Itália. Trata-se de uma capa sem texto verbal além da manchete. O único texto além do título é o não-verbal, a imagem da criança, o torcedor triste, frustrado, decepcionado pela derrota do Brasil. Mas o leitor tinha informação de cada detalhe daquela capa: a camisa da criança na foto, o lugar, Barcelona, e a data, registrados no título, o semblante do menino... Capa extremamente eloquente a partir de uma imagem apenas e de um título que, em princípio, poderia não dizer muito – ou mesmo nada. Mas, para o leitor brasileiro, no dia de sua circulação, chegou a gritar.

Guimarães (2007) elucida a relação anafórica entre o título e o texto da seguinte forma:

> [...] o título funcionando como lembrete de uma informação conhecida, remetendo a um elemento anterior, não enunciado no texto, mas presente no espírito do leitor (GUIMARÃES, 2007, p. 51).

Ao mencionar ‘elemento anterior presente no espírito do leitor’, a supracitada autora refere-se ao conhecimento de mundo do leitor. Em outras palavras: é anafórico aquele título que não guarda elementos a serem encontrados em breve na leitura do texto, não remetendo diretamente ao conteúdo ao qual ele se refere, mas que é compreensível ao leitor, a partir de seu conhecimento de mundo, do seu *background*.

A escolha por um título construído mediante este recurso, a anáfora, pode representar uma ação articulada no intuito de programar a reação do leitor ao deparar-se com a manchete. Acreditamos tratar-se de uma forma de manejo desse leitor ao instigar-lhe o interesse em ler a reportagem que recebeu aquele título, remetendo ao que esse interlocutor já conhece, tendo já armazenado na memória.

Por outro lado, o título construído mediante a catáfora remete diretamente ao que será lido logo em seguida. É a construção mais corriqueira que encontramos, por isso, os exemplos são infinitos. O elemento catafórico pode ocorrer na forma de um substantivo, uma oração inteira, uma expressão ... não há um modelo rígido.

É importante ratificar o que se mencionou no subcapítulo referente aos títulos quando da explanação acerca da intrínseca relação do texto com eles: texto e título relacionam-se a tal ponto que mecanismos de coesão encontram-se justamente na base dessa relação.

Vejamos uma ocorrência de catáfora numa manchete:


JORNAL DO BRASIL

Collor escapa por falta de provas

TEMPO

MÁX. 37,2° MÍN. 21,5°

Informática

Micros são opção de investimento

OS QUE CONDENARAM

Sepúlveda Pertence

Néri da Silveira

Carlos Velloso

OS QUE ABSOLVERAM

Ilmar Galvão

Moreira Alves

Sidney Sanches

Celso Mello

Octavio Gallotti

Marcelo Pontes

O julgamento do supremo absurdo

Fonte: www.jblog.com.br. Acesso em 17 de março de 2014.

O texto relata: “O Supremo Tribunal Federal absolveu por cinco votos a três o ex-presidente Fernando Collor de Mello e seu tesoureiro de campanha eleitoral, Paulo César Farias, acusados por crime de corrupção passiva. Para a maioria dos ministros do STF não houve procedência na denúncia do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, em função da inexistência de um ato administrativo de Collor, no exercício da Presidência – o ato de ofício –, vinculado a dinheiro arrecadado por PC Farias. A absolvição poderá bloquear novas denúncias contra Collor no STF. [...]”

Assim, quando a manchete revela que “Collor escapa por falta de provas”, não se tem a expectativa de que o leitor já tenha um conhecimento prévio do que se trata, de quais provas a manchete se refere e de quê Collor teria escapado, uma vez que tudo será relatado logo em seguida, de modo que, ao longo da leitura, o leitor terá retomado cada detalhe que a manchete, em sua construção catafórica, lançou.

Esse recurso da catáfora gera uma expectativa, pois é como se o jornal, o emissor, tivesse iniciado a informação, mas conduzisse o interlocutor a procurar o restante dela, levando-o à leitura do texto em seguida.

Não há uma competição entre os dois recursos – o da anáfora e o da catáfora. Ambos exercem suas funções específicas, gerando, no entanto, resultados semelhantes: convidam o interlocutor a conhecer o conteúdo ali disponível, manejam o leitor no sentido de aprofundarem a leitura, não se limitando ao título.

2.3 ACERCA DA MORTE

O terceiro – e último – aspecto que, no discurso, exerce função estilística – também de manipulação – é a abordagem que se faz da morte quando esta é notícia.

Para chegarmos, no entanto, a discutir acerca de tal questão, há que se fazer o estudo que segue, no intuito de conhecermos melhor esse universo. Passemos a ele.

2.3.1 UM PERCURSO HISTÓRICO-SOCIAL

É cultural na nossa sociedade, está arraigado em nossos hábitos o desagrado em abordar o tema morte, em encará-la sem subterfúgios nem eufemismos. Tratar sobre isso pode mesmo soar leviano ou, talvez, um ato de mau gosto.

O fato é que cada colocação feita aqui não é apenas fruto de impressões nossas, e sim de constatações mediante leitura e pesquisa.

Comecemos pelo homem primitivo, sobre cuja postura diante da morte percebemos abordagens e conclusões divergentes entre os autores visitados, motivo pelo qual achamos prudente considerar apenas aquele estudo que nos pareceu mais bem fundamentado e fidedigno – respaldo que encontramos nos ensinamentos de Freud (2009).

O homem da Pré-História formou uma visão ambígua acerca da morte: em se tratando da morte do outro, sua reação era de prazer e isenção absoluta de escrúpulo, podendo, inclusive, ele mesmo matar cruelmente, eliminando seu inimigo de forma natural. Já em se tratando de si mesmo, ele era incapaz de ver-se em tal situação, incapaz de mesmo considerar-se, um dia, potencialmente morto – até o momento, entretanto, em que lhe morreram os entes queridos:

> Teve, então, na sua dor, de fazer a experiência de que também ele poderia morrer, e todo seu ser se revoltou contra tal concessão; cada um dos seres amados era, de fato, um fragmento do seu próprio *eu* amado (FREUD, 2009, p. 24).

Reconheceu, então, sua fragilidade o homem primordial, sofrendo, assim, pela consciência da própria fragilidade, como também pela perda daqueles que ele amava. Podemos já ter, neste ponto dos fatos, um panorama satisfatório sobre a visão, a postura, o agir do homem primitivo acerca da morte, resumindo-o nas seguintes considerações:

> O homem já não podia manter de si afastada a morte, pois a experimentara na dor pelos seus mortos; mas não a queria reconhecer, já que lhe era impossível imaginar-se morto. Chegou assim a um compromisso: admitiu a morte também para si, mas contesta a significação da aniquilação da vida, coisa para a qual lhe tinham faltado motivos perante a morte do inimigo (FREUD, 2009, p. 24).

Fazendo-se um paralelo (não se observando, necessariamente, o aspecto cronológico), encontramos nos gregos – em se tratando da Grécia Antiga – a consciência de que que a morte não consiste numa parte da vida, sendo vista, então, como uma ruptura da existência e, por isso, temida, indesejada.

Assim, diante de tal entendimento, a atitude dos gregos diante do final inevitável do viver era de recusa e de pavor, uma vez que compreendiam plenamente que a morte era sinônimo da abreviação da vida.

Os serviços fúnebres, na Grécia Antiga, tinham conotação social, e havia discernimento entre os estratos sociais dos mortos, de forma que o morto socialmente desfavorecido, comum, era cremado em coletividade. Já o morto eminente era conduzido à pira crematória, numa cerimônia que não apenas ratificava o cidadão que ele fora em vida, como eternizava sua distinta imagem, a despeito do final de sua vida.

Na Idade Média, podemos registrar dois momentos no que concerne à atitude do homem em relação à morte. Na primeira fase, conhecida como Alta Idade Média, conviveu-se com ela com certa naturalidade, no sentido de que não havia relutância em aceitá-la, inclusive, os velórios ocorriam dentro da casa do ente que morrera, uma das evidências de que a morte e os acontecimentos advindos dela estavam normalmente inseridos na rotina das pessoas, sem traumas, sem dramas nem recusas – até os cemitérios faziam parte da paisagem urbana. Vale ressaltar, ainda, que cemitério e Igreja confundiam-se, pois ficavam próximos, ou mesmo ocupavam área comum.

A atitude de dor e penar diante da perda de um ente querido era não apenas aceitável como inquestionável. Nas palavras de Ariés (1989, p. 153 *apud* CAPUTO, 2008, p. 76), “Tão logo se constatava a morte, irrompiam em torno às cenas mais violentas de desespero”.

Não havia, à época, o caixão, de modo que os cristãos eram enterrados envoltos num tipo de lençol, um tecido, em condições de coletividade:

> Os defuntos eram enterrados somente com os sudários (sem caixão) em grandes valas, nas quais eram depositados vários cadáveres. Nesta época

> não se tinha a necessidade de um túmulo próprio para o morto [...] (CAPUTO, 2008, p. 76).

No entanto, embora não houvesse caixão, o corpo do cristão era tratado com muito zelo. Vejamos o porquê:

> A morte, para os cristãos, era um estágio intermediário, um sono profundo do qual acordariam no dia da ressurreição, quando as almas voltariam a habitar os corpos. É devido a essa crença que os cristãos há muito tempo enterram os corpos dos defuntos com grande escrúpulo (CAPUTO, 2008, p. 75).

O aspecto social, no entanto, era um dado – discriminatório – a se considerar, pois o cristão socialmente bem-sucedido era distinto do cristão de menor favorecimento social *nesta vida*. Por que, então, não o seria na *vida eterna*? Vejamos esta descrição dos fatos.

> Os de boa condição social, seja pela importância enquanto cidadãos, seja pelas posses e, claro, pelas suas relações com a Igreja, eram enterrados no interior dos templos. Aos de menor importância social e financeira, cabia uma cova em terreno ao lado. Já os excluídos sociais e materiais iam todos para uma vala comum (TIMÓTEO, 2010, p. 26).

Como já se mencionou, nas palavras de Caputo (*op.cit*), ao longo da Alta Idade Média, o cristão temente a Deus tinha fé – e certeza – de que se salvaria após sua morte, já estando garantida para ele a vida eterna. Sendo assim, a morte representava-lhe o período de espera por essa vida eterna, pela – já segura – ressurreição.

Essa “garantia” expira, porém, no período posterior, a Baixa Idade Média.

Estamos agora diante de um momento em que não há mais a convicção da salvação após a morte. No período anterior, o cristão, tendo confiado seu corpo e sua alma a Deus, esperava o momento de morrer convicto de que aquele seria tão somente um período de espera para uma salvação posterior que já havia sido anteriormente assegurada. Os termos da salvação, passaram, no entanto, a ser outros: a Igreja pressionava o fiel para que este rezasse e chegasse ao ponto de

merecer ser salvo, passando a ser a mediadora do acesso daquela alma ao paraíso. Vejamos:

> [...] o julgamento final deixa de ser visto como evento que ocorreria nos Tempos Finais e passa a ser visto como um evento que aconteceria após a morte e resultaria na descida ao inferno (no sofrimento eterno) ou a ascensão aos céus (na alegria eterna) e isso dependeria da conduta do moribundo antes da morte (CAPUTO, 2008, p. 76).

O homem sofria as pressões do seu próprio temor da morte e as da Igreja, motivo pelo qual procurava prevenir-se espiritualmente de múltiplas formas, na esperança de que a Igreja lhe garantisse o ingresso para a vida eterna, inseguro que se sentia quanto ao olhar de Deus sobre ele:

> Sente-se que a confiança primordial está alterada: o povo de Deus está menos seguro da misericórdia divina, e aumenta o receio de ser abandonado para sempre ao poder de Satanás (ARIÉS, 1989 *apud* CAPUTO, 2008, p. 76).

Tal dinâmica aponta para um contexto de clericalização da morte, segundo Ariés (1989, apud TIMÓTEO, 2010, p. 28), o que significa dizer que a Igreja passa a ser a *gestora* da morte do fiel – e de todos os serviços fúnebres também –, impondo, ainda, uma nova postura diante do fato inevitável: resignação e silêncio, aceitação e convicção dos desígnios de Deus e controle da dor e da revolta.

Vale ressaltar o seguinte aspecto dessa *gestão*:

> [...] tomando para si a responsabilidade de administrar a morte do outro, a Igreja eleva a figura de seus representantes junto à comunidade onde se faz presente. A grande atração, se assim pode-se referir, passa a ser o pároco. O morto é coadjuvante na cerimônia. Após o último suspiro, o morto não pertence mais nem aos seus pares ou companheiros, nem à família, mas à Igreja (ARIÉS, 1977 *apud* TIMÓTEO, 2010, p. 28).

Diante dessa perda de *status*, numa dinâmica de clericalização, o corpo da pessoa morta tornou-se inconveniente, desagradável, e a tendência foi ocultá-lo o mais que possível, surgindo, então, a mortalha e o caixão:

> Pouco tempo depois da morte e no próprio local desta, o corpo do defunto era completamente cosido na mortalha, da cabeça aos pés, de tal modo que nada aparecia do que ele fora, e em seguida era fechado numa caixa de madeira ou *cercueil* (caixão), termo francês proveniente de sarcófago, *sarceu* (ARIÉS, 1989, p. 180 *apud* CAPUTO, 2008, p. 77).

O sentimento de razoável naturalidade que se tinha em relação à finitude da vida na Alta Idade Média transformou-se, na Baixa Idade Média, em repulsa e intolerância, numa tendência a sempre ignorá-la mais e mais, excluindo-a do nosso convívio.

Lentamente, entre a Baixa Idade Média até meados do século XIX, essa visão de que a morte precisava ser afastada da rotina, escondida dos nossos olhos, foi-se intensificando, a ponto mesmo de, segundo Timóteo (*op. cit*.), ocorrer-lhe o apagamento, a interdição.

Da condição de comunitários e familiares, os serviços fúnebres passaram a sofrer um processo de indiferença, mantendo-se os vivos preferencialmente afastados dos mortos, encaminhando-se tal contexto para um evidente esvaziamento da importância daquele momento. Vejamos esta análise:

> A morte, indica Rodrigues, era um fator de comoção social jamais menosprezado, descuidado e que se exprimia sempre nos detalhes dos comportamentos rituais, com o fechamento das janelas, as velas acesas, o uso da água benta que era aspergida pelos cômodos da casa [...] havia o repique dos sinos, a afixação de cartazes de aviso de falecimento, os ofícios religiosos se realizavam e todos davam pêsames à família do morto. A seguir, o cortejo fúnebre, indo à frente o morto, dirigia-se ao cemitério. Em alguns casos, paralisavam-se os relógios, cobriam-se os espelhos [...] (TIMÓTEO, 2010, p. 29).

À guisa de comparação, consideremos a citação de Timóteo (*op. cit*.) acima e alguns detalhes dos ritos fúnebres a partir do século XX: os velórios não ocorrem mais na residência do morto, e sim em casas funerárias, alugadas para tal, sem falar que a própria morte já não ocorre em casa, preferencialmente, mas no hospital, com o intuito de distanciar os familiares e outrem das inconveniências e dos constrangimentos

advindos da morte, sinal de que as representações da morte têm sofrido contundentes modificações:

> [...] a morte vem perdendo, gradativamente, sobre o imaginário social, seu poder de evocação. Esse processo [...] viria acelerando-se especialmente a partir do século XX com as instituições higiênicas que “interditaram” a morte enquanto experiência, depuraram-na da casa e transferiram-na para os hospitais que, mais modernamente, tecnificaram e criaram um saber específico sobre o ato de morrer (RONDELLI; HERSCHMANN, 200, p. 204).

Passa, então, a ser cada vez mais definida a postura do homem contemporâneo no que concerne à morte: distanciamento. Este tema é repulsivo, causa horror. O lema é viver. Qualidade de vida e longevidade são assuntos que mobilizam – e interessam – muito mais a sociedade do que ritos fúnebres. Eis a nova ordem: morrer é inevitável, mas a evidência está no viver.

2.3.2 A MORTE NA PAUTA JORNALÍSTICA

Quando se trata de noticiar a morte, a atitude de interdição e rejeição que a sociedade foi desenvolvendo, mais enfaticamente, do século XX em diante não condiz com a forma como a imprensa sempre a explorou: evidenciando-a, desnudando-a à exaustão.

No entanto, é justamente esse desejo (e não apenas desejo, e sim concretização dele) de se ignorar o fim – inevitável – da vida que parece ser combustível para a imprensa, no sentido de que, quanto mais a sociedade considera a morte um tabu, mais esse tabu converte-se em mercadoria facilmente vendável – e rentável! É extremamente paradoxal, mas verdadeiro, e Timóteo (2010, p. 50) registrou isso muito precisamente: “Alijamos a morte de nosso cotidiano, mas consumimos a notícia de mortes diariamente”.

A repulsa e a recusa a encarar o fatídico fim acabam por estar na base das manobras jornalísticas na forma de lidar com essa classe de notícia:

> Essas mortes, na categoria de Gardner (2009), ao serem noticiadas – além de demonstrarem que a mídia precisa do medo como ferramenta de marketing para alavancar as vendas – funcionariam como uma espécie de advertência, uma intimidação ao nosso modo de viver. E de certo modo alimentariam o nosso pânico, principalmente em se tratando de mortes cujas vítimas estavam expostas ao risco (TIMÓTEO, 2010, p. 51).

Sabemos que não somos imortais, mas nos comportamos como *amortais*. Na elucidação de Cruz (2008), isso significa que não somos imunes à morte, porém consideramos a inexistência dela.

Procuramos nos manter de tal forma alheios ao nosso incontestável fim – e com tamanha competência! – que o fato da morte acaba por nos parecer abrupto, um acidente de percurso, como se já não estivesse *programado* desde sempre e como se já não soubéssemos disso:

> A sociedade ocidental insiste no caráter acidental da morte: acidentes, doenças, infecções, velhice adiantada. A morte fica despojada do caráter de necessidade em termos de processo vital. É sempre um assombro. O traumatismo provocado pela morte é sempre uma irrupção do real. No inconsciente estamos todos persuadidos da nossa imortalidade, sem registro da morte [...] (KOVÁCS, 1992, p. 39 apud CRUZ, 2008, p. 153).

E a imprensa sabe explorar com eficiência essa surpresa, essa “irrupção do real”, de modo que, quanto mais a morte romper a construída amortalidade, quanto mais inaceitável e horrível ela for, mais se adequará ao tom melodramático que os nossos jornais costumam adotar para veicular a notícia sobre ela.

Segundo Amaral (2007), há, no jornalismo, duas matrizes culturais, a racional-iluminista e a dramática, e esta última está presente não apenas na estrutura da notícia dos veículos de comunicação, como também nos critérios de noticiabilidade.

O texto jornalístico tem bastante do traço literário na sua origem, tendo nascido imbricado com a literatura e o folhetim, como declara Amaral (2007), e, por isso, identificamos notas melodramáticas na sua composição, a depender do tema em evidência, dos interesses envolvidos em torno desse tema e de outras circunstâncias.

A utilização de recursos melodramáticos articula-se com estratégias de manipulação, objetivando atingir o leitor de um modo apelativo: pela emoção, atraindo, portando, os olhares de um público cada vez maior:

> O melodrama é o gênero que reúne público e privado, trabalha com um sentido de comunidade e não busca controlar os sentimentos, ao contrário, tem forte sabor emocional (AMARAL, 2007, p. 117).

Convém conhecermos um pouco sobre o melodrama, para nos situarmos melhor e termos uma compreensão mais ampla sobre a presença de algumas de suas características no texto jornalístico. Para tanto, vejamos a citação que segue:

> O melodrama é um espetáculo popular relacionado a formas de oralidade, especialmente na França e Inglaterra, desde o final do século XVIII. Está ligado em mais de um aspecto à Revolução Francesa e à transformação do populacho em povo [...]. Com a proibição de teatros populares na França e na Inglaterra, só ficam permitidas ao povo representações sem diálogos, para que o teatro verdadeiro não seja corrompido. O espetáculo baseia-se na mímica, nos efeitos sonoros, nos truques cenográficos e nas canções. Nasce destinado aos que não sabem ler, como espetáculo total para um povo que já pode se ver de corpo inteiro (AMARAL, 2007, p. 125).

Ressaltamos o trecho da citação acima, em que se lê que o melodrama surgiu para aqueles que não sabiam ler, percebendo-se aqui o caráter intrinsecamente não apenas popular, como também *popularizador* desse gênero.

Estamos, então, diante de alguns dados acerca da notícia sobre morte: para vender tal *produto*, os setores editoriais lançam mão de alguns ingredientes eficientes a ponto de não respeitar um tabu construído em torno da finitude da vida: apelo emocional e sensacionalismo melodramático, quebrando barreiras e tocando no âmago do homem, fazendo-o encarar a morte do outro – o que, concretamente, leva-o a refletir acerca da própria finitude. Já mencionamos esse raciocínio em Freud (*op. cit*.) e o retomamos aqui:

> A morte como acontecimento jornalístico será sempre uma representação que se constrói essencialmente no outro, na experiência do outro. Contudo, é na ruptura que a ausência do outro provoca no cotidiano dos sobreviventes

> que se elaboram as significações “por extensão” ao acontecimento da morte. Estas significações dão conta daquilo que se esconde, se nega, porque se teme. A morte do “outro” evidencia a fragilidade de “si” [...] (CRUZ, 2008, p. 157).

Um outro aspecto da notícia de morte que consideramos importante evidenciar é quanto à identidade dos mortos: quem são eles? Podem ser anônimos ou celebridades. Comentemos cada caso.

A morte natural, previsível, dentro dos parâmetros da normalidade (embora já tenhamos discutido aqui que, de certa forma, nunca queremos aceitá-la como um evento natural) não consiste em notícia, não é produto rentável – o morto anônimo também não é. Em contrapartida, mortes por acidentes, fatalidades, crimes ou quaisquer outras situações-limite como estas, sim, são noticiosas – e são mortes dessa natureza que levam o morto anônimo a uma capa de jornal, como personagem da matéria principal. Mas não pela pessoa que o morto possa ter sido, e sim pelo fato em si que ocorreu com ele, pela natureza da sua morte.

Nestes casos, o sujeito não é o morto, mas a violência, a tragédia, o crime que está por trás daquela morte. Barbosa (2004) acrescenta:

> [...] a mídia, diante da violência, banaliza o corpo insepulto. A proliferação da morte violenta, fruto da guerra urbana e da desigualdade social, faz com que, para os meios de comunicação, neste caso, seja importante não a morte em si mesma, mas o espetáculo da brutalidade cotidiana (BARBOSA, 2004, p. 2).

Caso o morto tenha sido uma pessoa pública, uma celebridade de algum tipo, a imprensa trata de realizar uma cobertura dessa morte a partir de vários elementos excessivos: drama, sensacionalismo intenso, apelo emocional, narrativas exaustivas acerca dos feitos e conquistas daquele que acaba de morrer, depoimentos intermináveis de parentes, amigos e outras pessoas envolvidas, entre outras estratégias editoriais. Não que não haja sensacionalismo no caso de mortes de anônimos – há, sim, claro, igualmente. Mas, no contexto das mortes das celebridades, o sensacionalismo conta ainda com um ingrediente a mais: o assombro daquela morte. Como se celebridades fossem imunes a ela! A interrupção daquela vida colocada como uma dor lancinante, inadmissível, insuportável. Qualquer vida não é

uma vida igualmente valiosa? Não na pauta jornalística. Nem toda vida gera o mesmo lucro para o jornal – o mesmo raciocínio para as mortes.

Podo ocorrer, entre essas estratégias editoriais, o que Goffman (2002) considera uma idealização:

> Isto constitui um dos modos pelos quais uma representação é "socializada", moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada (GOFFMAN, 2002, p. 40).

Se quem morre é uma pessoa pública,

> [...] o sujeito, neste contexto, também é re-significado pela sua morte, uma vez que a dramaticidade da partida é ampliada pela enunciação midiática. Mesmo quando o falecido de conhecimento público tem uma história de contradições ou polêmicas, costuma-se retirar do discurso quaisquer desavenças após a sua morte [...]. Neste sujeito, representa-se, por fim, o herói (CRUZ, 2008, p. 158).

Dando continuidade a esse aspecto discutido por Cruz (*op. cit*.), recorremos a Goffman (2002), que desenvolve um ponto de vista acerca da *impressão* como fonte de informação, exatamente a dinâmica em pauta aqui: a morte do sujeito público, célebre, notável, é explorada, pela linha editorial do jornal, de forma sensacionalista, exaltando-se os maiores e melhores feitos do morto e reiterando-se o que houve de positivo ao longo daquela vida, num movimento de evidente preferência às aparências. Neste caso, havendo algo de negativo, a escolha é não propagar esse detalhe. Nas palavras do autor:

> Para descobrir inteiramente a natureza real da situação, seria necessário que o indivíduo[16] conhecesse todos os dados sociais importantes relativos aos outros. Seria também necessário que o indivíduo conhecesse o resultado real ou produto final da atividade dos outros [...]. Raramente se consegue completa informação dessa ordem. [...] Em resumo, como a realidade [...] não é percebida no momento, em seu lugar terá de confiar nas aparências (GOFFMAN, 2002, p. 228).

[16] Neste caso, indivíduo refere-se ao *leitor*.

Essa manipulação em favor das aparências é uma linguagem, um modo de veicular a informação que se queira veicular, a informação conveniente, a escolhida para determinado fim comunicativo.

No *corpus* da presente pesquisa, entretanto, não se fez discernimento entre o morto anônimo e o renomado: ambos figuram nas manchetes, com cada morte gerando análises diferentes, mas o *status* social do anônimo não o destituiu da condição de escopo dos nossos estudos – até porque, como já foi elucidado há pouco, uma vez morto, o cidadão, socialmente desfavorecido ou não, despe-se de sua perspectiva de sujeito, e é a própria morte dele que assume essa subjetividade. Portanto, nossa análise contemplará ricos e pobres, anônimos e celebridades, pois o que procuramos é a morte em si, e não o que esses cidadãos possam ter sido em vida.

CAPÍTULO III

O JORNAL IMPRESSO

3.1 O JORNAL IMPRESSO NO BRASIL

Por questões de controle, de manutenção da ordem e do comando, a Coroa Portuguesa impedia a existência de qualquer tipografia e qualquer ação jornalística no Brasil, motivo pelo qual houve um atraso de 300 anos no que concerne à inauguração da Imprensa na Colônia. Nas palavras de Bahia (1990):

> São razões de Estado – garantir o colonialismo, conservar incólume o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça – e não de outra natureza que fazem Portugal insensível, até 1808, à tipografia e ao jornal num Brasil escravocrata e monocultor (BAHIA, 1990, p. 11).

Assim, a imprensa só veio a ser inaugurada – oficialmente – aqui em 1808, com a vinda de D. João VI, momento em que a Colônia torna-se sede do poder real.

Essa dinâmica de controle e de censura era, na verdade, uma constante nas esferas política, social e religiosa de Portugal, fazendo já parte do que fosse condizente com o universo da *informação* – os livros, por exemplo:

> Estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou do Ordinário, a Inquisição e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576, cuja superioridade firmava-se nas Ordenações Filipinas, que proibiam a impressão de qualquer obra “sem primeiro ser vista e examinada pelos desembargadores do Paço, depois de vista e aprovada pelos oficiais do Santo Ofício da Inquisição (SODRÉ, 1999, p. 9-10).

Tal proibição, no entanto, não conseguia obter resultados totalmente eficazes no Brasil, uma vez que, a despeito de todas as restrições impostas pela Coroa, havia tipografias clandestinas, como a do negociante pernambucano, de cujo nome já não se tem registro, que imprimia letras de câmbio e orações em sua oficina no Recife, no ano de 1706. A Carta Régia de 8 de junho de 1706, todavia, determinou que as letras

de imprensa fossem sequestradas, notificando-se, ainda, os donos dessa tipografia no sentido de que não fossem mais impressos quaisquer livros ou papéis avulsos.

Há, porém, divergências por parte de vários autores no que diz respeito à supracitada primeira tipografia brasileira ter sido mesmo a recifense ou não. Há autores que consideram a oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, a primeira que o Brasil, de fato, teve. Gomes (2007) comenta tal divergência:

> No que concerne a esses impressos do período colonial, existem controvérsias entre alguns estudiosos da História da Imprensa com relação à localização e à data do primeiro documento impresso em terras brasileiras. José Oliveira (1986) é um dos defensores de que os primeiros impressos brasileiros são de Pernambuco. O autor faz menção a documentos impressos em 1647 e 1706 [...]. Em 1900, José Veríssimo [...] refere-se à tipografia de 1706, procurando minimizar a sua importância, para justificar a afirmativa de que Antônio Isidoro da Fonseca seria o patriarca da imprensa, com sua tipografia instalada no Rio de Janeiro em 1747 [...]. Cunha Barbosa analisa o fato da existência ou não da oficina recifense, com maior equilíbrio [...], afirmando que cada Estado quer para si a prioridade da introdução da imprensa no País [...] (GOMES, 2007, p. 59).

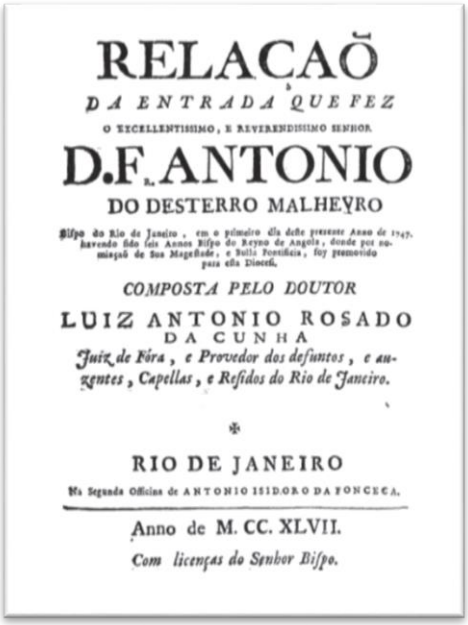
O fato é que, tendo sido ou não a “tipografia de 1706” a primeira do Brasil, não há vestígios dos impressos feitos nela, restando apenas, como já comentado, a menção à sua existência nos registros da Carta Régia de 8 de junho de 1706.

No que tange ao estabelecimento tipográfico de Antônio Isidoro da Fonseca, há informações concretas acerca de sua existência e de sua produção. Esse prelo, por sinal, já existia em Lisboa, tendo sido transferido, pelo supracitado proprietário, para o Rio de Janeiro.

Mediante autorização do Governador Gomes Freire (mas sem o conhecimento nem a aquiescência da Coroa), deu-se a produção dessa oficina, a saber:

> *Relação da entrada do bispo Fr. Antônio do Desterro*, de autoria do juiz de fora Luís António Rosado da Cunha; um romance heróico em 23 quadras; *Em aplauso*, do mesmo bispo; 11 epigramas em latim e um soneto em português sobre a matéria antecedente; e *Conclusões metafísicas*, em latim, defendidas no Colégio de Jesus pelo estudante Francisco Fraga, de uma só página, conforme Costella (MÜLLER, 1999, p. 578).

O primeiro folheto impresso no Brasil foi, então, produto clandestino, pouco mais de 6 décadas antes da instalação da primeira tipografia oficial. Segue a imagem da página de rosto deste material:



RELACAÕ

DA ENTRADA QUE FEZ

O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D.F. ANTONIO

DO DESTERRO MALHEYRO

Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Anno de 1747. havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por ordem de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi.

COMPOSTA PELO DOUTOR

LUIZ ANTONIO ROSADO DA CUNHA

Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e ausentes, Capellas, e Residos do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO

Na Segunda Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA.

Anno de M. CC. XLVII.

Com licenças do Senhor Bispo.

Página de rosto do primeiro folheto impresso no Brasil, na tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca, em 1747[17]. Disponível em: http://sterlingnumismatic.blogspot.com.br/2010/08/tipografia-no-brasil-parte-ii.html. Acesso em 11 de julho de 2014.

Tal produção, no entanto, foi reprimida pela Ordem Régia de 10 de maio de 1747, findando-se as atividades do prelo de Antônio Isidoro da Fonseca, tendo sido, assim, confiscadas e remetidas a Portugal as letras de imprensa. A supracitada Ordem Régia punia os infratores mediante também penas de prisão e até de exílio.

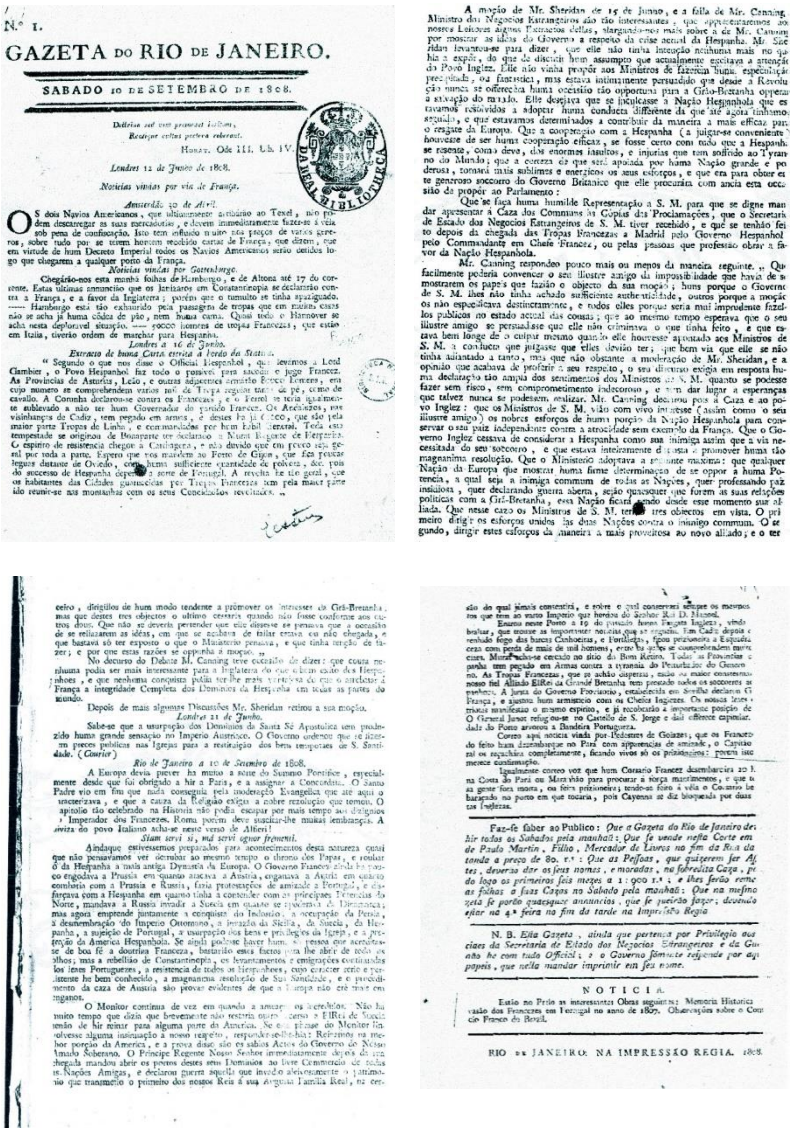
E, assim, até a chegada da comitiva de D. João VI, perdurou o policiamento português no sentido de sufocar todo e qualquer movimento que apontasse para a divulgação livre da informação e, principalmente, da opinião. Afinal, a manifestação livre do pensamento, especialmente mediante a palavra impressa, era tida como crime para a Coroa Portuguesa.

Isso não significa, todavia, que a tipografia que o príncipe-regente, D. João VI, instalou, em maio de 1808, estava alicerçada sobre o princípio da liberdade de

[17] Observação: há um equívoco na impressão com relação à data: M**CC**XLVII, que seria 1247, quando a correta seria 1747, o que, em algarismos romanos, equivale a M**DCC**XVII.

expressão. Não mesmo: perduraria ainda por 13 anos a censura prévia no Brasil. Na verdade, esse estabelecimento tipográfico que foi instalado aqui, a partir de 2 prelos que o príncipe trouxe, permaneceu vinculado a Lisboa, de modo que os tipos de composição e as peças de impressão serviam tanto a Portugal quanto ao Brasil, para uma produção voltada a documentos diplomáticos, leis, cartas de jogos e livros.

As oficinas da Impressão Régia passaram, finalmente, a funcionar em maio, como já se mencionou, e, em 10 de setembro do mesmo ano (1808), circulou a primeira edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*:



N.º 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

Delirius sed cum prudentibus loquor,
Beatique cultus pectora roborant.
HORAT. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdã 30 de Abril.

Os dois Navios Americanos, que ultimamente arribaram ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão vendidos logo que chegarem a qualquer ponto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegárão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas commentão que os Ketriaers em Constantinopla se declarárão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. —— Hamburgo está tão exhaurido pela passagem de tropas que em marcha estas não se acha já huma cidade de jibo, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deplorável situação. —— 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita á bordo da Statira.

" Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que tivemos a Land Cambier, o Povo Hespanhol fez todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armárão 80000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Arcebispos, nos valinhangos de Cadiz, tem pegado em armas, e desses ha já 12000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum Tabl General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Catalugnera, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica pouco leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, dos pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Portuguezas tem pela maior parte sido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. "

A mação de Mr. Sheridan de 15 de Junho, e a falla de Mr. Canning, Ministro dos Negocios Estrangeiros são tão interessantes, que approveitaremos aos nossos Leitores algum Extracto dellas, largando-nos mais sobre a de Mr. Canning por mostrar as idéas do Governo a respeito da crise actual da Hespanha. Mr. Sheridan levantou-se para dizer, que elle não tinha intenção nenhuma mais no que hia a expôr, do que de discutir hum assumpto que actualmente excitava a attenção do Povo Inglez. Elle não vinha propôr aos Ministros de fazerem huma especulação precipitada, ou fantastica, mas estava intimamente persuadido que desde a Revolução nunca se offerecera huma occasião tão opportuna para a Gran-Bretanha opperar a salvação do mundo. Elle desejava que se inculcasse a Nação Hespanhola que estavamos estimulados a adoptar huma conducta differente da que até agora tinhamos seguido, e que estavamos determinados a contribuir da maneira a mais efficaz para o resgate da Europa. Que a cooperação com a Hespanha (a julgar-se conveniente) houvesse de ser huma cooperação efficaz, se fosse certo com tudo que a Hespanha se resente, como deve, dos enormes insultos, e injurias que tem soffrido ao Tyranno do Mundo; que a cooperação de que seria apoiada por huma Nação grande e poderosa, tomará mais sublimes e energicos os seus esforços, e que era para obter este generoso soccorro do Governo Britanico que elle procurára com ancia esta occasião de propôr ao Parlamento:

Que se faça huma humilde Representação a S. M. para que se digne mandar apresentar á Caza dos Communs as Copias da Proclamações, que o Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de S. M. tiver recebido, e que se tenhão feito depois da chegada das Tropas Francezas a Madrid pelo Governo Hespanhol pelo Commandante em Chefe Francez, ou pelas pessoas que professão obrar a favor da Nação Hespanhola.

Mr. Canning respondeo pouco mais ou menos da maneira seguinte. " Que facilmente poderia convencer o seu illustre amigo da impossibilidade que havia de se mostrarem os papeis que fazião o objecto da sua moção; huns porque o Governo de S. M. lhes não tinha achado sufficiente authenticidade, outros porque a moção os não especificava distinctamente, e todos elles porque seria mal imprudente fazellos publicos no estado actual das cousas; que ao mesmo tempo esperava que o seu illustre amigo se persuadisse que elle não criminava o que tinha feito, e que estava bem longe de o culpar mesmo quando elle houvesse apontado aos Ministros de S. M. o conducto que julgasse que elles devião ter; que bem via que elle se não tinha adiantado a tanto, mas que não obstante a moderação de Mr. Sheridan, e a opinião que acabava de profrir a seu respeito, o seu divino exigia em resposta huma declaração tão ampla dos sentimentos dos Ministros de S. M. quanto se podesse fazer sem risco, sem comprometimento indecoroso, e sem dar lugar a esperanças que talvez nunca se podessem realizar. Mr. Canning declarou por a Caza e ao povo Inglez: que os Ministros de S. M. são com vivo interesse (assim como o seu illustre amigo) os nobres esforços de huma porção da Nação Hespanhola para conservar o seu paiz independente contra a atrocidade sem exemplo da França. Que o Governo Inglez cessava de considerar a Hespanha como sua inimiga assim que a vio necessitada do seu soccorro, e que estava inteiramente disposta a promover huma tão magnanima resolução. Que o Ministerio adoptava a seguinte maxima: que qualquer Nação da Europa que mostrar huma firme determinação de se oppor a huma Potencia, a qual seja a inimiga commum de todas as Nações, quer professando paz indistincta, quer declarando guerra aberta, seja quaesquer que forem as suas relações politicas com a Grã-Bretanha, esta Nação ficará sendo desde esse momento sua alliada. Que nesse caso os Ministros de S. M. tem tres objectos em vista. O primeiro dirigir os esforços unidos das duas Nações contra o inimigo commum. O segundo, dirigir estes esforços da maneira a mais proveitosa ao novo alliado; e o terceiro, dirigillos de hum modo tendente a promover os interesses da Grã-Bretanha, mas que destes tres objectos o ultimo cessaria quando não fosse conforme aos outros dous. Que não se devesse perturbar em cousa alguma que a occasião de se realizarem as idéas, em que se acabava de falar estava em não chegada, e que bastava só ter exposto o que o Ministerio pensava, e que tinha tenção de fazer; " por cuja razão se opporia á moção. "

No decurso do Debate Mr. Canning teve occasião de dizer: que couta nenhuma podia ser mais interessante para a Inglaterra do que o bom estado dos Hespanhoes, e que nenhuma conquista pódia tornar-lhe mais vantajosa do que o conservar á França a integridade completa dos Dominios da Hespanha em todas as partes do mundo.

Depois de mais algumas Discussões Mr. Sheridan retirou a sua moção.

Londres 21 de Junho.

Sabe-se que a usurpação dos Dominios da Santa Sé Apostolica tem produzido huma grande sensação no Imperio Austriaco. O Governo ordenou que se fizessem preces publicas nas Igrejas para a restituição dos bens temporaes de S. Santidade. (*Courier*)

Rio de Janeiro a 10 de Setembro de 1808.

A Europa devia prever ha muito a sorte do Summo Pontifice, especialmente desde que foi obrigado a hir a Paris, e a assignar a Concordata. O Santo Padre vio em fim que nada conseguia pela moderação Evangelica que até aqui a mostrára, e que a causa da Religião exigia a nobre resolução que tomou. O apotheo tão celebrado na Historia não podia escapar por mais tempo aos designios e Imperadar dos Francezes. Roma porem deve mostrar-lhe muitas lembranças. A *invita* do povo Italiano acha-se neste verso de Alfieri:

Siam servi sì, ma servi ognor frementi.

Andaque estivessemos prepardos para acontecimentos desta natureza quando que não pensavamos ver derrubar ao mesmo tempo o throno dos Papas, e coalar o da Hespanha a mais antiga Dynastia da Europa. O Governo Francez tinha ha tempo engodava a Prussia em quanto atacava a Austria, engatava a Austria em quanto combatia com a Prussia e Russia, fazia protestações de amizade a Portugal, e disfarçava com a Hespanha em quanto tinha a contender com os principes Potencias do Norte, mandava a Russia invadir a Suecia em quanto se apoderava de Dinamarca; mas agora empreende justamente a conquista do Indostão, a occupação da Persia, a desmembração do Imperio Ottomano, a invasão da Sicilia, da Suecia, da Hespanha, a sujeição de Portugal, a usurpação dos bens e privilegios da Igreja, e a preterição da America Hespanhola. Se ainda podesse haver hum só pessoa que acreditasse de boa fé a doutrina Franceza, bastarião estes factos para lhe abrir de todo os olhos; mas a rebellião de Constantinopla, os levantamentos e emigrações continuadas dos leaes Portuguezes, a resistencia de todos os Hespanhoes, cujo caracter serio e persistente he bem conhecido, a magnanima resolução de Sua Santidade, e o procedimento da caza de Austria são provas evidentes de que o tempo não está nos enganos.

O Monitor continua de vez em quando a amacar os Ingrezes. Não ha muito tempo que dizia que brevemente não restria outro Corso a Bandeira de Nossa terra de hir reinar para alguma parte da America. Se o Redactor do Monitor lisonjeasse alguma insinuação a nosso respeito, respondereis-lhe? Retiramo-nos na melhor porção da America, e a prova disso são os sabios Actos do Governo de Nosso Amado Soberano. O Principe Regente Nosso Senhor immediatamente depois de sua chegada mandou abrir os portos destes seus Dominios ao livre Commercio de todas as Nações Amigas, e declarou guerra aquella que invadio abertamente o patrimonio que transmettio o primeiro dos nossos Reis á sua augusta Familia Real, na ces-

são do qual jamais consentirá, e sobre o qual conservará attaque os mesmos dos que tem ao vasto Imperio que herdou do Senhor Rei D. Manoel.

Huma nesse Porto a 19 do passado hum Paquete Inglez, vindo Lisboa, que trouxe as importantes noticias que se seguem. Em Cadiz depois de ardido fogo das baterias Cimbrotas, e Twillegs, foram prisioneiro a Esquadra cerca com perda de mais de mil homens, e no dia 16 depois se comprehendem mere cises. Mora-se cercado no sitio do Bom Retiro. Todas as Provincias o porda em pegado em Armas contra a tyrannia do Penetrador do Genero no. As Tropas Francezas, que se achão dispersas, estão na maior consternação nosso fiel Alliado Elitre da Grande Bretanha tem prestado todos os soccorros se precisar. A Junta do Governo Provisorio, estabelecida em Sevilha declarou Guerra a França, e ajustou hum armisticio com os Chefes Inglezes. Os nossos leaes patriotas manifestão o mesmo espirito, e já receberão a importante noticia de O General Junot refugiou-se no Castello de S. Jorge e dali offerece capitular dado do Porto arvorou a Bandeira Portugueza.

Correo agora certa vinda por Pedestres de Goianes; que os Francezes do feito hum desembarque no Pará com apparencias de amizade, o Capitão mal os repuchárão completamente, ficando vivos só os prisioneiros: porem isto mente confirmação.

Igualmente correo voz que hum Corsario Francez desembarcára no Rio na Costa do Pará ou Maranhão para procurar a força maximamente, e que se na gente fora mesma, os fora prisioneiros; tendo-se feito a vela o Corsario he barcado no porto em que tocaria, pois Cayenna se diz bloqueada por duas ras Inglezas.

Faz-se saber ao Publico: *Que a Gazeta do Rio de Janeiro deve hir todos os Sabados pela manhã; Que se vende nesta Corte em de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da tonda a preço de 80. r.s: Que as Pessoas, que quizerem ser Assi tes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na referida Caza, pe do logo os primeiros seis mezes a 1:600 r.s; e lhes serão remettidas as folhas a sua Caza no Sabado pela manhã: Que na mesma geta se porão quaesquer annuncios, que se queirão fazer; devendo estar na 4.ª feira no fim da tarde na Imprensa Regia.*

N. B. *Esta Gazeta, ainda que pertence por Privilegio aos cises da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra he com tudo Official; e o Governo permitte referida por aqui papeis, que nella mandar imprimir em seu nome.*

NOTICIA.

Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes: Memoria Historica vasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807. Observações sobre o Com cio Franco do Brazil.

RIO DE JANEIRO: NA IMPRESSÃO REGIA. 1808.

1ª edição da Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1808.
Disponível em:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm.
Acesso em 13 de julho de 2014.

A intenção do jornal da imprensa oficial, de modo algum, era conquistar o público com notícias polêmicas ou, de alguma forma, atraentes. Até na epígrafe da *Gazeta*, depreende-se sua proposta. Conheçamos tal epígrafe, um trecho de Horácio, Ode IV, Livro IV[18]:


N.º 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

Doctrina sed vim promovet insitam,
Rectique cultus pectora roberant.
Horat. Ode III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdã 30 de Abril.

OS dous Navios Americanos, que ultimamente arribaram ao Texel, tive prisão desembargar as suas mercadorias, e ordem immediatamente tornar a vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se acharem bastantes mercadorias custar de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial estes os Navios Americanos serão carcados logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gazetabergo.

Chegárão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 27 do corrente. Estas ultimas semanas que os Jornaes em Coramaropia se declarão contra a França, e a favor da Inglaterra, porque que o tratado se tinha ajustado. —— Hamburgo esta tão exhausto pela passagem de tropas que em muitos cinco não se acha já huma cabra de pão, nem hum cavallo. Quasi todo o Hanover acha nesta deplorável situação. —— 20000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tivérão ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita à Lorde da Scania.

" Seguindo o que vos disse o Official Hespanhol, que tivemos a Lord Cambier, o Povo Hespanhol fez todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armárão Forças Bonitas, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropas regulares tanto de pé, como de cavallo. A Coruna declarou-se contra os Francezes, e o Exercito se nella igualmente se adherado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Asturianos, em visinhança de Oviedo, tem pegado em armas, e desses lhe já 6000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum Lord Inglez. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Nomi Regente de Hespanha. O espirito de matancia chegou a Conimbra, e não devido que em breve seja geral por toda a parte. Espero que vos mandem ao Porto de Cipra, que Sua Majestade Inglez destinou de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte são reunir-se nas montanhas com os seus Concelhos revoltados. "

Doctrina sed vim promovet insitam,

Rectique cultus pectora roberant.

Horat. Ode III. Lib. IV.

Segundo Magalhães (2011), o trecho "*Doctrina sed vim promovet insitam*, / *Rectique cultus pectora roberant*" pode ser traduzido por "Mas a educação desenvolve a força nata / e uma cultura sábia fortifica a alma".

Convém mencionar, segundo o supracitado autor, que este trecho remete ao anterior: "*Fortes creantur fortibus et bonis*; / *Est in juvencis, est in equis patrum* / *Virtus, neque imbellem feroces*. / *Progenerant aquilae columbam*" (HORÁCIO, Ode IV, Livro IV apud MAGALHÃES, 2011, p. 38), para o qual ele mesmo sugere a tradução: "Os bravos nascem dos bravos e dos corajosos; / Há nos touros, há nos cavalos o fervor do pai / E as águias guerreiras / Não geram pombas fracas".

Essa ode, basicamente, exalta a vitória de Nero Cláudio Druso sobre os vindelícios. Druso não era filho legítimo de Augusto, e sim apenas enteado. Mas, a despeito disso, era um grande guerreiro, 'herdando' a força e o brilhantismo do padrasto. O sentido que a Ode transmite é que os valores que não são herdados pelo sangue podem ser desenvolvidos pela educação. Essa tese completa-se com o trecho que sucede a epígrafe em questão: "*Utcumque defecere mores*, / *Indecorant bene*

[18] Apenas um registro do equívoco ocorrido na impressão do jornal: não se trata da Ode III, e sim da Ode IV.

nata culpae" (HORÁCIO, Ode IV, Livro IV apud MAGALHÃES, 2011, p. 38), para o qual o mesmo autor tem a tradução: "Os vícios desonram aquele nascido afortunadamente".

Em outras palavras, valores adquiridos no meio em que se vive e por intermédio de uma educação adequada superam questões genéticas. Uma má doutrina, em contrapartida, pode levar o homem ao desperdício de suas virtudes inatas.

Não se utilizava a epígrafe para compor poeticamente a primeira página do jornal. Não era um apelo literário. Era, sim, uma ferramenta para uma manobra de efeito discursivo, com todo um significado implícito – e por que não dizer explícito? Vejamos esta análise:

> Na condição de epígrafe, o fragmento funciona como uma metonímia da postura ética da Coroa no Brasil, que concebe este lugar como extensão do reino europeu. O Brasil não era visto como um *nós* português, mas como um outro desprovido dos valores e excelência cultivados alhures. Impresso no jornal, o trecho confere um tom moralista ao periódico (MAGALHÃES, 2011, p. 39).

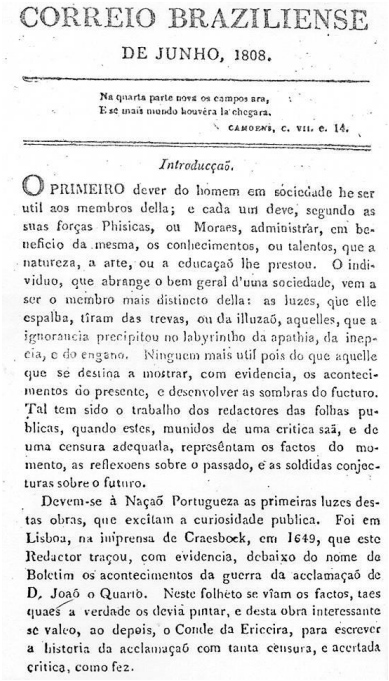
Ou seja, o Brasil não tinha a genética de Portugal, mas a ação efetiva dos valores lusitanos torná-lo-ia digno, aceitável, adequado. O Brasil não tinha raízes portuguesas, "mas a educação desenvolve a força nata e uma cultura sábia fortifica a alma", e a austeridade seria a linha da *Gazeta do Rio de Janeiro*, por princípio e por convicção.

Sodré (1999) faz um pertinente registro sobre o conteúdo da *Gazeta*:

> Armitage situou bem o que era a *Gazeta do Rio de Janeiro*: "Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume" (SODRÉ, 1999, p. 20).

A citação de Sodré (*op. cit*.) refere-se a um "único periódico" brasileiro, o que não correspondia precisamente à verdade, pois, quando da publicação do primeiro

número da *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808), já circulavam, no Brasil, pelo menos, os dois primeiros números do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa[19], tendo o número 1 circulado em 1º de junho de 1808 (portanto, 3 meses antes da *Gazeta*):



CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvêra lá chegara.
CAMOENS, C. VII. e. 14.

Introducçaõ.

O PRIMEIRO dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educaçaõ lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzaõ, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepcia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do fucturo. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as soldidas conjecturas sobre o futuro.

Devem-se à Naçaõ Portugueza as primeiras luzes destas obras, que excitam a curiosidade publica. Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, em 1649, que este Redactor traçou, com evidencia, debaixo do nome de Boletim os acontecimentos da guerra da acclamaçaõ de D. Joaõ o Quarto. Neste folheto se viam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valeo, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a historia da acclamaçaõ com tanta censura, e acertada critica, como fez.

Primeira página do número 1 do Correio Braziliense, de 1º de junho de 1808.
Disponível em: www.novomilenio.inf.br/idioma/imagemp/200009v.jpg.
Acesso em 30 de junho de 2014.

[19] Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu em 1774 em Colônia do Sacramento e cresceu no Rio Grande do Sul, Brasil. Com cerca de 19 anos, ingressou na Universidade de Coimbra, graduando-se em Direito e Filosofia.
Recém-graduado, foi enviado aos Estados Unidos e ao México, na condição de servidor régio, para, durante 2 anos, colher informações sobre as culturas e as técnicas agrícolas, observar técnicas e instrumentos manufatureiros e também obter sementes e mudas de plantas típicas daquelas regiões, com o intuito de aclimatá-las aqui no Brasil.
Foi durante essa missão nos Estados Unidos que Hipólito da Costa conheceu a maçonaria, identificando-se com ela a ponto de filiar-se a essa sociedade em sua passagem pela Filadélfia.
De volta a Portugal, por volta de 1798, integrou o grupo que atuava na Tipografia do Arco do Cego. Ao ser extinto este setor, todo o seu acervo foi incorporado à Imprensa Régia, e Hipólito também foi absorvido por esta instituição, em 1801, atuando como membro da Junta que a geria.
Em 1802, foi enviado pela Coroa portuguesa a Londres para comprar máquinas para a Imprensa Régia, e também livros. Na Inglaterra, por sua vez, os laços com a Maçonaria intensificaram-se, o que provocou sua prisão quando do seu retorno a Portugal, uma vez que as atividades maçônicas eram criminalizadas nas terras lusitanas.
Hipólito da Costa respondeu, então, a processo junto ao Tribunal da Santa Inquisição, por ser maçom, e foi condenado, permanecendo preso por cerca de dois anos, tendo fugido para Londres, onde viveria durante quase duas décadas – até morrer, em 1823, aos 49 anos (Fontes: www.dec.ufcg.edu.br/biografias/HipolJoC.html - Acesso em 02 de julho de 2014 / www.cedope.ufpr.br/hipolito_mendonca.htm - Acesso em 02 de julho de 2014).

O *Correio Braziliense* era, no entanto, impresso em Londres, onde vivia Hipólito da Costa, seu fundador, diretor e redator, desde que fugira da prisão em Portugal. Sodré (*op. cit*.) comenta tal situação:

> Hipólito da Costa justificou-se de fazer no estrangeiro o seu jornal: "Resolvi lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos" (SODRÉ, 1999, p. 20).

O Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro eram opostos em todos os aspectos: na proposta, na condução dos conteúdos, na ideologia, na periodicidade e, principalmente, no fato de esta ser oficial, a folha da Imprensa Régia, e aquele, clandestino – pelo menos, em terras brasileiras e portuguesas:

> O jornal é proibido, apreendido, censurado, processado. Não só no Brasil. Em Portugal a leitura do Correio Braziliense é violação da lei. A administração do Reino edita avisos e mobiliza a polícia para impedir a sua circulação, que já no número sete alcança as províncias e ostenta uma influência e um prestígio significativos (BAHIA, 1990, p. 25).

A proposta do jornal de Hipólito da Costa, ao contrário da contida abordagem da *Gazeta*, era conquistar o público a partir de um conteúdo instigante, polêmico e formador – e incitador – de opinião:

> Pretendia, declaradamente, pesar na opinião pública ou o que dela existia no tempo, ao passo que a *Gazeta* não tinha em alta conta essa finalidade [...]. O jornal de Hipólito, ao contrário, destinava-se a conquistar opiniões; esta era a sua finalidade específica. Mensalmente, reunia em suas páginas o estudo das questões mais importantes que afetavam a Inglaterra, Portugal e Brasil [...] (SODRÉ, 1999, p. 22).

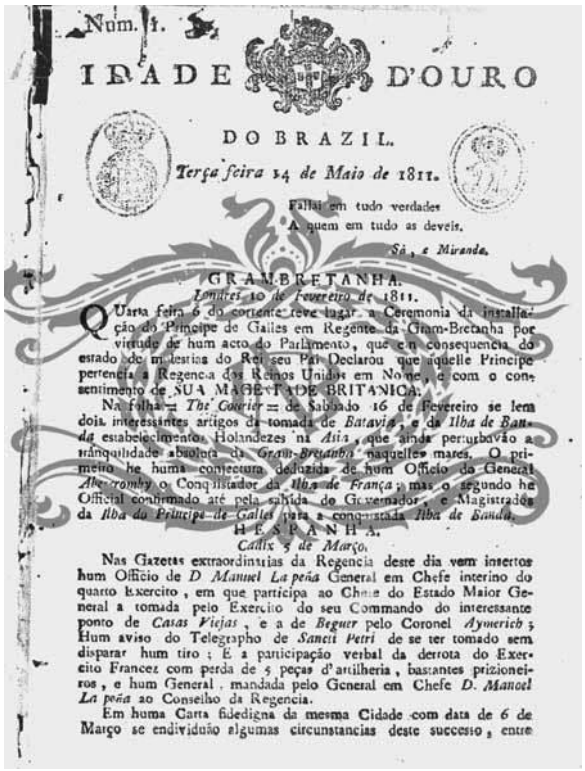
Vejamos este quadro comparativo, dando-nos uma visão dos aspectos em que, basicamente, a *Gazeta* e o *Correio* diferiam:

QUADRO XII

CORREIO BRAZILIENSE	GAZETA DO RIO DE JANEIRO
brochura com capa	embrião de jornal
140 páginas	poucas folhas; inicialmente, 4
periodicidade mensal	periodicidade curta
mais doutrinário do que informativo	mais informativa do que doutrinária

Fonte: a autora, com base em Sodré, 1999.

É necessário que se abram estes parênteses na sequência temporal para o seguinte registro: três anos após o surgimento da *Gazeta* e do *Correio Braziliense*, em 14 de maio de 1811, circulou, na Bahia, a primeira edição da folha Idade d'Ouro do Brasil:



Num. 1.

IDADE D'OURO

DO BRAZIL.

Terça feira 14 de Maio de 1811.

Fallai em tudo verdade
A quem em tudo as deveis.

Sá, e Miranda.

GRAM-BRETANHA.

Londres 10 de Fevereiro de 1811.

QUarta feira 6 do corrente teve lugar a Ceremonia da installação do Principe de Galles em Regente da Gram-Bretanha por virtude de hum acto do Parlamento, que em consequencia do estado de molestias do Rei seu Pai Declarou que aquelle Principe pertencia a Regencia dos Reinos Unidos em Nome, e com o consentimento de SUA MAGESTADE BRITANICA.

Na folha = *The Courier* = de Sabbado 16 de Fevereiro se lem dois interessantes artigos da tomada de *Batavia*, e da *Ilha de Banda* estabelecimentos Holandezes na *Asia*, que ainda perturbavão a tranquilidade absoluta da *Gram-Bretanha* naquelles mares. O primeiro he huma conjectura deduzida de hum Officio do General *Abercromby* o Conquistador da *Ilha de França*; mas o segundo he Official confirmado até pela sahida do Governador, e Magistrados da *Ilha do Principe de Galles* para a conquista da *Ilha de Banda*.

HESPANHA.

Cadix 5 de Março.

Nas Gazetas extraordinarias da Regencia deste dia vem insertos hum Officio de *D Manuel La peña* General em Chefe interino do quarto Exercito, em que participa ao Chefe do Estado Maior General a tomada pelo Exercito do seu Commando do interessante ponto de *Casas Viejas*, e a de *Beguer* pelo Coronel *Aymerich*; Hum aviso do Telegrapho de *Sancti Petri* de se ter tomado sem disparar hum tiro; E a participação verbal da derrota do Exercito Francez com perda de 5 peças d'artilheria, bastantes prizioneiros, e hum General, mandada pelo General em Chefe *D. Manoel La peña* ao Conselho da Regencia.

Em huma Carta fidedigna da mesma Cidade com data de 6 de Março se endividuão algumas circunstancias deste successo, entre

Disponível em: lounge.obviousmag.org/images_e_letras/2014/01/07/idade-de-ouro.jpg
Acesso em 30 de junho de 2014.

“Idade d’Ouro do Brasil” referia-se ao período de 1808 a 1821, a fase joanina, ou seja, época em que D. João VI permaneceu no Brasil e dirigiu o governo. A partir do detalhe dessa ‘homenagem’, já se percebe a linha do jornal: não se interpunha contra Portugal, não gerava polêmica, não incomodava:

> Fora lançada sob os auspícios do Conde dos Arcos, que traçou as regras a que o periódico deveria obedecer, apresentando as notícias políticas sempre da maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública (SODRÉ, 1999, p. 29).

Voltando à dupla de periódicos comparados até então, o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulam pela última vez em dezembro de 1822. Antes do momento final da circulação de ambos, no entanto, no ano de 1821, a censura prévia tinha chegado ao fim no Brasil, por decreto de D. Pedro. Trata-se de uma fase de liberdade de expressão, iniciativa que está associada a outras duas ações: o episódio do Fico, em 9 de janeiro de 1822, e a declaração da Independência, em 7 de setembro do mesmo ano. Vejamos esta análise:

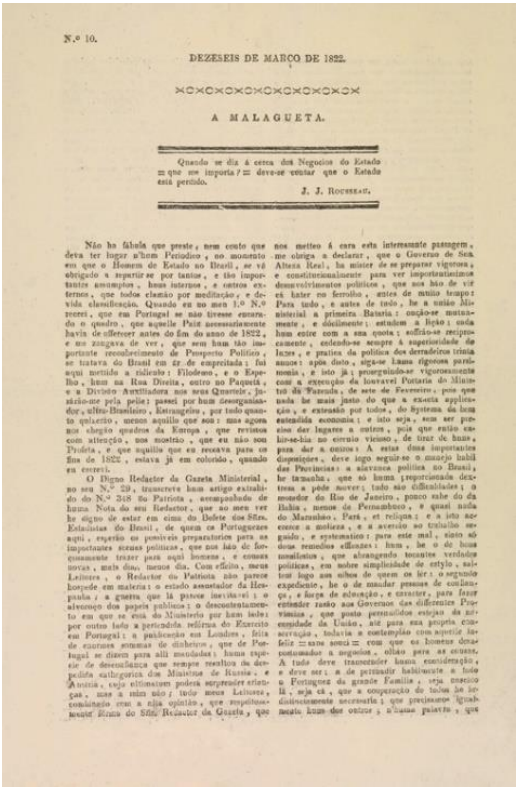
> Em 28 de agosto, D. Pedro, príncipe-regente, como o retorno de D. João VI a Portugal, decreta o fim da censura prévia a toda matéria escrita, tornando livre no Brasil a palavra impressa. Este ato decorre da deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas e apaga, em terras de Portugal, uma nódoa de três séculos por ação do poder do rei, do poder dos bispos e da Santa Inquisição (BAHIA, 1990, p. 17).

Com o fim da censura prévia, espocaram, então, novos jornais[20], das mais diversas linhas e abordagens:

> Na regência de D. Pedro e durante o Primeiro Reinado, no entanto, condições políticas e sociais peculiares exacerbam a militância, a participação e a retaliação, e é por aí que se movem muitos jornais e revistas. Entre 1822 e 1831 – um ano antes da Independência, caíra a censura prévia – há um surto de pequenos veículos, de jornais radicais e de panfletos (BAHIA, 1990, p. 43).

[20] Nossa intenção aqui não é listar detalhadamente todos os jornais surgidos à época, e sim mencionar um ou outro, contextualizadamente, de modo representativo apenas.

A Malagueta, por exemplo, que circulou de dezembro de 1821 a junho de 1822, era de proposta liberal, mas, dependendo dos interesses do seu fundador, Luís Augusto May, também tendia à bajulação ao governo:



N.º 10.

DEZESEIS DE MARÇO DE 1822.

A MALAGUETA.

Quando se diz á cerca dos Negocios do Estado = que me importa? = deve-se contar que o Estado está perdido.

J. J. Rousseau.

Não ha fábula que preste, nem conto que deva ter lugar n'hum Periodico, no momento em que o Homem de Estado no Brazil, se vê obrigado a suprir se por tantos, e tão importantes assumptos, huns internos, e outros externos, que todos clamão por meditação, e devida classificação. Quando eu no mez 1.º N.º recreei, que em Portugal se não tivesse encarado o quadro, que aquelle Paiz necessariamente havia de offerecer antes do fim do anno de 1822, e me zangava de ver, que seu hum tão importante reconhecimento de Prospecto Politico, se tratava do Brazil em ar de empreitada: fui aqui metido a ridiculo: Filodoxo, e o Espelho, hum na Rua Direita, outro no Paquetá, e a Divisão Auxiliadora nos seus Quarteis, junção-se pela pelle: passei por hum desorganizador, ultra-Brasileiro, Estrangeiro, por tudo quanto quizerão, menos aquillo que sou: mas agora nos chegão quadros da Europa, que revistos com attenção, nos mostrão, que eu não sou Profeta, e que aquillo que eu reservava para os fins de 1822, estava já em colorido, quando eu correi.

O Digno Redactor da Gazeta Ministerial, no seu N.º 29, transcreve hum artigo extrahido do N.º 248 do Patriota, acompanhado de huma Nota do seu Redactor, que ao meu ver he digno de estar em cima do Bofete dos Sñrs. Estadistas do Brazil, de quem os Portugueses aqui, esperão os possiveis preparatorios para as importantes scenas politicas, que nos hão de forçosamente trazer para aqui breves, e somos novas, mais dia, menos dia. Com effeito, meus Leitores, o Redactor do Patriota não parece borjado em materia: o estado assustador da Hespanha; a guerra que lá parece inevitavel; o alvoroço dos papeis publicos; o descontentamento em que se está do Ministerio por hum lado; por outro lado a periodada reforma do Exercito em Portugal; a publicação em Londres, feita de enormes sommas de dinheiros, que de Portugal se disem para alli mandadas; huma especie de desconfiança que sempre resulta da perdida esthegorica dos Ministros de Russia, e Austria, cujo ultimatum poderá surpreender efeitos, mas a mim não; tudo nesses Leitores, combinado com a nja opinião, que respeitosamente Rezas do Sñr. Redactor da Gazeta, que nos metteo á cara esta interessante passagem, me obriga a declarar, que o Governo de Sua Altaza Real, ha mister de se preparar vigoroso, e constitucionalmente para ver importantissimos desenvolvimentos politicos, que nos hão de vir ás luzes ao ferrolho, antes de muito tempo: Para tudo, e antes de tudo, he a união Ministerial a primeira Bateria: oução-se mutuamente, e docilmente; estudem a Lição: cada hum entre com a sua quota; soffrão-se reciprocamente, entendo-se sempre á superioridade de luzes, e pratica da politica dos derradeiros trinta annos: após disto, siga-se Lauta rigorosa parlamenta, e isto já; prosegindo-se vigorosamente com a execução da louvavel Portaria do Ministro da Fazenda, de sete de Fevereiro, pois que nada he mais justo do que a exacta applicação, e extensão por todos, do Systema da boa entendida economia; e isto seja, sem ser preciso dar lugares a outros, pois que então cahiria-se no circulo vicioso, de tirar de huns, para dar a outros: A estas duas importantes disposições, deve logo seguir-se o manejo habil das Provincias: a alavanca politica no Brazil, he tamanha; que só huma proporcionada destreza a pode mover; tudo são difficuldades; o mandar do Rio de Janeiro, pouco sabe do da Bahia, menos de Pernambuco, e quasi nada do Maranhão, Para, et reliqua; e a isto accresce a molleza, e a aversão ao trabalho organisado, e systematico: para este mal, sinto só dous remedios efficazes: hum, he o de boas insinuações, que abrangendo tocantes verdades politicas, em sobre simplicidade de estylo, saltem logo aos olhos de quem os ler: o segundo expediente, he o de mandar pessoas de confiança, e força de educação, e caracter, para fazer entender razão aos Governos das differentes Provincias, que gosto permanecidos estejão da actualidade da União, ate para sua propria conservação, todavia a contemplão com aspecto infeliz = sane sonci = com que os homens desacostumados a negocios, olhão para as causas. A tudo deve transcender huma consideração, e deve ser: a de persuadir habilmente a todo o Portuguez da grande Familia, seja nascido lá, seja cá, que a cooperação de todos he indistinctamente necessaria; que precisamos igualmente hum dos outros, e huma palavra, que

Disponível em:
http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=224
Acesso em 1º de julho de 2014.

Em 1823, surgiu o primeiro jornal de Minas Gerais, o Compilador Mineiro:

N. 5.

COMPILADOR MINEIRO.

QUARTA FEIRA 22 DE OUTUBRO DE 1823.

NOTICIAS NACIONAES.

Parece, que a Opinião Publica da Provincia do Maranhão sempre foi pela independencia de Portugal, e adhesão á causa da Patria; mas não se tinha podido manifestar pela oppressão, em que jazia. Depois da derrota de Fidie, os Povos do Piauhi, e Ceará d'intelligencia com os bons, e honrados Maranhenses se ligárão estrictamente para consolidação do Systema da Independencia desta Provincia, e havendo huns, e outros occup. hostilmente a mais grande parte della, e reduzido a sua Capital á hum apertado cerco, de maneira que chegou a sentir falta dos alimentos de primeira necessidade, não podérão com tudo restaural-la senão á chegada de Lord Cochrane, por se oppôr a Tropa, que alli se achava, e que se mostrou muito mais tenaz com o auxilio de parte da Tropa do Maceira, que já ter.

A 26 de Julho do corrente anno fundeou a Náo D. Pedro I. em que hia Lord Cochrane na ponta da Corôa de Sotavento, proxima á barra da Capital do Maranhão; immediatamente dirigio o Lord Officios ao Governo Civil, e ao Governador das Armas para declamarem a Independencia, e jurarem obediencia á S. M. o Imperador, declarando desde logo, como bloqueados o Porto, Rio, e Ilha do Maranhão, a Bahia de S. José, e agoas adjacentes, segurando ás ditas Auctoridades os melhores desejos pela prosperidade da Provincia, e que verificaria a sua liberdade na plena escolha de Governo. No mesmo dia em casa do Governador das Armas se congregárão as Auctoridades, e muitos Officiaes, e assentárão unanimemente, que se proclamasse a Independencia, e se jurasse obediencia ao Senhor D. PEDRO I: a 28 expedio o Lord participação aos Chefes da Força Armada das Provincias do Ceará, e Piauhi para cessarem as hostilidades; no dia 29 fez sahir a Tropa Portugueza, que estava na Cidade, e Portalezas para se eleger livremente o novo Governo daquella Provincia. O Lord fez logo sahir hum Brigue para o Pará a fazer-lhe a mesma intimação, e he de esperar que já tenha abraçado a Causa do Imperio.

Achou o Lord no porto da Capital hum Brigue, huma Escuna, cito barcas artilheiras, 16 Navios Mercantes.

O Comboy Portuguez, que sahio com Madeira da Bahia, constava de 70 vélas, de que 57 forão tomadas pela Esquadra Brasileira.

A Estrella Brasileira de 7 do corrente diz o seguinte "Parece fóra de duvida, que M. Hyde de Neuville, membro da Camara dos Deputados de França sahio de Brest no principio de Agosto na Fragata Cybelle com destino para o Brasil com escala a Lisboa. Este Diplomata vem encarregado de huma Missão extraordinaria á cerca dos Negocios do Imperio; traz comsigo o Snr. Conde de Gestas bem conhecido nesta Côrte (Rio de Janeiro) e nomeado por S. M. C. encarregado de Negocios, e Consul Geral da França no Brasil.

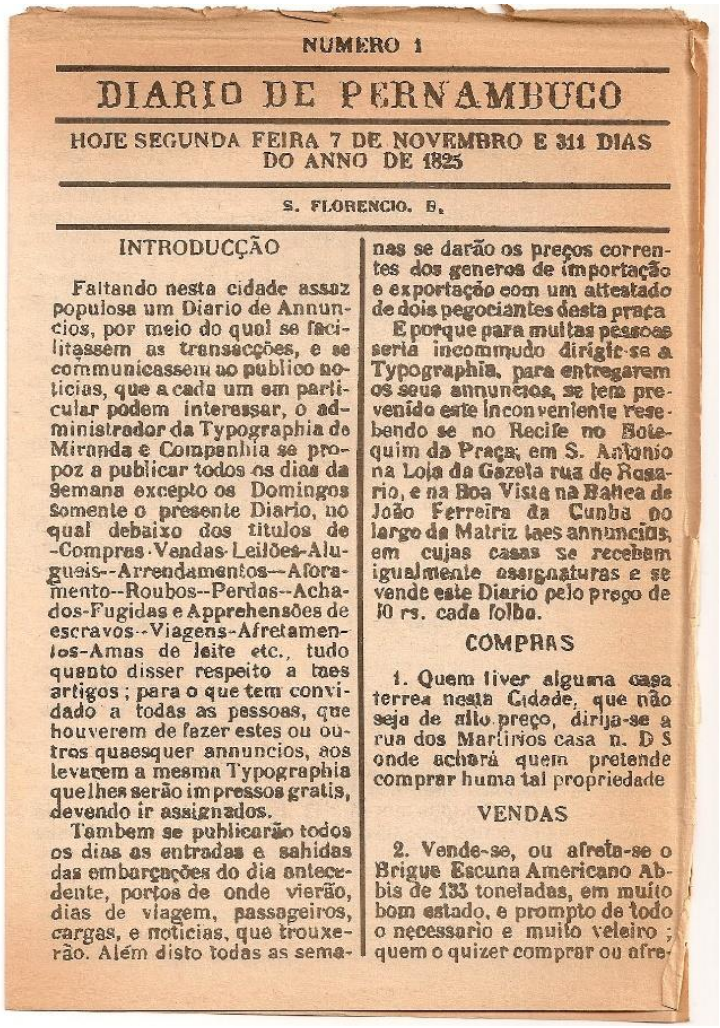
Ill.mo e Ex.mo Snr. — Por Officio do Governo Provisorio da Provincia do Maranhão, em data de 12 de Agosto do corrente anno, vindo

Disponível em: hemerotecadigital.bn.br/sites/default/files/imagem_643.JPG. Acesso em 30 de junho de 2014.

Este impresso, que circulava 3 vezes por semana (às segundas-feiras, terças-feiras e quartas-feiras), teve a curta vida de 3 meses e apenas 29 edições: foi publicado de 13 de outubro de 1823 a 9 de janeiro de 1824, sob a responsabilidade do Padre Viegas. Não teve, no entanto, pouca importância:

> Tornando a primeira experiência jornalística da época nas gerais, o jornal foi considerado o meio para que a população pudesse começar a participar da vida pública. Era oferecido espaço para denúncias, inclusive aquelas vindas com relação aos maus tratos aos empregados, além da possibilidade de disseminação de ideias (GOMES; MAIA, 2013, p. 6).

Em 7 de novembro de 1825, foi fundado o Diario de Pernambuco, o jornal que veio a tornar-se o mais antigo da América Latina, hoje já com 189 anos.



NUMERO 1

DIARIO DE PERNAMBUCO

HOJE SEGUNDA FEIRA 7 DE NOVEMBRO E 311 DIAS DO ANNO DE 1825

S. FLORENCIO. B.

INTRODUCÇÃO

Faltando nesta cidade assaz populosa um Diario de Annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se communicassem ao publico noticias, que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Typographia de Miranda e Companhia se propoz a publicar todos os dias da semana excepto os Domingos somente o presente Diario, no qual debaixo dos titulos de -Compras-Vendas-Leilões-Alugueis--Arrendamentos--Aforamento--Roubos--Perdas--Achados-Fugidas e Apprehensões de escravos--Viagens-Afretamentos-Amas de leite etc., tudo quanto disser respeito a taes artigos; para o que tem convidado a todas as pessoas, que houverem de fazer estes ou outros quaesquer annuncios, aos levarem a mesma Typographia quelhes serão impressos gratis, devendo ir assignados.

Tambem se publicarão todos os dias as entradas e sahidas das embarcações do dia antecedente, portos de onde vierão, dias de viagem, passageiros, cargas, e noticias, que trouxerão. Além disto todas as semanas se darão os preços correntes dos generos de importação e exportação com um attestado de dois pegociantes desta praça

E porque para muitas pessoas seria incommodo dirigir-se a Typographia, para entregarem os seus annuncios, se tem prevenido este inconveniente resebendo se no Recife no Botequim da Praça; em S. Antonio na Loja da Gazeta rua de Rosario, e na Boa Vista na Ballea de João Ferreira da Cunha no largo da Matriz taes annuncios, em cujas casas se recebem igualmente assignaturas e se vende este Diario pelo preço de 10 rs. cada folha.

COMPRAS

1. Quem tiver alguma casa terrea nesta Cidade, que não seja de alto preço, dirija-se a rua dos Martirios casa n. D S onde achará quem pretende comprar huma tal propriedade

VENDAS

2. Vende-se, ou afreta-se o Brigue Escuna Americano Abbis de 133 toneladas, em muito bom estado, e prompto de todo o necessario e muito veleiro; quem o quizer comprar ou afre-

Disponível em http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/wp-content/uploads/2012/11/dp-primeira-edicao.jpg. Acesso em 28 de julho de 2014.

Em 1º de outubro de 1827, circulava a primeira edição do Jornal do Commercio.


JORNAL DO COMMERCIO

DIARIO IMPARCIAL

MARMORISTA

S. ALTEZA O AMOR

Disponível em: www.jornalonline.net/up-content/uploads/2013/11/jornal_do_commercio.jpg. Acesso em 30 de junho de 2014.

Este é um outro exemplo de vida muito longa: o periódico, já com 187 anos, permanece no cenário jornalístico do Brasil.

A lista de folhas que surgiram à época é, certamente, bem maior que esta. A intenção aqui foi tão somente mencionar a questão. O que se quer ressaltar, de fato, nessa efervescência de jornais circulando à larga é que, com o surgimento desses periódicos (fossem eles grandes ou pequenos, radicais ou não, panfletários ou não), passou-se ao debate de temas fundamentais para a sociedade, como liberdade de expressão (e de opinião) e reformas sociais, desafiando a autoridade da monarquia – situações nunca, até então, permitidas, nem mesmo cogitadas.

A expressão das ideias e das opiniões mediante a imprensa dava um novo norte aos ideais, aos projetos sociais e aos desejos do brasileiro naquela conjuntura.

3.2 AS FASES DO JORNAL IMPRESSO

No século XVII, os periódicos que por aqui chegavam ou que eram publicados no Brasil tinham, ainda, semelhança com os livros, no que tange, basicamente, ao formato: havia capa, com título, data e o nome do impressor. O texto costumava iniciar-se na terceira página, ficando em branco a anterior. Mas, ainda no século XVII, já se identifica a substituição do formato de livro pelo formato de periódico próximo ao que temos hoje: sem capa, com o título do jornal num cabeçalho, na primeira página. E, ainda, a xilogravura, acompanhada de título, fazendo a ilustração.

Ocorreu, então, no século XVIII, o que Sousa (2001) considera a Primeira Revolução Gráfica: um conjunto de mudanças ocasionadas pelo surgimento dos primeiros diários, entre elas, o aumento do tamanho do papel e, consequentemente, do número de colunas, como também a redução do corpo das letras. Assim, com o papel maior, mais colunas e letras menores, o resultado foi a publicação de mais notícias, com títulos grandes, inclusive – este, um outro detalhe inovador à época.

Já no século XX, entre os anos 1920 e 1940, tivemos o que o autor supracitado considera a Segunda Revolução Gráfica, os anos do fotojornalismo. Trata-se de um momento em que perde a força aquele conceito de que a prioridade deveria ser conteúdo, em detrimento da forma, da apresentação do jornal, passando-se a uma nova forma de dispor a notícia na página: hierarquizando a informação e organizando-a junto às fotografias. Vejamos o comentário a seguir:

> De acordo com Nerone e Barnhrst (1995), entre 1920 e 1949 os jornais foram progressivamente hierarquizando e ordenando a informação, tendo as fotografias assumido gradualmente um papel de ancoragem gráfica. Assim, podemos dizer que a ordem foi-se impondo ao caos, fazendo de cada jornal uma proposta de leitura e mapeamento da realidade social (SOUSA, 2001, p. 347).

O formato gráfico utilizado na imprensa entre os anos 1920 e 1940 foi a base para o modelo que se usa até hoje. Trata-se de um momento que se pode considerar um divisor de águas entre o jornal em suas características primitivas e o jornal moderno.

Alguns aspectos dessa etapa do jornalismo impresso têm feições, naquele contexto, de fato, revolucionárias, como frisa Sousa (2001). Por exemplo: na primeira página, passou-se a chamar um número menor de assuntos; o jornal ganhou uma divisão interna, ou seja, foi dividido em seções temáticas; os títulos e as fotografias passaram a ter tamanhos – e localização – diversos, a depender da importância dos temas a que se referissem e, entre outros, os títulos passaram a ocupar o lado esquerdo.

Esses períodos a que o citado autor refere-se como primeira e segunda revoluções gráficas correspondem à fase tipográfica, que podemos resumir, com base em Freire (2009), a partir das seguintes características:

- impressão quase artesanal;
- recursos gráficos parcos, limitados a adornos;
- tipos limitados a um único grupo de letras;
- inexistência quase total de cores, principalmente como dado de valor semântico-discursivo;
- texto jornalístico permeado de elementos literários;
- predomínio do texto verbal, em detrimento do texto visual (devido à escassez de recursos gráficos);
- diagramação verticalizada, posta em colunas.

Um dado fundamental no âmbito de qualquer estudo acerca da evolução do jornal impresso é o surgimento do telégrafo, no século XIX. A partir disso, o jornalismo passou a voltar-se mais para o texto noticioso, em detrimento do literário, e não foi este o único impacto do advento do telégrafo sobre esta área de atuação, como comenta Traquina (2005):

> [...] o advento do telégrafo no século XIX ligou o jornalismo mais à atualidade, [...] permitindo operar dentro de um novo tempo: o “presente instantâneo”, como escreveu Anthony Smith. O impacto do telégrafo no jornalismo foi significativo porque [...] 1) permitiu que os jornais funcionassem em tempo real; 2) ajudou a fomentar a criação de uma rede mais vasta de pessoas [...] nomeadamente as agências de notícias [...]; e introduziu alterações fundamentais na escrita das notícias, nomeadamente a utilização de uma linguagem homogeneizada, rápida, de fatos escassos, numa palavra, telegráfica (TRAQUINA, 2005, p. 53-54).

No Brasil, o período entre 1960 e 1980 corresponde à fase litográfica, nome que faz alusão à litografia, o processo de offset.

Segundo Freire (2009), são características básicas desse momento:

- uso de menos fontes;
- surgimento da cor como uma ferramenta ilustrativa e estética, não como um recurso semântico-discursivo;
- melhoria na reprodução de imagens, o que gerou um aumento na demanda de fotografias no jornal;
- matérias mais fragmentadas, com textos menores e mais objetivos, dividindo espaço, cada vez mais, com as imagens e demais elementos gráficos.

Dos anos 1990 em diante (leia-se até hoje), a linguagem jornalística tem vivenciado a fase digital. O processo de impressão continua sendo o offset, porém com impressoras digitais, de qualidade superior às das décadas anteriores.

Recorremos ainda a Freire (2009) para um breve perfil do design dos jornais neste momento atual:

- critério de hierarquização de conteúdos cada vez mais definido e definidor;
- a cor é um elemento de valor semântico-discursivo e, por isso mesmo, utilizado com cautela;
- uso enfático de fotografias e de demais recursos infográficos.

3.3 O JORNAL A UNIÃO

O momento era de transição: transição política, transição de posturas, de ideais, de ideologias... findava a Monarquia, nascia a República.

E um quadro de mudança desse porte não haveria de ser plácido. Assim, o clima era de efervescência política, disputas e golpes, enquanto os barões perdiam espaço no novo cenário e os coronéis despontavam na nova conjuntura sociopolítica.

Na Paraíba, o Regime Republicano consolidou-se mediante a nomeação de Álvaro Machado. Tratava-se de um nome sem antecedentes políticos, tendo se

dedicado, unicamente, até então, à carreira de engenheiro militar, o que não o impediu, entretanto, de atuar politicamente de forma marcante por cerca de duas décadas, inaugurando o que Rodrigues (2013) considera 'uma das maiores oligarquias do seu Estado', além de ter dado à Paraíba uma nova Constituição (com duração até 1930), conduzido positivamente a área administrativa, tendo saldado dívidas do regime anterior, aberto estradas e construído açudes, entre outras ações que, até hoje, apontam-no como um gestor marcante.

Álvaro Machado lançou mão de dois 'instrumentos', ainda recorrendo a Rodrigues (2013): seu gestor administrativo-financeiro, Monsenhor Walfredo Leal, e a criação do Jornal A União. Este último "elemento" é o foco do nosso interesse.

O ano era 1893, época em que o jornal era o meio de maior poder em termos de alcance de informação e de formação de opinião, como constatamos nas palavras do jornalista:

> Por que jornal?
>
> Por ser, na época, o único instrumento de informação e de formação mais poderoso daquela transição de séculos. Um agente cultural concreto, palpável, "com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular", como bem define o professor e ensaísta Marco Morel. [...] Nesse clima de calçadas, de cafés, dos ajuntamentos comuns a uma época em que a comunicação era sobretudo pessoal, o jornal se impunha como o grande aglutinador [...] (RODRIGUES, 2013, p. 29-30).

O Presidente da Paraíba, Álvaro Machado, visualizou, assim, o jornal como um recurso capaz de comportar ideias, gerar discussões e repercutir pontos de vistas, preferindo, pois, o debate pelas letras ao embate pela força bruta ou mesmo bélica, naquele momento de interesses tão dialéticos que ele teria que conciliar, agregando vertentes do regime deposto às novas lideranças do partido que ora se instituía, o Republicano.

Fundou-se, então, o Jornal A União, cujo título remete a esse espírito – e intento – conciliatório que, desde o início, o Presidente Álvaro Machado difundia:

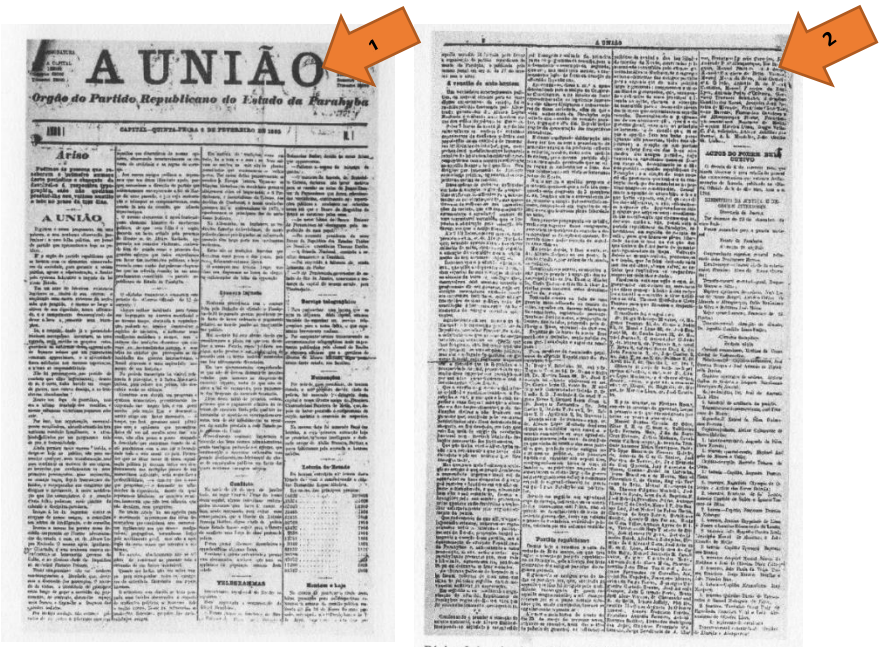
> Alvitrada a ideia da criação de um órgão de publicidade para defender os interesses da nova política, surgiu essa folha, que tomou o título significativo do congraçamento das diferentes unidades de que se formou a nova agremiação (MARTINS, 1977, p. 28).

O conterrâneo areiense do Presidente Álvaro Machado, Tito Silva, foi incumbido da tarefa de montar – e gerir – o jornal do recém-criado Partido Republicano. Foram, ainda, convocados para escrever na folha oficial (na condição de colaboradores, portanto, não remunerados) os redatores: Antônio da Gama e Mello, Moreira Lima, Ivo Magno Borges da Fonseca, José Ferreira de Novais Sênior, Diogo Sobrinho, Antonio F. Baltar, João Machado da Silva, Dias Pinto e João Leopoldo Loureiro.

Na verdade, não se tratava de meros “redatores” e “colaboradores”. Tratava-se de um grupo de homens influentes, de posicionamentos importantes no cenário político e social da Paraíba:

> Escreviam como participação alguns redatores próceres da política, como o dr. Gama e Melo[21], deputado provincial, deputado geral, vice-presidente, tendo assumido o governo três vezes. [...] Não foi de graça que Álvaro Machado o escolheu para compor o quadro do jornal oficial (RODRIGUES, 2013, p. 38).

E, assim, em 2 de fevereiro de 1893, circulou, na Paraíba, a primeira edição de A União, Órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba, com 4 páginas:



[21] O autor da citação grafou o sobrenome “Melo” com apenas um “l”.

Fonte: CORREIA NETO, Alarico; PONTES, Juca (Orgs.). **A União 120 anos**: Uma Viagem no Tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 79-82.

O editorial (logo no início da primeira página), de autoria de Gama e Mello, “esta declarada pelo velho tipógrafo Cassiano Hypolito a Francisco Coutinho de Lima e Moura” (Martins, 1977, p. 26), apontava claramente as diretrizes do jornal que estreava:

> Digamos o nosso programa em uma palavra, e sem nenhuma observação preliminar: é uma folha política, um jornal de partido que apresentamos hoje ao público.
>
> É o órgão do partido republicano, que se formou com os elementos da sociedade, para garantir a ordem pública, apoiar a administração e fundar, pelo sistema federativo, o império da lei n’este Estado. [...]
>
> Não foi precisamente um partido de combate que êles organizaram; deante de si, é certo, tinha havido um campo de guerra, mas estava deserto, e as trincheiras abandonadas!
>
> Houve um fogo de guerrilhas, mas era o último desabafo dos vencidos, e nossas colunas vitoriosas passaram adiante.
>
> Por isso, tem organização, essencialmente conciliadora, abrindo armistícios sem nenhuma condição humilhante, e atraindo aliados por um programa todo de paz e fraternidade. [...]
>
> Iremos, à luz da imprensa, visitar os arraiais de nossos amigos e crear-lhes um centro de inteligência e de conselho.
>
> Iremos, à mesma luz, prestar nossa decidida cooperação ao ilustre administrador do Estado, o exmo. sr. dr. Álvaro Lopes Machado. O mesmo apoio, igualmente ilimitado, e sem nenhuma reserva, estenderemos ao benemérito governo da União e ao glorioso chefe da República, sr. marechal Floriano Peixoto [...] (MARTINS, 1977, p. 26-27).

Jornal do Partido Republicano, A União estava nas ruas, nas casas, na sociedade paraibana, enfim, daquele momento em diante, por mais de doze décadas, com objetivos bem definidos e um papel muito claro a cumprir, pelo menos, quando de sua fundação[22]:

> Abraçara [...] as causas do Partido Republicano e pretendia, como seu representante na Paraíba, difundir, dali em diante, os valores que consubstanciassem a ordem e o progresso da recém-criada Federação Brasileira, além da voz oficial da administração, como correspondente e divulgador dos atos do poder executivo (MENESES, 2013, p. 63).

Logo após o editorial, temos uma nota intitulada “Censura injusta”, em que se faz uma clara defesa ao Presidente Álvaro Machado, que havia sido criticado ofensivamente pelo jornal Estado da Parahyba, por ter deixado de pagar algumas contas do exercício do ano anterior, 1892. Ocorreu, na verdade, que Álvaro Machado deixou de quitar alguns compromissos com seus credores porque fez uso dos recursos públicos para cumprir com o pagamento dos salários dos servidores, estes sem remuneração havia onze meses, ‘sequela’ do regime anterior ao republicano.

Mais elogios à gestão republicana encontramos em “Conflicto”, em que o relato de uma ocorrência policial, resultando na prisão de alguns desordeiros embriagados, culmina no destaque ao “ilustre dr. Antonio Ferreira Balthar, digno chefe de polícia deste Estado”. Era uma forma de o jornal ‘vender’ a imagem de que, no novo governo, não havia espaço para os desmandos. Na Paraíba, passou-se a viver sob a ordem, a lei e a justiça.

Em seguida, temos a transcrição de nove telegramas com notícias do Jornal do Recife e, na sequência, uma nota, “Serviço telegráfico”, acerca dos esforços no sentido de se organizar, em breve, um serviço telegráfico para a folha A União.

Na nota “Nomeações”, o registro da nomeação do delegado desta capital, o “ilustre amigo dr. Francisco Chateaubriand Bandeira de Mello” e do fiscal de loterias, o “inteligente e dedicado amigo dr. Abilio Ferreira Balthar”. A primeira extração lotérica

[22] Entendemos que estes papéis a cumprir, arrolados no editorial da primeira edição, são específicos e coerentes com aquele momento da criação do jornal, criado pelo Partido Republicano, o qual, naquele contexto (não permanecendo assim para sempre, no entanto) era o partido do Governo Estado e do Governo Federal.

do Estado foi, por sinal, publicada no espaço logo abaixo destas fervorosas e adjetivadas boas vindas.

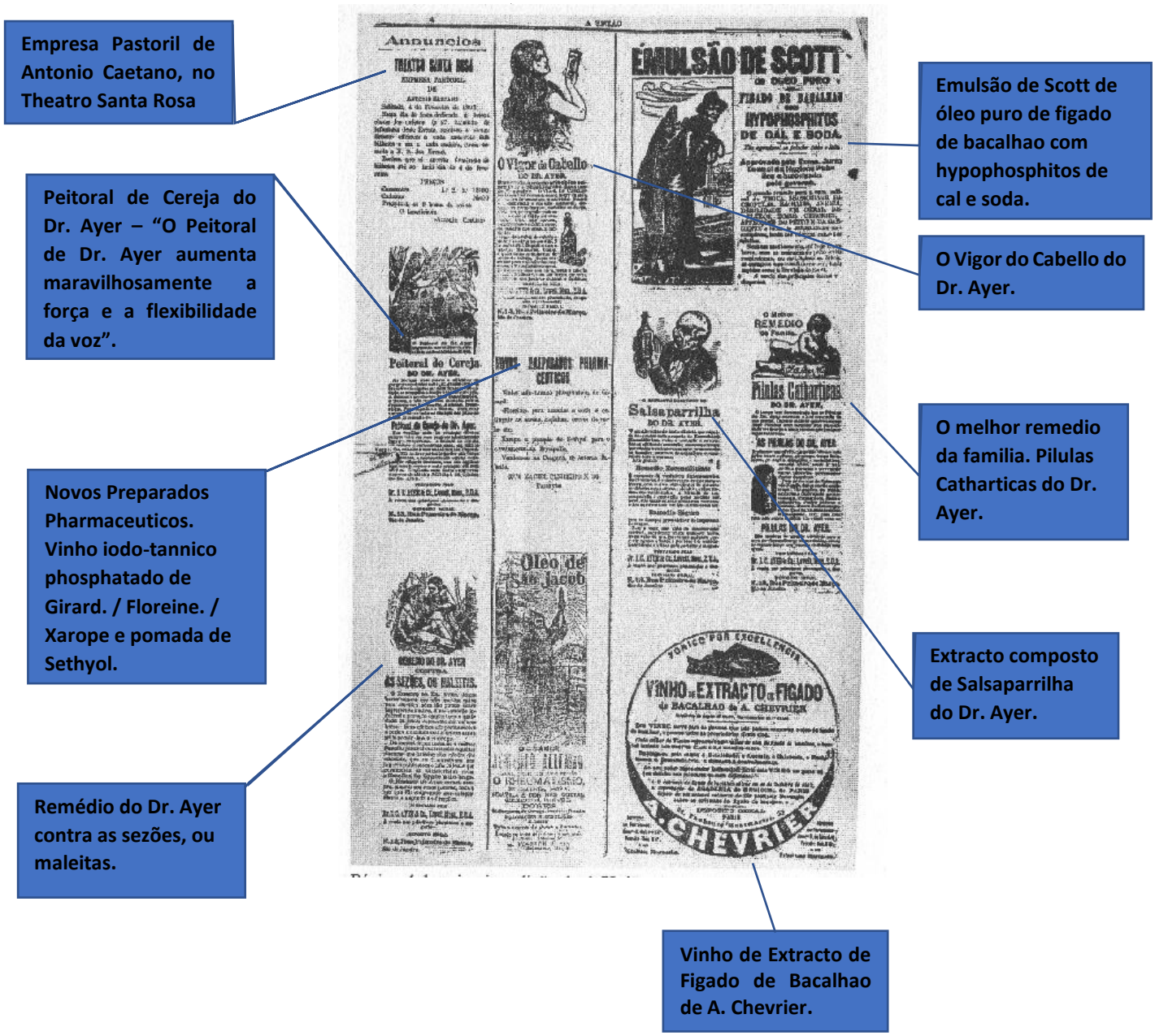
“Hontem e hoje” é o título de um texto que introduz a ata de uma reunião política (realizada no ano anterior), que ocupa três colunas da segunda página. Ainda nesta página, temos a transcrição de Actos do Poder Executivo, em que se veem nomeações para a guarda nacional, estas ocupando também três colunas, da segunda à terceira página.

Na sequência, a notícia sobre a Festa de São Sebastião, que ocorrera dez dias antes de tal publicação. Destacou-se, na mesma linha elogiosa, o “ilustre sr. coronel Claudio do Amaral Savagel, digno comandante do 27 batalhão”.

A notícia “Uma flôr eterna” discorre, basicamente, acerca de uma planta descoberta por um viajante chamado Dr. Deck e que fora incorporada ao Museu de História Natural da Alemanha, a “Flôr da Ressurreição”.

Um edital, publicado por ordem do juiz da Comarca da Capital do Estado da Parahyba do Norte, o Doutor Francisco José Rabello, convoca todos que julgarem ter direito ao espólio de Francisco da Rocha Athayde, tendo falecido sem deixar ascendentes nem descendentes. A presença dos supostos herdeiros é esperada num prazo de trinta dias. Em caso de não haver herdeiros legalmente reconhecidos, o patrimônio será incorporado ao Estado. Esta convocação encerra a terceira página.

A quarta (e última) página foi reservada exclusivamente aos anúncios publicitários:



Em 1901, segundo Martins (1977), a legenda *Órgão do Partido Republicano do Estado da Parahyba* sofreu alteração para *Orgam do Partido Republicano Federal do Estado da Parahyba*, acrescentando-se, ainda, abaixo dela, o dístico *Publicação diária*, este, por sua vez, modificado para *Publicação diária da manhã*, em 1903.

Em 1910, A União passou a ser órgão oficial, e não mais órgão do Partido Republicano.

Em 12 de fevereiro de 1913, foi nomeado o primeiro diretor de A União e da Imprensa Oficial: o poeta Carlos Dias Fernandes, em cuja gestão introduziram-se, na primeira página do jornal, as manchetes que ocupavam todas as colunas, além da

seção “Última Hora”, em que se registravam telegramas noticiosos da Europa e do Rio de Janeiro.

Este momento da gestão de Carlos Dias Fernandes foi muito próspero para A União, tanto no sentido de inovações editoriais (como o supracitado exemplo das manchetes de primeira página) quanto no sentido da evolução técnica, como é o caso da contratação de um serviço de informações, em Pernambuco, por meio do telégrafo submarino, ato autorizado pelo Presidente Castro Pinto e que trouxe um melhor aparelhamento ao jornal. Vale mencionar que, nessa época, também foi marcante o aumento dos despachos internacionais e nacionais, do noticiário do interior e da cobertura jornalística do factual.

O Linotipo foi inaugurado no Jornal A União em 1º de janeiro de 1914, e a edição do dia informava: “Inauguramos hoje o nosso Linotipo, máquina de composição. A primeira neste Estado. Uma só máquina equivale a dez operários” (MARTINS, 1977, p. 33).

Até 15 de novembro de 1923, A União circulou como *Diario Official do Estado* (o que vinha ocorrendo desde 1910). No entanto, devido à nova Lei de Imprensa, voltou a circular, a partir de 17 de novembro de 1923, como ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO DA PARAHYBA DO NORTE (permanecendo esta legenda, por sinal, até a edição 252, de 15 de novembro de 1928).

A nova Lei de Imprensa, Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923, entre outras abordagens:

> [...] fixava as penas aplicáveis aos crimes de injúria, difamação e calúnia que viessem a ser cometidos pela imprensa. Punia também as expressões dos meios de comunicação consideradas anárquicas, a publicação de segredos do Estado, os atentados à honra alheia e de ofensas à moral e aos bons costumes. Nesta lei, foi instituído também o direito de resposta (NUNES, 1996, p. 2).

Alguns aspectos específicos do Decreto nº 4.743, como os que veremos nos artigos transcritos a seguir, poderiam representar problemas consideráveis, em se tratando de uma folha do Governo, motivo pelo qual A União retornou à condição de órgão do Partido Republicano, e não mais Diário Oficial. Os artigos seguintes levam-nos a esta conclusão:

> [...] Art. 2º A publicação de segredos do Estado é punida com a pena de prisão cellular por um a quatro annos, tambem applicavel no caso de noticias ou informações relativas á sua força, preparação e defesa militar, si taes noticias ou informações puderem de algum modo influir sobre a sua segurança externa ou despertar rivalidades ou desconfianças, perturbadoras das boas relações internacionais.[...]
> Art. 10. Pelos abusos de liberdade de imprensa são responsaveis successivamente:
> 1º, o autor, sendo pessoa idonea, em condições de responder pecuniariamente pelas multas e despezas judiciaes, e residente no paiz, salvo tratando-se de reproducção feita sem o seu consentimento, caso em que responderá quem a tiver feito;
> 2º, o editor, si se verificarem a seu respeito as mesmas condições exigidas em relação ao autor, e este não fôr conhecido, ou não as reunir:
> 3º. o dono da officina ou estabelecimento, onde se tiver feito a publicação; e, na sua falta ou ausencia do paiz, quem o estiver representando, desde que se não verifique o disposto em os numeros anteriores;
> 4º, os vendedores ou distribuidores, quando não constar quaes sejam ou autores ou editores, nem a officina onde tiver sido feita a impressão. [...]
> Art. 15. Sempre que um dos responsaveis enumerados no art. 10 gosar immunidades ou de fôro especial, a parte offendida poderá promover acção contra o responsavel ou responsaveis que se lhe seguirem na ordem da responsabilidade successiva determinada no referido artigo.
> Art. 16. Os gerentes de um jornal ou de qualquer publicação periodica são obrigados a inserir, dentro de tres dias, contados do recebimento a resposta de toda a pessoa natural ou juridica que fôr attingida em publicação do mesmo jornal ou periodico por offensas directas ou referencias de facto inveridico ou erroneo, que possa affectar a sua reputação e boa fama. [...]

Em outras palavras, uma vez pertencendo A União ao Governo do Estado, fatos que levassem o jornal a enquadrar-se no Artigo 10, por exemplo, poderiam gerar constrangimentos e ouras situações, no mínimo, descabidas para um órgão oficial. Imaginemos o Governo do Estado envolvido em questões de abusos de liberdade de imprensa, tendo que responder juridicamente por isso! Ou mesmo a folha oficial sendo processada por uma parte ofendida, exigindo de um órgão do Governo o direito de resposta. Sendo assim, melhor seria que A União se desvinculasse da condição de órgão oficial.

Na edição de número 253, em novembro de 1928, a legenda mudou, entretanto, para Orgam Official do Estado.

O ano de 1929 marcou uma fase de modernização de equipamentos, como também o momento em que A União passou para o formato reduzido, tamanho

tabloide[23], passando a ser oito o número de páginas. E, a partir do número 273, de 29 de novembro de 1929, passou a usar, na última página, o dístico “Composto em Linotipos – impresso em máquina Rotoplana Duplex”.

Em 1930, surgiu o Diario Official, inicialmente chamado de Parte Official, ocupando metade de uma das páginas internas. Somente em 1942 é que o Diário Oficial passou a ser um caderno separado.

Em 1932, com a Reforma Ortográfica, Orgam passou a ser Órgão, passando, ainda, a usar “Patrimônio do Estado”, logo após o logotipo.

É fato que A União conheceu momentos áureos e outros nem tanto. Fases de modernas instalações, como podemos constatar em apenas um de tantos exemplos no que tange a este particular:

> Em agosto de 1941, Ascendino Leite assumiu a direção de A União. Logo de início [...], instalou uma estação rádio-telegráfica receptora, a fim de completar sua aparelhagem técnica. Com esse melhoramento, assinalou, a folha, o começo de uma nova fase, compatível com os novos processos de imprensa e evolução gráfica (MARTINS, 1977, p. 48).

Fases de precariedade, evidente no depoimento de Antônio Barreto Neto (apud Martins, 1977, p. 61-62), à época – década de 1970 – diretor de A União:

> Outros diretores, acredito, atravessaram períodos difíceis, sobretudo os momentos de tormenta política de que o velho jornal foi testemunha e, não raro, personagem. Mas nenhum, tenho certeza, pegou o cargo nas condições em que me foi entregue: maquinária caindo aos pedaços, a redação numa casa apertada da rua João da Mata, as oficinas (composição, impressão, revisão, tudo misturado) num antigo depósito de papel da rua Índio Piragibe, distante quase dois quilômetros, operários insatisfeitos – com o que ganhavam, com as péssimas condições de trabalho, com a certeza de que iam *sobrar* quando o jornal se transformasse em sociedade de economia mista e passasse para o sistema de off-set. Esta situação, inclusive, já era o início do processo de mudança.
> Nestas condições, mesmo assim, durante mais de um ano e meio, mantive a *velhinha* [...] sempre ativa e *por dentro* dos acontecimentos. Mesmo quando as limitações financeiras e as restrições burocráticas desencorajavam ou não possibilitavam iniciativas. [...] (MARTINS, 1977, p. 61-62)

---

[23] Neste formato, a página possui uma mancha gráfica (área onde, efetivamente, são impressos os textos e as imagens) de 26,5 x 29,7 cm (existem variações). Disponível em: http://tudibao.com.br/2010/07/jornais-papeis-formatos.html - acesso em 28 de maio de 2014.

Esses exemplos apenas apontam para o fato de que, ao longo de 12 décadas e à mercê de decisões – e interesses – de governos os mais diversos e das linhas mais diversas, é natural que tenha havido altos e baixos, os momentos de bonança e os de crise; épocas de fartos investimentos e épocas de parcas atenções para com o jornal oficial.

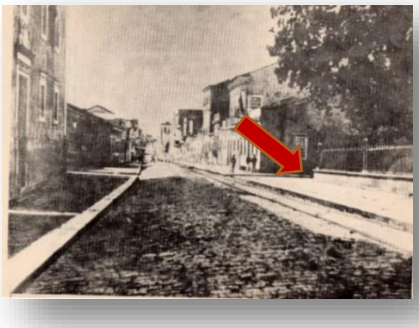
No contexto atual, por exemplo, registra-se, segundo o site oficial do Governo do Estado, *www.paraiba.pb.gov.br*, em matéria publicada em 13 de fevereiro de 2014, uma reforma estrutural e entrega de novos equipamentos ao parque gráfico de A União – um investimento de R$ 2 milhões na compra de maquinário moderno e mais R$ 300 mil na reforma e adequação do parque gráfico.

Ao longo dessa trajetória, muito investimento – entrecortado, porém, por muito descaso. É o que ocorre, por exemplo – por que não registrar isso? – com o acervo de A União, que já sofreu tantas 'intempéries' (ao usarmos o termo 'intempéries', leia-se descaso e falta de cuidado, de compreensão e de respeito à importância em termos de registro e de memória que um acervo desse representa). A prova disso é que, hoje, já não encontramos mais (ou encontramos com uma dificuldade hercúlea) edições mais antigas, da década de 1910, por exemplo. Do século XIX, então, nem pensar. Coleções inteiras de edições perderam-se no tempo e no espaço – e isso é memória que se desperdiça e se esvai. O que, por sorte, temos hoje, no entanto, é uma equipe – à qual devidamente agradecemos no início deste trabalho – coesa e coerente, consciente da importância do material que se encontra em suas mãos. Aqueles funcionários cuidam do acervo, têm cuidado com ele, olham por ele, temem por ele. Ficou nítido que há, neste momento, o devido cuidado. Mas é irredutível o dano do que se perdeu.

Quanto às várias mudanças dos endereços de sua sede, pretendemos resumir a seguir.

Segundo Martins (1977), a primeira sede do jornal ficava na Rua da Cadeia (atual Rua Visconde de Pelotas), no número 49, ao lado do antigo Hospital de Pronto Socorro. Não há, no entanto, registro de tal endereço na primeira edição de A União. Tampouco conseguimos ter acesso a qualquer registro fotográfico que nos comprovasse tal informação.

Ainda segundo Martins (1977), em 1908, a sede de A União foi transferida para um novo endereço: Rua Direita (atual Rua Duque de Caxias), número 2, conforme podemos verificar na imagem abaixo:

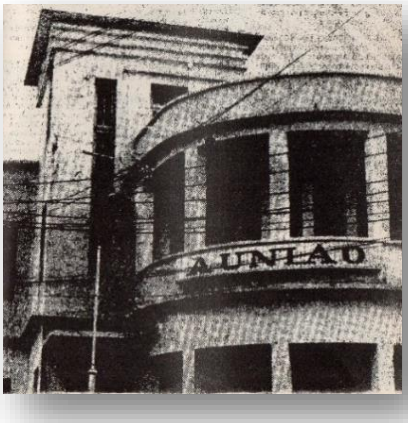


Rua Direita (atual Rua Duque de Caxias), nº 2
Prédio da Imprensa Oficial (indicado pela seta) - 2ª sede do Jornal A União, a partir de 1908
Fonte: MARTINS, Eduardo. A União – Jornal e História da Paraíba:
sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1977.

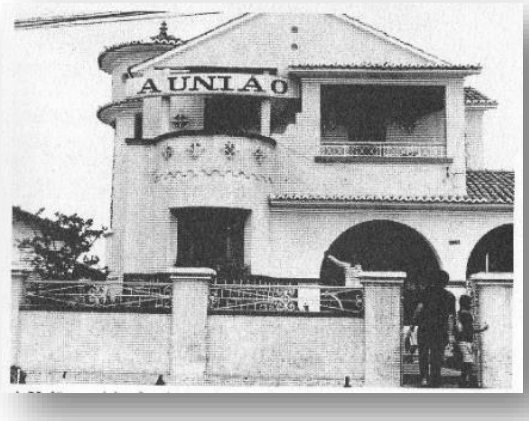
Convém mencionar que o que chamamos de "2ª" e "3ª" sedes são instalações de A União em um mesmo endereço. O "Prédio da Praça João Pessoa", este que vemos na imagem, em cuja cúpula ergue-se uma águia, foi construído no mesmo local em que funcionou a "2ª sede", a da Rua Direita, nº 2. Trata-se do mesmo endereço. Podemos, então, afirmar que a 2ª e a 3ª sedes foram a mesma e tiveram funcionamento por mais de 6 décadas, de 1908 até 1972, ano em que o prédio da águia fora demolido, para, ali, ser construída a Assembleia Legislativa.

Prédio da Praça João Pessoa - 3ª sede do Jornal A União, tendo funcionado até 1972.
Fonte: CORREIA NETO, Alarico; PONTES, Juca (Orgs.).
A União 120 anos: uma viagem no tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

Com a demolição do Prédio da Praça João Pessoa, a sede de A União teve alguns endereços temporários, entre eles, o da esquina da Rua Duque de Caxias com a Rua Pe. Malagrida, nº 620, e o da Rua João da Mata, nº 400, cujas imagens estão aqui resgatadas:



Esquina da Rua Duque de Caxias com a Rua Pe. Malagrida, nº 620.
Fonte: MARTINS, Eduardo. A União – Jornal e História da Paraíba:
sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1977.



Sede situada na Avenida João da Mata, nº 400.
Fonte: CORREIA NETO, Alarico; PONTES, Juca (Orgs.).
A União 120 anos: uma viagem no tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

Num contexto de tantas mudanças de endereços, houve situações em que o escritório do jornal funcionava em um lugar, a redação funcionava em outro, e as oficinas operavam em um terceiro ambiente, o que, concretamente, não lograva o êxito esperado em termos de operacionalização, afinal, tratava-se de uma logística

contraproducente. Atualmente, enfim, toda A União (incluindo o parque gráfico) está instalada no Distrito Industrial, tendo a inauguração dessa sede ocorrido em 13 de março de 1973, o que consistiu numa solução acertada e coerente, inclusive, com um local destinado para o próprio acervo. Essa sede do Distrito Industrial é um local construído para o jornal, pensado para ele, de onde – parece-nos – não haverá mais de sair enquanto existir.

Atual sede, no Distrito Industrial.
Fonte: CORREIA NETO, Alarico; PONTES, Juca (Orgs.).
A União 120 anos: uma viagem no tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

Este capítulo sobre A União está aqui sendo finalizado, mas a História de A União continua. Permanece o jornal circulando, à venda nas bancas. Talvez não repercuta hoje na sociedade como outrora o fez. Talvez não se imponha como formador de opinião, mas o fator *perenidade* – e muito do que a perenidade carrega em seu significado quando se trata de um jornal que atravessou séculos, tal como *memória* – parece-nos mais relevante. São 121 anos de história, motivo pelo qual nos pareceu promissor buscar neste jornal o nosso *corpus*.

CAPÍTULO IV
ANÁLISE

4.1 ESCLARECIMENTOS ACERCA DAS CATGORIAS DE ANÁLISE

À guisa de esclarecimento no que concerne à sistematização da análise a se iniciar, ela se dará em duas categorias, conforme as elucidações que seguem:

Parte I – Aspectos gráfico-composicionais

Parte inicial do estudo de cada manchete, em que os elementos *tipos*, *cores* e *imagens* serão analisados no sentido de se verificar se, ao longo das décadas em questão, houve mudanças no tratamento dado a esses itens no âmbito do gênero *manchete jornalística* (esta, por sua vez, inserida no gênero *capa de jornal*) ou se tem ocorrido permanências, caracterizando tradição discursiva.

Parte II – Estilo

Todas as manchetes serão analisadas quanto ao estilo, mas não o literário, retórico, e sim o *estilo na perspectiva discursiva*.

Inicialmente, analisar-se-á, em cada manchete, o manejo de personas, teoria de Coupland (2001), segundo a qual existe um conjunto de ações articuladas por dado ator social, com o intuito (às vezes, claríssimo; às vezes, disfarçado) de se atingirem certos objetivos no ambiente discursivo. No caso jornalístico, especificamente no que tange às manchetes, determinados elementos são exaltados, ou subestimados, ou até mesmo eliminados, a depender dos interesses editoriais envolvidos. As *personas* são manejadas mediante certas ações (que veremos ao longo da análise), de modo que se chegue a um resultado pensado, articulado para a satisfação de algum benefício particular, de alguma necessidade.

Outros elementos de efeito estilístico, nessa perspectiva discursiva, que analisaremos são: o uso da anáfora ou da catáfora na construção da manchete, observando o efeito estilístico que esse recurso provoca no ambiente discursivo da manchete, considerando-se, inclusive (ou principalmente), se há intuito manipulador no emprego desses elementos de coesão. E, ainda, uma vez tendo já realizado um levantamento histórico-social acerca da morte, perpassando pelo tabu que se construiu em torno dessa problemática, em que medida o próprio tabu referente à morte é útil e/ou conveniente às manobras editoriais do jornal em questão e que repercussão social pode advir desse manejo com a finitude da vida mediante o jornal impresso.

Passemos, finalmente, à análise.

4.2 ANÁLISE

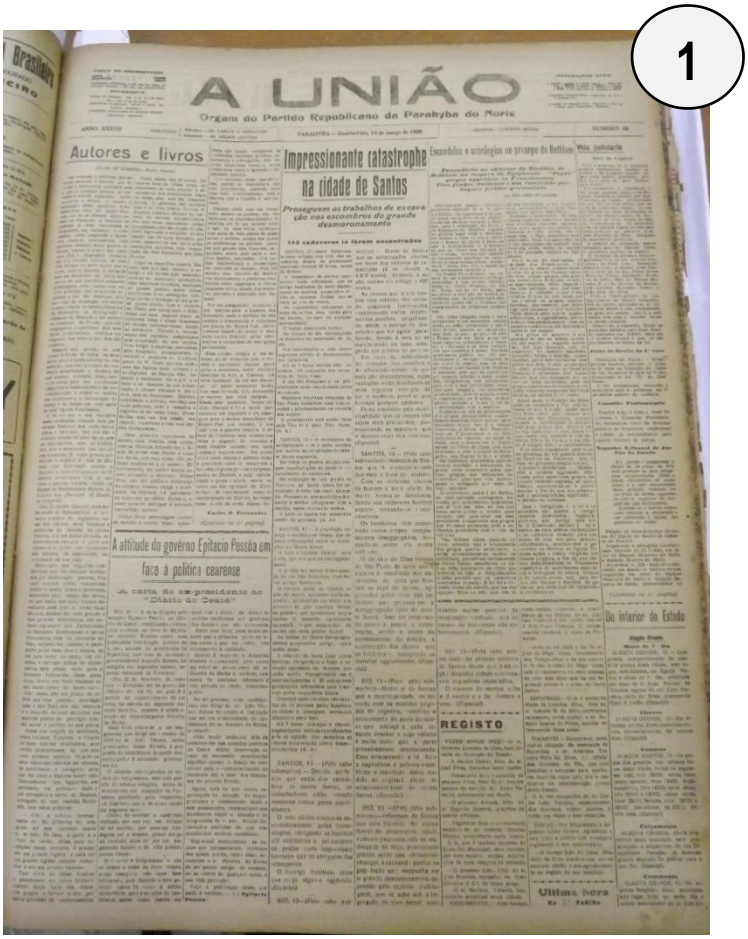


IMAGEM I

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 14 DE MARÇO DE 1928

FONTE: Acervo da Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo

IMAGEM II

DETALHE DA CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 14 DE MARÇO DE 1928 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Esta manchete, de 14 de março de 1928, construída com base nominal, ou seja, com ausência de verbos, está centralizada numa página de oito colunas e compactada sobre duas delas.

Não se explora, na manchete em análise, uma linguagem cromática que lhe agregue algum valor diferenciado – não há qualquer diferenciação de cores em nenhum título da página inteira, por sinal.

Apenas a variação dos tipos – no tocante ao peso (negrito) e à largura (expandida, em comparação às demais manchetes da página) – aponta para a importância da informação veiculada, o que torna este o título da matéria mais importante da capa desta edição. Ainda quanto à variação, a inclinação dos tipos está normal, ou seja, eles não se encontram inclinados, como ocorre no itálico, por exemplo.

Retomando Fernandes (2006) no que tange à expressividade e aos significados denotados pelos tipos, ressaltamos que, neste caso, temos letras grotescas (ou seja, sem serifas), expressando força, com uma largura maior (como já se mencionou), o que as torna grossas, elemento que também aponta para um sentido de força, poder e energia.

Ainda quanto ao aspecto gráfico-composicional, esta manchete não se compõe com nenhuma imagem, verificando-se, inclusive, a ausência delas em toda a capa.

ESTILO

Um desmoronamento ocorrido na cidade de Santos foi o fato escolhido para ocupar o lugar de destaque na capa do dia 14 de março de 1928.

Não há, porém, uma personagem específica que dê um rosto a esse fato, que o personifique. Trata-se, até o fechamento da matéria em questão, de 142 vítimas, algo de uma proporção larga e impessoal.

O tratamento editorial que se nos desenha diante de tal constatação é dar à manchete uma dimensão de grandiosidade, mediante uma adjetivação contundente, “Impressionante”, determinando um substantivo não menos incisivo, “catastrophe”.

Aqui, o próprio jornal é o ator social que estiliza seu discurso para comover o leitor, manipulando os sentimentos de quem lê a manchete a partir de uma linguagem que talvez beire o sensacionalismo, quando, em princípio, a notícia deveria ser veiculada em termos mais imparciais, menos emotivos.

Já vimos, num capítulo anterior desta pesquisa, que o apelo emocional é um ingrediente eficiente para se alcançar a meta principal num jornal: *vender*.

Ao estilizar o discurso para a criação desta manchete, o setor editorial cuidou de ressaltar e engrandecer o fato – impressionante, chamativo, apelativo –, ao invés de ressaltar as pessoas envolvidas no fato, já que eram anônimas.

Na teoria do manejo de *personas*, de Coupland (op. cit.), constroem-se *personas*, para que se cumpram objetivos estratégicos. No entanto, acreditamos ter havido aqui um outro processo: um manejo, sim, mas para *ocultar* as *personas*, ressaltando-se o fato em que elas se inserem, pois o fato era *maior* que as pessoas em questão – consequentemente, ele faria, certamente, o jornal vender mais edições.

Outra estilização sofreu a manchete no que refere à temática. Vejamos. Ao mesmo tempo em que a morte conduz a uma maior venda de jornais, encontramos o já comentado paradoxo: consumimos a morte como notícia, mas preferimo-la longe dos nossos olhos, do nosso cotidiano, do nosso convívio.

Percebemos que não há menção a qualquer morte no título principal: “Impressionante catastrophe na cidade de Santos”. Sim, pois uma catástrofe (que, segundo qualquer dicionário, tem o significado [entre outros] de “grande calamidade” e “desgraça”) não aponta, necessariamente, para a morte. Não necessariamente.

O subtítulo vem, em seguida, complementando a informação anterior, mas também não revela explicitamente a existência de *mortos*. Só no segundo subtítulo,

informa-se, textualmente, acerca da morte, mas, mesmo assim, mediante o termo “cadáveres”, e não mortos, termo que estaria mais diretamente relacionado ao tema em questão, o tema-tabu, o tema que uns exploram, e outros ocultam.

É perceptível que, mesmo numa manobra editorial (com o intuito de explorar o que há de sensível e sentimental no leitor), o texto da manchete se compõe de modo a minimizar o impacto do vocábulo *morte* em si, quiçá por observância consciente ao tabu, quiçá numa atitude culturalmente inconsciente.

A informação da morte ocorre por último, no segundo subtítulo, em letras bem menores, com consequente menor visibilidade, como se comportasse também menor importância.

A imprensa ecoa os tabus que foram sendo construídos em torno do evento da morte, do mesmo modo que a sociedade o fez (e continua a fazer), quando não expõe a morte na manchete (ou a expõe o mínimo possível), mas, contraditoriamente, a recusa de admitir e enfrentar a finitude da vida e a atitude de manter-se alheio aos temas necrológicos são espécies de combustíveis para uma linha editorial que tem intenções claras de aproveitar-se disso para repercutir mais na sociedade.

A terceira estilização está na escolha da catáfora para a construção da manchete.

Este título em análise foi construído a partir da concretude dos fatos, e essa concretude leva-nos a observar que se trata de uma ocorrência factual, situação que surpreendeu a todos não apenas pela violência, como também pelo ineditismo. Em outras palavras, estamos diante de um evento sem precedentes, cujo conteúdo não era de conhecimento coletivo – motivo pelo qual a notícia foi tratada a partir do relato em si da informação, e não por inferências, anáforas ou quaisquer outras referências a um conhecimento prévio sobre aquele fato. Afinal, aquilo fora uma catástrofe, uma fatalidade.

Temos, dessa forma, uma manchete catafórica, que remete, diretamente, ao que será lido ao longo do texto – uma manchete construída num nível tal de concisão que somente o subtítulo, posto que este consiste num elemento de sequencialização daquela, é que aponta para uma compreensão mais precisa do que havia sido a “catastrophe”: um desmoronamento. E somente a partir de um segundo subtítulo, com

letras bem menores, o leitor é informado de que a “impressionante catastrophe” fez vítimas fatais – e são 142 cadáveres encontrados até então.

2

A União

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO

Os candidatos liberaes ao govêrno da Republica vão encontrar-se no Rio de Janeiro

Viajou hontem para o Rio o presidente João Pessôa

A transmissão do govêrno ao dr. Alvaro de Carvalho

O presidente Antonio Carlos regressou a Bello Horzonte

O alistamento eleitoral em Guarabira

A Alliança Liberal e o povo cearense

Deputado João Suassuna

Os acontecimentos de hontem da Camara Federal

O deputado gaúcho Simões Lopes alvejou o sr. Souza Filho, que teve morte immediata

JOÃO PESSOA

A fim de encontrar-se, no Rio de Janeiro, com o presidente Getulio Vargas, seu illustre companheiro de chapa liberal, embarcou hontem, com destino á metropole do paiz, o sr. dr. João Pessôa, chefe do govêrno no nosso Estado.

S. exc. deliberou seguir no paquete "Flandria", que apportará em Recife, tendo viajado pela madrugada, em automovel, para a vizinha metropole do sul.

Em companhia do chefe do executivo viajaram os srs. dr. Silvino Olavo, official de gabinete, e tenente-coronel Elysio Sobreira, ajudante de ordens do govêrno.

O embarque do presidente João Pessôa occorreu ás 11 horas, no cáes do porto do Recife, tendo sido prestigiado com o comparecimento de numerosas figuras de destaque na politica pernambucana.

No Rio de Janeiro a demora do illustre candidato a vice-presidencia da Republica será de poucos dias.

A's 22 horas de ante-hontem, realizou-se, em Palacio, a solennidade da transmissão do govêrno ao sr. dr. Alvaro Pereira de Carvalho, 1 vice-presidente do Estado, tendo comparecido ao acto os auxiliares da administração e pessoas representativas.

Alem do telegramma que lhe transmittiram os proceres da Alliança, no Rio, a viagem do sr. presidente João Pessôa ficou resolvida após o recebimento do subsequente despacho do presidente Getulio Vargas:

PORTO ALEGRE, 24 — Communico ao illustre amigo que pretendo chegar ao Rio para a leitura da plataforma no sabbado, 28 do corrente. Demorar-me-ei tres dias, regressando ao Estado. Saudações — GETULIO VARGAS.

IMAGEM III

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 27 DE DEZEMBRO DE 1929

FONTE: Acervo da Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo

Os acontecimentos de hontem da Camara Federal

O deputado gaúcho Simões Lopes alvejou o sr. Souza Filho, que teve morte immediata

IMAGEM IV

DETALHE DA CAPA DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 1929

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A manchete em questão, “Os acontecimentos de hontem da Camara Federal”, ocupa um lugar centralizado na capa, embora mais direcionado para a direita.

É o título construído com os tipos de maior dimensão em comparação aos outros da página, variando quanto ao peso (pois estão em negrito) e à largura (mais expandidos, em comparação aos outros das demais manchetes presentes na capa), o que aponta para a confirmação da escolha desta notícia como sendo a mais importante da edição de 27 de dezembro de 1929. Encontra-se normal a inclinação, ou seja, os tipos não estão em itálico.

No tocante à expressividade e aos significados denotados pelos tipos, eles são grotescos (sem serifas), expressando força, com uma largura maior (aspecto já mencionado), o que os torna grossos, dado que também denota um sentido de força, poder e energia.

Repete-se a ausência de uso de cores diferenciadas, uma consequência da ausência de recursos tecnológicos naquela época.

Outro elemento a se considerar: mais uma vez, a manchete não está associada a nenhuma imagem. Há, sim, uma fotografia na página, mas esta não ilustra a matéria principal – o que é curioso. A matéria principal, a que tem os tipos maiores, que se encontra num lugar estratégico, central (neste caso), mais vistoso da página, esta não tem uma imagem a ela associada. Mas uma matéria secundária tem. Vários motivos poder ter levado a isso, inclusive, a pura e simples falta de condições estruturais do jornal, por exemplo, para colher o material, ou seja, captar a fotografia relativa ao fato principal da capa.

ESTILO

Esta é uma manchete para cuja construção o discurso estilizou-se no sentido de minimizar-se o ocorrido. Afinal, trata-se de um assassinato! No entanto, se o leitor

limitar-se à leitura da manchete (o que seria muito natural, pois, como já discutimos nesta pesquisa, o título, se eficiente, deve convidar o leitor à leitura e, se ineficiente ou não convidativo, pode desmotivar o leitor a tal ação), poderá não chegar a ler a notícia, dada a forma mínima com que um assassinato é tratado! Parece-nos que pode ser este mesmo o objetivo: fazer o leitor desinteressar-se da leitura da notícia. Acreditamos que isto explicaria reduzir a morte de alguém – provocada por um deputado em plena Câmara Federal! – à simples e – aparentemente – pacífica manchete “Os acontecimentos de hontem na Camara Federal”.

A informação contida no subtítulo não torna o discurso menos maniqueísta, mesmo revelando melhor os dados do fato. Percebamos que Simões Lopes alvejou e assassinou Souza Filho, mas, mesmo sendo o assassino, continua envergando o título de deputado, não tendo sido despido de tal condição político-social (privilegiada, poderosa). A vítima não passa de “sr.” Souza Filho. O assassino continua em primeiro lugar na ordem dos fatos, continua poderoso: afinal, trata-se do deputado gaúcho Simões Lopes! E a vítima? Quem é a vítima? O “sr.” Souza Filho. Em segundo lugar. Sem título.

A editoria do jornal – o ator social protagonista em cada escolha, em cada posicionamento na articulação dessa notícia – maneja as *personas*, antes de tudo, na manchete, de modo que elas nem apareçam, parecendo que se trata de um caso menor, um fato sem importância. Conveniente seria que a notícia passasse despercebida, talvez. Uma vez lida a manchete, porém, o supracitado ator social maneja as *personas* no subtítulo, de modo a não macular a imagem do deputado gaúcho Simões Lopes, e a maior contribuição para esse olhar estilizado em direção ao assassino é o apagamento da figura da vítima, que era um deputado também (!), e tal fator nem se faz perceber! Cada *persona* estrategicamente movida no tabuleiro desse ‘xadrez jornalístico’.

E, embora o texto em si da notícia não seja aqui nosso foco, não é de se desprezar o fato de, ao longo da narrativa, o assassino continuar a ter ressaltados seus predicativos de homem pacífico e figura impoluta no cenário político-social do Brasil, apesar de ter-se feito o registro da perda da vida do deputado Souza Filho, num contexto de contundente violência: “Esses abusos tiveram hontem o seu epilogo, com uma página de sangue a manchar o recinto da Camara. E ao mesmo tempo que

desapparece, sacrificado na voragem desses desmandos, um luminoso espirito, calando-se de vez o verbo flammejante do deputado pernambucano Souza Filho, o paiz assiste o desencadear das violencias, desatinando os proprios temperamentos mais cordatos e serenos do parlamento brasileiro, como o deputado Simões Lopes, figura respeitavel do regimen, ex-ministro da Agricultura no governo Epitacio Pessoa e uma indole moderada e calma mesmo nas attitudes de maior bravura civica".

A vítima era um luminoso espírito que teve seu verbo flamejante calado de vez, enquanto o assassino teve desatinado seu cordato e sereno temperamento (dos mais cordatos e serenos do parlamento brasileiro). O assassino, ex-ministro da Agricultura do governo Epitácio Pessoa (elemento que lhe agrega mais valor) ainda teve, em seu favor, o registro de que sua figura era respeitável, e sua índole, moderada e calma.

Em outras palavras, as *personas assassino* e *vítima* foram manejadas de tal forma que os valores inverteram-se completamente. Estilizou-se o discurso de modo que a imagem do assassino fosse lapidada a ponto de haver uma suavização quase total do mal na sua ação, ressaltando-se suas qualidades e mal se tocando na figura da vítima.

Não quisemos ignorar tais detalhes do corpo da notícia[24] porque, afinal, como já vimos em Gradim (2000), cujos posicionamentos foram elucidados no subcapítulo referente ao gênero manchete jornalística, a manchete deve estar em sintonia com o texto ao qual ela se refere, não apenas lhe dando um título, mas formando com ele um conjunto harmonioso, coerente, de informações. Sendo assim, consideramos pertinente – e não fuga ao foco – acrescentar tais detalhes que a notícia evidencia, e a manchete, por sua natureza, é claro, oculta.

Ao analisar o segundo aspecto das estilizações articuladas em prol de interesses editoriais, constatamos que, mais uma vez, a morte não é mencionada explicitamente numa manchete que dá título a uma notícia de morte. Não há sequer indícios de que isso tenha ocorrido. Não fosse o complemento que o subtítulo representa, essa manchete poderia figurar como título de qualquer outra notícia.

[24] Essa recorrência ao corpo da notícia, por sinal, haverá de ser-nos fundamental em diversas situações ao longo desta análise, o que não diminui a importância da manchete e de quaisquer estudos sobre ela enquanto gênero, ao contrário: apenas nos confirma a intrínseca – e indissociável – relação entre a notícia e o título que lhe fora atribuído.

Há, no entanto, uma quebra na aparente escolha pela manutenção de uma postura que não é apenas jornalística, mas arraigadamente social: o apagamento da morte. Temos uma manchete que se põe completamente coerente aos tabus e às resistências construídos em torno da finitude da vida, mas um subtítulo que desfaz verticalmente essa posição (nos termos “morte immediata”), o que destoa estruturalmente do que tínhamos à época em termos de linguagem jornalística. A imprensa sempre explorou esse tema, sempre *vendeu* bem a morte, mas, nessa época, os termos usados para uma referência a ela eram velados.

Também temos aqui uma manchete que resume o fato a ser lido – e resume cataforicamente. No entanto, por ter sido redigido em moldes tão concisos, apenas o subtítulo apresenta a informação mínima necessária para se situar o leitor quanto ao assunto a ser noticiado na matéria que segue, como também construído em bases nominais, ou seja, sem a presença de verbos, o que contribui para esse efeito de concisão.

A União

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO

PRESIDENTE JOÃO PESSÔA

O assassinato hontem, em Recife, do eminente e bravo parahybano

IMAGEM V

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 27 DE JULHO DE 1930

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

PRESIDENTE JOÃO PESSÔA

O assassinato hontem, em Recife, do eminente e bravo parahybano

IMAGEM VI

DETALHE DA CAPA DO DIA 27 DE JULHO DE 1930 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A manchete “Presidente[25] João Pessoa” ocupa toda a largura da página, logo embaixo de dois fios largos[26]. Trata-se de uma página assimétrica, atípica quanto à diagramação, uma vez que não repete o formato padrão da época, com várias colunas perfiladas. Eis um exemplo de associação da manchete a uma imagem – e, neste caso, uma imagem enorme, dominante, centralizada e imponente, que substituiu grande parte do texto[27], ocupando três colunas da página.

É um título em negrito, de tipos tão grandes e tão largos (em comparação aos outros que analisamos até agora) que é como se bradasse, tamanha a atenção que pretende chamar. Logo abaixo dele, mais um fio – desta vez, menos largo – separa-o do subtítulo, “O assassinato hontem, em Recife, do eminente e bravo parahybano”, que, por sua vez, está centralizado, de modo que cada lateral é adornada com mais três fios (menos largos que os fios que adornam o título). Quanto à inclinação, nenhuma mudança: está normal, e não em itálico

Em se tratando da carga semântica desses tipos no discurso, em alusão a Fernandes (2006), afirmamos tratar-se de letras *sem serifas*, o que indica força, *grossas*, que são símbolo de força, poder e energia e *maiúsculas*, indicando título, encabeçamento. Esses detalhes reiteram todas as mensagens em torno da imponência e da importância que o jornal intenciona ressaltar em torno da figura do Governador João Pessoa.

Não há, ainda, o uso das cores, mantendo-se, portanto, esse tom esverdeado já constatado nas outras capas.

ESTILO

[25] O termo “Presidente” refere-se ao cargo de Governador.
[26] “Fio” é como se chama cada listra que, no caso desta página, encontra-se duplicada, em paralelo, sobre a manchete. Sua função é adornar a página, atribuindo, ainda, destaque a algum elemento.
[27] Referimo-nos aqui a textos verbais, corridos, em oposição a textos não verbais (representados pela imagem).

O discurso da manchete em questão foi estilizado no sentido de enaltecer a *persona* João Pessoa. Como já mencionamos, a morte de uma celebridade, e uma pessoa pública (neste caso, um político da envergadura de João Pessoa, então governador da Paraíba) gera, por parte da imprensa, um ressalto à figura do morto, salientando-se o cargo que ele ocupou, a pessoa que ele fora, entre outras manobras – e não foi diferente aqui.

O subtítulo tem um discurso estilizado na mesma direção, corroborando a linha de valorização do bravo e eminente João Pessoa.

Como defende Coupland (2001), recursos não linguísticos também podem concorrer para uma estilização do discurso, visando a um manejo das *personas* sociais – e é o que ocorre em todos os aspectos desta capa, desde a escolha da assimetria da página (como já comentado no item relativo aos aspectos gráfico-composicionais) até a presença da grande foto – sobrepondo-se às colunas do texto – dominante e centralizada de um sereno João Pessoa, elementos que contribuem para um apelo visual diferenciado. Trata-se de uma manchete mínima, porém significativa, uma vez que o termo “Presidente”, anteposto ao nome de João Pessoa, agrega-lhe valores, numa capa impactante, compondo-se, portanto, um estilo a partir de aspectos verbais e não verbais.

Uma outra forma de manejar a *persona* em questão, no sentido de que ela seja unanimemente interpretada como grande, imprescindível, fundamental, é a construção da notícia[28] em torno das qualidades mais contundentes desse homem, tornando-o, inclusive, um herói, tendo dado a própria vida em holocausto!

O discurso também foi estilizado, no contexto da manchete, no que diz respeito à morte.

Conforme já debatemos, esse tema sempre foi muito *rentável* para a imprensa, e João Pessoa, considerando-se a *persona* assassinada, foi, especialmente, explorado à exaustão.

[28] Reiteramos a importância de se considerarem alguns aspectos da notícia, e não apenas da manchete, quando necessário, levando-se em conta que a manchete, afinal, concretiza o resumo das ideias globais do texto.

Ao longo da notícia, o reconhecimento de que o Presidente está morto (nestes termos) dá-se uma única vez, já no último parágrafo: “Morto, pela Parahyba, saberemos viver na solidariedade que o confundia com o seu povo, honrar a memoria do filho amado, do seu grande filho”. Fora este caso, em vários trechos do texto, a morte do governador é relatada como:

- “[...] assassinato frio do grande presidente [...]”;
- “O presidente João Pessoa foi assassinado covarde e perversamente [...]”;
- “[...] a Parahyba vê-se orfanada daquele que a quis autonoma [...]”;
- “[...] a perda [...] representa um claro impreenchível para a nação desolada [...]”;
- “[...] brutalidade do golpe [...]”, “[...] rudeza do fato [...]”;
- “No nosso grande pesar, invocamos a figura extraordinaria do presidente João Pessoa que deu em holocausto a sua propria vida [...]”.

Esta manchete ecoa, sim, os tabus historicamente construídos em torno da morte, banindo-a do verbo cotidiano. O chefe do Estado da Paraíba parece permanecer grandioso e vivo nesta capa. A manchete reitera a imponência do homem – sem qualquer menção à morte. E o subtítulo revela o assassinato, mas poupa-nos da alusão ao governador morto, ressaltando-se a eminência e a bravura do paraibano, como temos na citação de Cruz (2008, p. 158): “[...] representa-se, por fim, o herói”.

A própria anáfora que verificamos na construção desse título é uma outra forma de manejar essa *persona*, de modo a elevá-la, a agregar-lhe mais e mais importância.

A anáfora consiste em aclamar “Presidente João Pessoa” – apenas isso. A editoria do jornal lança mão desse recurso por julgar que o personagem da manchete e os fatos em torno dele estão presentes no conhecimento prévio do seu leitor. E, se o leitor já não souber da morte em si, tanto melhor: toda a manobra estilística deu-se neste título tão largo, tão denso, tão destacado em torno da grandeza do homem e Presidente João Pessoa – e não da morte exatamente – apontando para uma referenciação que busca o conhecimento prévio do leitor sobre a grandeza da *pessoa* e do *gestor* João Pessoa – e não do *morto* João Pessoa. Claro, a morte será anunciada, mas a estilização deu-se em torno da *persona*, não da ocorrência em si.

4

A União

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO

DIRECTOR INTERINO DR. OSIAS GOMES

ANNO XXXIX

PARAHYBA — Quarta-feira, 6 de agosto de 1930

MANDADO — SAUDE

NUMERO 181

O nefando attentado da "Gloria"

As manifestações de pesar na Bahia, ao corpo do presidente João Pessôa * A chegada, hoje, ao Rio de Janeiro, dos despojos do grande brasileiro

O enterramento hoje ás 17 horas

CHEGA hoje ao termino da viagem triumphal da dor, numa sombria glorificação postuma, o intemerato presidente parahybano, immolado á cegueira partidaria da innominavel tragedia da Confeitaria "Gloria", em Recife.

O povo carioca, que nos extremos da campanha politica que se tinge agora do sangue de um authentico heroe, ouvira á prégação civica desse bravo apostolo do bem, recebe-lhe agora o corpo inanimado, na expressão sem luz dos olhos que deixaram de ver a patria que tanto amavam e na insensibilidade do coração parado que deixou de sentir as grandes emoções de seu patriotismo.

E' como se chegasse alli nos braços do povo em desespero o cadaver da propria nação clamando na desgraça desse espectaculo, uma nova sorte para a Republica que se suffoca nas mais grosseiras competições.

Não se pergunte quem foi o instrumento vil que fez tombar o gigante que vae atravessar encerrado num esquife, as ruas do Rio de Janeiro, nessa triste manhã de hoje. Pouco importa saber-lhe o nome. Consideremos apenas que a capital do paiz recebe o cadaver de um chefe de Estado que pagou com a vida o crime de ter governado dentro das normas constitucionaes, velando pela pureza do regimen, pela honestidade administrativa, pela autonomia da terra ameaçada, com os inimigos da ordem.

Consideremos tudo isso, e daqui avaliemos o que a alma do Brasil não ha de experimentar diante da hediondez desse nefando attentado que attingiu profundamente os alicerces da civilização, levando-nos a um recuo de centuris de annos.

A dôr da população carioca é a mesma de Pernambuco e Bahia — e para que não dizer—da nação inteira, que perdeu no grande morto uma das figuras maiores do seu patrimonio politico.

Possa a consciencia dos que se engolfaram nas paixões menores; dos que se annullaram na esterilidade de um luta sem ideaes; dos responsaveis principaes pela anarchia dissolvente que se alastra por todo Brasil; possa a consciencia desses gosadores do poder despertar com o pranto que hoje se derrama na grande metropole, o remorso de deixar que domine por tanto tempo o odio infecundo da politicalha sordida.

Hoje mesmo abre-se a tumba fria para os despojos mortaes do eminente brasileiro, emquanto se fecha na alma do povo um immenso desencanto pelos destinos melancolicos da Patria.

Cariocas! Na suprema

PRESIDENTE JOÃO PESSOA

IMAGEM VII

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 06 DE AGOSTO DE 1930

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

O nefando attentado da "Gloria"

As manifestações de pesar na Bahia, ao corpo do presidente João Pessôa * A chegada, hoje, ao Rio de Janeiro, dos despojos do grande brasileiro

O enterramento hoje ás 17 horas

IMAGEM VIII

DETALHE DA CAPA DO DIA 06 DE AGOSTO DE 1930 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Esta capa, de 06 de agosto de 1930, traz uma manchete nos mesmos moldes da que analisamos anteriormente (a de 27 de julho de 1930): a mesma fotografia que se compunha com a manchete já comentada compõe-se também com esta, “O nefando atentado da “Gloria”” – não tendo, no entanto, a mesma eficiência.

Fazemos tal afirmação por entendermos que, no título anterior, a grande e imponente fotografia condizia perfeitamente com o discurso introduzido por aqueles tipos muito pesados e largos, ressaltando a figura impoluta do Presidente João Pessoa. Era o homem e o gestor, ambos representados por aquela imagem eloquente.

Ocorre, no entanto, que o título agora em análise compõe-se com a mesma imagem utilizada, ou seja, repetida, não ilustrando o atentado fatal sofrido pelo Presidente na Confeitaria Gloria (situada no Recife, Pernambuco), situação em que o Governador da Paraíba foi assassinado pelo inimigo político João Dantas. Trata-se de uma fotografia coerente com o discurso da capa da edição de 27 de julho, mas não com o discurso da edição de 06 de agosto.

Imaginamos que a ausência de uma fotografia que documentasse o assassinato do Governador pode ter sido o motivo que levou a editoria a tomar tal decisão (usar a mesma fotografia), mas não sem a consequência dessa lacuna, dessa incoerência. Também pode ter sido a simples escolha editorial de ressaltar o personagem, não o fato.

Em se tratando das variações das fontes tipográficas, o mesmo recurso até aqui observado foi utilizado no título: caracteres latinos com peso máximo, ou seja, uso do negrito, uma expansão acentuada aplicada aos tipos, o que os faz destacar-se – e muito – dos outros da página, e ausência de itálico, ou seja, inclinação normal.

Quanto ao sentido que os tipos estabelecem no discurso, temos letras *sem serifas*, o que indica força; *grossas*, que são símbolo de força, poder e energia, e *maiúsculas*, indicando título, encabeçamento. E, no aspecto *letras grossas*, este é um caso de letras *bastante grosas*. Esses elementos, comparando-se esta manchete com

a analisada anteriormente, repetem-se, reforçando a linha editorial de ressaltar demasiadamente a figura do Governador, este já relacionado, nesta capa, ao fato do seu “enterramento”.

A ausência do uso de cores diversas continua sendo uma marca nas capas dessa época.

ESTILO

A primeira articulação que observamos nesta manchete no sentido de provocar reações no leitor – e, neste caso, com tendência em favor da vítima[29] – dá-se no jogo das palavras que a constroem: *O nefando attentado da “Gloria”*. Em primeiro lugar, o termo “nefando”, com toda a sua carga semântica negativa, podendo significar ‘abominável’, ‘execrável’, ‘perverso’, etc., coloca-se em oposição ao termo “Gloria”, cujo universo semântico consiste, basicamente, no contrário do termo que encabeça o título: ‘bem-aventurança’, ‘grandeza’, ‘honra’, entre outras possibilidades.

Há, portanto, esse paradoxo introduzindo a manchete. Além disso, o termo “Gloria” relaciona-se ao “grande brasileiro” (como temos no subtítulo). O primeiro manejo de *persona* que identificamos é este: articular a figura do Presidente João Pessoa, de modo que ele fique, claramente, vinculado ao campo de significados do termo “Gloria” – até porque foi num local com este nome – Confeitaria Gloria – que ele fora assassinado.

O segundo manejo de *persona* está na ação de manipular com o leitor e com a sua forma de julgar os fatos. Não estamos insinuando, no entanto, que há uma maneira positiva de relatar um atentado nem que existe como se aceitar um assassinato como ação idônea nem compreensível. Mas é possível, sim, publicar-se uma notícia de modo imparcial, informando, referencialmente, *quem matou*, *quem morreu*, *onde*, *quando* e *como se deu o fato*, sem haver, no entanto, mecanismos

[29] Não temos intenção de fazer juízo de valor nenhum com relação à vítima ou ao agressor. Nossas palavras aplicam-se tão somente a uma observação neutra de nossa parte, mas não imparcial – acreditamos – por parte do veículo em questão.

cuidadosamente articulados, no intuito de comover, de despertar o ódio contra uns e o amor por outros, entre outras reações passionais. Não é, todavia, o caso aqui. A intenção do ator social responsável pela criação da capa é que o leitor, ao ler as primeiras informações, de antemão, já corresponda às expectativas editoriais.

O recurso coesivo utilizado na construção da manchete foi a anáfora: *O nefando attentado da "Gloria"*. Em 06 de agosto de 1930, o leitor já tinha conhecimento da morte do Presidente João Pessoa havia alguns dias – ele morrera em 26 de julho de 1930, portanto, 11 dias antes desta capa em pauta. Sendo assim, a manchete cita o fato, remetendo a elementos que já estão situados na memória do leitor: que atentado? "Gloria"? Confirmando, inclusive, que não se trata de catáfora o recurso em discussão, se o fosse, teríamos, ao longo do texto, o desenvolvimento desses dados do título, mas isso não ocorre. No máximo, iniciando a primeira coluna, o texto informa: "[...] inominavel tragedia da Confeitaria "Gloria" e Recife." Sem mais explicações – o que só confirma que a editoria do jornal tem a expectativa de contar com as informações que o leitor deste veículo já acumulou acerca da citada "inominavel tragedia", instigando-o a acompanhar os fatos referentes a esses assassinatos em todas as edições dedicadas ao fato.

A permanência do tratamento velado com relação à morte vê-se nitidamente aqui. Trata-se de um homem que fora assassinado, mas não se vê nada concreto neste sentido no ambiente discursivo desta manchete. Nenhum elemento como "morto", "morreu", "corpo do presidente" nem nada similar. Menciona-se apenas o nefando atentado.

Somente o subtítulo menciona os termos "corpo do presidente" e "despojos". E um segundo subtítulo acrescenta "enterramento" – o que é interessante de se observar, uma vez que, até então, continuamos a constatar a ausência de termos mais claros, capazes de mencionar a morte sem subterfúgios.

2 SECÇÕES 16 PAGINAS

A União

PATRIMONIO DO ESTADO

300 rs.

5

Escapou De Brest A Esquadra Nazi

DETALHES DA BATALHA AERO-NAVAL

O Estreito De Dover Se Tornou Um Terrivel Inferno De Fôgo

UM GOLPE DE AUDACIA

Por George CHANDRE

UNIDADE HISPANO-PORTUGUESA

Problemas politicos e economicos em comum

SALAZAR REGRESSOU

FALECEU O EX-PRESIDENTE EPITACIO PESSÔA

O passamento do grande paraibano ocorreu ontem às 16,30 — Consternação geral no país — "Desapareceu um dos maiores estudistas do seu tempo"

CRITICAS AO REVÉS DE DOVER

A imprensa londrina reclama contra a falta de preparação e previsão

ATAQUES PESSOAIS

FORTES CONTRA-ATAQUES

As tropas britanicas combatem com inexcedivel heroismo

TENAZ

IMAGEM IX

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 14 DE FEVEREIRO DE 1942

FONTE: Acervo da Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo

FALECEU O EX-PRESIDENTE EPITACIO PESSÔA

IMAGEM X

DETALHE DA CAPA DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 1942 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Eis uma manchete que agrega um dado novo (dentro do contexto relacionado às manchetes analisadas até então): é de composição verbal, e não nominal (como o foram as anteriores), com base na ação de *falecer*.

Não é o título principal da página (por isso, não apresenta os maiores tipos da página), mas foi escolhido para compor nossa análise devido ao seu tema necrológico. Porém, mesmo sendo a manchete de uma notícia secundária, temos um fio pouco largo e de dimensão média no início e no final da notícia, como se abrisse e fechasse toda a seção reservada ao fato envolvendo Epitácio Pessoa, o que agrega ao bloco algum destaque, atribuindo-lhe alguma importância.

No que tange às variações das fontes tipográficas, observaram-se caracteres latinos com peso máximo, ou seja, em negrito, e uma expansão acentuada aplicada aos tipos – na verdade, eles estão tão largos quanto os tipos da própria manchete principal. Quanto à inclinação, está normal – em outras palavras, sem itálico.

Quanto ao sentido dos tipos no ambiente discursivo da manchete, temos letras *sem serifas*, o que indica força; *grossas*, que são símbolo de força, poder e energia, e *maiúsculas*, indicando título, encabeçamento – este, por sinal, outro dado que agrega importância a este que não é o título principal da página, mas que tem seu *status* diferenciado.

Trata-se de uma manchete associada a uma imagem, à fotografia do ex-presidente[30] Epitácio Pessoa.

Todo o bloco referente à notícia da morte do ex-presidente encontra-se aparentemente centralizado, porém um pouco mais à esquerda.

Também é evidente a ausência de cores diferenciadas como forma de destaque ou método hierárquico na linguagem composicional desta manchete.

[30] O termo “presidente”, neste caso, refere-se ao Presidente da República propriamente dito.

ESTILO

A postura editorial que temos nesta manchete é considerável: estilizou-se o discurso no sentido de manejar-se esta *persona*, outrora tão importante, para um patamar de razoável comedimento.

A linguagem é fria e breve, sem a adjetivação frequente e típica em relação ao que vemos no cotidiano editorial da época. O verbo “faleceu” introduz a informação, numa ausência de preâmbulos e numa tal precisão, a ponto de a manchete, por si só, conseguir transmitir, mesmo que tão concisamente, o conteúdo em pauta, sem que seja fundamental o *complemento* do subtítulo, como temos observado em outros casos já analisados.

A persona morta sofreu um manejo que a privou dos adjetivos mais apelativos. Não há lamento na informação contida na manchete, que é puramente referencial, nada emotiva. É verdade que o subtítulo ameniza toda essa ausência de apelo sentimental com palavras como “grande paraibano”, “consternação geral no país” e “um dos maiores estadistas do seu tempo”. Mas vale ressaltar que a voz que proferiu a frase “Desapareceu um dos maiores estadistas do seu tempo” não foi a do próprio jornal. Esta fala está, no subtítulo, entre aspas, portanto, foi uma outra voz que a emitiu. O jornal em questão, o ator protagonista nessas ações de manejar as *personas* em suas matérias jornalísticas, não assinou esse posicionamento.

Processo bastante curioso deu-se nesta manchete, uma vez que se trata da morte de uma celebridade, de um homem público, que alcançou o patamar da presidência da República. Não se trata de um morto qualquer – para o ponto de vista da imprensa.

Afinal, retomando discussões já realizadas no Capítulo III: no caso de mortes de anônimos, o morto não é tratado pela imprensa como o sujeito da notícia – o sujeito é a morte em si, a tragédia. Nas palavras de Barbosa (2004, p. 2), “[...] a mídia, diante da violência, banaliza o corpo insepulto”. E, no caso da morte de gente pública, celebridade, a imprensa realiza a cobertura desse *evento*, enaltecendo o morto, seus feitos, sua trajetória e outros detalhes de quem ele fora e do que realizara. A manchete

do ex-presidente Epitácio Pessoa, no entanto, não faz eco nem à primeira linha – morte de anônimos – nem à segunda – morte de celebridades.

Trata-se de uma manchete claramente catafórica, que resume, basicamente, as ideias quanto ao que ocorreu e com quem. E o subtítulo, em seu papel de sequencializador do título, vem acrescentar informações. A catáfora vem cumprir, assim, seu papel de instigador da curiosidade do leitor, seu papel de convite à leitura, conectando o veículo ao interlocutor.

Vimos, ao discutir sobre a finitude da vida, que, ao longo da História, o homem demonstrou ter posturas as mais diversas no que tange à morte. Um convívio natural e doméstico com a finitude da vida, conceito desenvolvido na Alta Idade Média, evoluiu para um processo de clericalização da morte na Baixa Idade Média, culminando numa postura de repulsa, recusa e desagrado aos temas necrológicos, até o que temos hoje, no século XXI: uma verdadeira interdição à morte, afastamento contundente, repulsa.

A imprensa, por sua vez, mesmo que a sociedade se recuse a encarar o fim da vida, explora esse fato de formas várias: fazendo uso do melodrama ou do sensacionalismo, ou, ainda, usando de eufemismos...são diversas as possibilidades – contanto que se explore o tema e se lucre com isso.

No caso desta manchete, “Faleceu o ex-presidente Epitacio Pessoa”, houve uma certa ruptura na linha editorial de abordagem à morte, em relação ao que tínhamos até então, pois, desta vez, não apenas a manchete introduz um verbo, como também tal verbo aponta diretamente para a morte. Textualmente. Sem subterfúgios. Há quem possa alegar que, jornalisticamente, o verbo “falecer” é um uso eufêmico relativo a “morrer”. Que seja. Mesmo assim, temos aqui o ato de morrer explícito na manchete, sem termos como “desaparecer”, “deu a vida em holocausto”, ou algo que o valha.

Essa escolha editorial parece apontar para uma certa ausência de cuidado e zelo com essa *persona*, como se não fosse necessário burilar demais aquela manchete. Mas também talvez aponte para uma linguagem em potencial mudança no âmbito da manchete, mesmo em se tratando de morte, um tema interditado pela sociedade. As análises seguintes poderão confirmar – ou não – tal hipótese.

6

A União

O trágico desaparecimento, ontem, do Pres. Getúlio Vargas

Desde as primeiras horas da manhã de ontem, está a Nação abalada com a notícia do trágico desaparecimento do Presidente Getúlio Vargas.

Às 8,40 da manhã, com efeito, as rádios e agências telegráficas do País informavam que o Presidente da República se suicidara, nos seus aposentos do Palácio do Catête, cobrindo de luto a Nação brasileira.

O infausto acontecimento repercutiu profunda e dolorosamente em todas as camadas sociais e em todos os setôres de atividades, calando no espírito estarrecido da nacionalidade, que desde então vem testemunhando à memória do ilustre morto o preito da sua admiração e do seu respeito.

Homem público de projeção na vida política brasileira, exerceu, por várias vêzes, a Suprema Magistratura do País, assinalando-se a sua ação de governante nos diversos planos da vida nacional, tendo assumido a chefia do Poder Executivo, pela última vez, em janeiro de 1951.

Desapareceu, ontem, o ilustre estadista, dramaticamente, depois de uma longa vida pública, em que se destacaram as diversas qualidades que formavam a sua personalidade inconfundível, deixando uma funda impressão no espírito nacional.

Dados Biográficos

Era o Dr. Getúlio Dornelles Vargas filho do Gal. Manuel Nascimento Vargas, tendo nascido em 19 de abril de 1883, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1907, pela Faculdade de Direito de Pôrto Alegre, foi promotor público na Capital, deixando o cargo em 1909, para advogar na sua Província natal. Eleito deputado à Assembléia de Estado para a legislatura 1909-1912, foi reeleito em 1913, afastando-se da vida política nesse ano, para retornar, novamente como deputado estadual, durante os anos de 1917 a 1925.

Em 1922 foi eleito deputado federal, sendo em 1928 escolhido líder da sua bancada no Parlamento. Naquela Casa legislativa foi membro da Comissão de Constituição e Justiça, e, em seguida, Ministro da Fazenda no Govêrno Washington Luís, deixando a Pasta em 1927.

Eleito Presidente do Rio Grande do Sul, empossou-se no exercício do cargo em janeiro de 1928. Em seguida, aderiu à Aliança Liberal, então formada, sendo indicado, logo depois, candidato à Presidência da República, cargo que assumiu com a revolução de 1930, por decisão da Junta Militar, a 3 de novembro daquele ano.

De então ao ano de 1934, governou o País em regime de exceção, tendo porém, em 1934, eleito Presidente Constitucional, até a decretação da Carta de 1937, deixando o Govêrno a 29 de outubro de 1945.

Eleito Senador no ano seguinte, empenhou-se, em 1950, na campanha presidencial, tendo retornado ao Poder, em janeiro de 1951.

NESTA hora de emoção nacional, quando o País, abalado por um dos acontecimentos mais trágicos da sua história, se cobre de luto pelo falecimento do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, os que fazem esta fôlha se solidarizam com as manifestações de pesar que fere a sensibilidade de todos os brasileiros.

IMAGEM XI

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 25 DE AGOSTO DE 1954

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

João Pessoa — Paraíba

Quarta-feira, 25 de Agosto de 1954

O trágico desaparecimento, ontem, do Pres. Getúlio Vargas

IMAGEM XII

DETALHE DA CAPA DO DIA 25 DE AGOSTO DE 1954 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Esta manchete, datada de 25 de agosto de 1954, segue uma linha semelhante às demais já analisadas: tem base nominal (ou seja, foi construída sem a presença de verbos) e está centralizada. Há uma diferença, no entanto, no que tange a esta centralização: o título não está ocupando as colunas, ele está acima delas.

Desta vez, o elemento que ocupou o espaço de três colunas foi uma fotografia do Presidente[31] Getúlio Vargas – uma imagem de dimensão considerável, quase do tamanho da página, dominante, gerando um resultado assimétrico de diagramação, fugindo do padrão cotidiano das capas – dados que já apontam para a importância do fato e do personagem envolvido neste fato.

Ocorre, nesta capa, o mesmo que verificamos na análise anterior, com relação à natureza da fotografia. O título se refere à morte de Getúlio Vargas, mas a fotografia utilizada para compor-se com ele não faz alusão ao fato.

O motivo, como já conjecturamos anteriormente, pode ter sido a ausência de recursos do jornal para conseguir imagens factuais em prazos mínimos. Mas também pode ter sido a simples (e articulada) escolha de ressaltar o Presidente Getúlio Vargas como o homem, o gestor, e não como um morto.

Diferente do que ocorreu com as imagens que compunham as manchetes (e as reportagens) sobre a morte do guerrilheiro argentino Che Guevara (morto na Bolívia, em 1967) e a do guerrilheiro brasileiro Carlos Marighella (morto em São Paulo, em 1969): eram fotografias dos dois homens mortos, metralhados, barbarizados. Os cadáveres expostos nas capas dos jornais, explorando a feição feia, chocante e impactante da morte.

No que se refere aos tipos, repete-se a ocorrência dos caracteres latinos, vaiando em expansão, uma vez que se percebe claramente o quão largas estão as letras das manchetes, em comparação a quaisquer outras da capa, e em peso, na forma do negrito. Permanece, assim, a ocorrência desses recursos como ferramenta

[31] Presidente – refere-se ao Presidente da República.

para a hierarquização do fato mais importante da edição de 25 de agosto de 1954: a morte de Getúlio Vargas. Inclusive, as letras desse título estão variando tão excessivamente em largura que chegam a ecoar como um grito encabeçando a página. E esta é a intenção. Já a inclinação está normal, não tendo sido feito, portanto, uso do itálico.

A propósito, a força, o poder e a energia estão impressos nas letras grotescas e grossas, segundo o parâmetro de Fernandes (2006), no qual temos nos baseado para analisar a expressividade desses tipos no ambiente discursivo da manchete – elementos que também têm se mostrado permanentes.

Quanto ao uso de cores na manchete, continuamos sem identificar tal recurso. Todas as letras são pretas. Não há uma linguagem cromática aplicada nem aos títulos nem às imagens.

ESTILO

Como já introduzimos, há que se perceber que a primeira manobra para se elevar a *persona* Getúlio Vargas já foi feita: ele não aparece morto na fotografia – ao contrário, surge imenso, dominante e altivo na página quase toda, junto a uma manchete que já lamenta sua morte, considerando-a um “trágico desparecimento”. Getúlio Vargas não morre, desaparece.

O leitor também é uma *persona* devidamente manejada pelo ator social que está na base da criação dessa capa, sendo levada já a fazer seu juízo de valor: a morte de Getúlio Vargas é um acontecimento trágico – aspecto estilístico que se repete, quando comparamos com as manchetes já analisadas.

Outro elemento também de manipulação no âmbito discursivo: o uso do recurso da catáfora. A manchete lança o resumo dos fatos (pois o título é, de certa forma, o resumo do *lead*, ou seja, o “resumo do resumo”), e o desenvolvimento deles será encontrado ao longo da reportagem a ser lida. Trata-se do que já estamos identificando como recorrente: um ‘convite’ à leitura.

O tratamento dado ao tema da morte também não fugiu aos padrões até aqui observados: há uma nítida manipulação com as palavras em direção a uma suavização em torno dela. Não temos a morte concretamente, temos “desaparecimento”. Mais elementos que se repetem: o tema, o modo eufêmico como ele é abordado e a recorrência da manipulação em torno dele.

7

A UNIÃO

JOÃO PESSOA – quinta-feira, 17 de abril de 1980 — PREÇO Cr$ 10,00

Esquadrão liquida mais três marginais

"Paraibinha", "Mocotó", e "Quelmadas", três delinquentes incluídos na lista do Esquadrão da Morte, enviada ao secretário da Segurança Pública, Geraldo Navarro, foram encontrados mortos ontem, em Campina Grande, vitimados por tiros de espingarda calibre 12 e de revólveres 38, no bairro do Cruzeiro e nas proximidades do Hospital da Fundação Assistencial Paraibana.

Os corpos, encontrados pela polícia, depois de um telefonema recebido pelo delegado Amaury Barros, apresentavam sinais de tortura. Paraibinha, por exemplo, recebeu oito tiros de revólver, sendo dois nas costas, dois na cabeça e igual número de disparos no tórax.

A presença do famigerado "Mão Branca" em Campina Grande não está contribuindo, de maneira alguma para uma maior mobilização dos delegados da cidade. Todos eles mantêm silêncio sobre as ocorrências, pois negam-se, inclusive, a fornecer informações à imprensa sobre pistas relacionadas ao esquadrão da morte.

O secretário de Segurança, que se encontrava na cidade e viu os corpos no Instituto Médico Legal, informou que está determinando minuciosas diligências no sentido de conter a onda de crimes que vem tomando conta de Campina Grande, nos últimos dias. O sr. Geraldo Navarro pôs dúvidas sobre a existência do "Mão Branca". Com os três assassinatos ontem, sobem para quatro os crimes ocorridos em Campina, pois na madrugada de segunda-feira o esquadrão eliminou em idênticas circunstâncias, o marginal conhecido por "Beto Fuscão". (cobertura completa na página Policial).

Marizistas de Coremas vão se filiar ao PDS

Governo adota nova política de empréstimo

Reduzido ICM nas operações interestaduais

General Serpa exonerado do Departamento de Pessoal do Exército pelo presidente Figueiredo

Militar é demitido por criticar toda política do governo

General é punido não pelo que disse mas por ter dito

Brasília – O presidente João Figueiredo exonerou ontem o general-de-Exército Antônio Carlos de Andrada Serpa do cargo de chefe do Departamento Geral de Pessoal, em função do pronunciamento feito pelo militar na terça-feira em solenidade da transmissão da chefia da diretoria de Movimentação do Exército, quando defendeu "correções de rumo" nas políticas energéticas, tecnológica e de distribuição de renda do governo.

Ao revelar a decisão do presidente da República, o ministro da Comunicação Social, Sr. Said Farhat, esclareceu que a punição não está relacionada com o conteúdo do pronunciamento do general Serpa, mas ao fato de não ter submetido o texto aos seus superiores, como determinam, as normas disciplinares do Exército.

A exoneração do chefe do Departamento Geral de Pessoal foi assinada pelo presidente Figueiredo após despacho extraordinário com o ministro do Exército, general Walter Pires, às 15h15min.

O presidente João Figueiredo comunicou ao líder do governo no Senado, Sr. Jarbas Passarinho (PA), a decisão de exonerar o general Andrada Serpa das funções de diretor do Departamento do Exército "não pelo que disse, mas por ter dito". A informação foi prestada pelo próprio senador aos jornalistas, tão logo chegou ao Congresso.

Na bancada do PDS em geral a reação foi a de quem recebia apenas uma notícia já esperada. O vice-líder Murilo Badaró, por exemplo, limitou-se a observar:

– Ele não é militar?

Os oposicionistas, entretanto, negaram-se a qualquer comentário. O Sr. Paulo Brossard (RS), líder do PMDB, disse apenas.

– Não me meto nisso.

Curto-circuito causa incêndio na Cinep

Um curto-circuito no sistema de ar-condicionado, causou ontem no Diário de Economia e Planejamento da Cinep um princípio de incêndio, que foi logo debelado pelos próprios funcionários da empresa.

O sistema de ar-condicionado da sala onde houve o acidente sofreu várias avarias, inclusive os funcionários tiveram que destruir um pedaço do forro para poderem combater o incêndio de maneira mais eficaz. Foram usados quatro extintores de Incêndio da própria empresa para conter o fogo.

Também houve uma pequena explosão na sala de desenho técnico, mas sem nenhuma consequência mais grave a não ser a danificação do sistema de ar condicionado que servia a sala.

O Sr. João Alberto de Vasconcelos funcionário da empresa foi quem mais contribuiu para que o incêndio fosse logo combatido, inclusive um dos responsáveis pela sua curta duração.

Duas viaturas do Corpo de Bombeiros acorreram ao local mas ao chegarem a situação já tinha sido normalizada, apenas desligaram os sistemas e forneceram informações técnicas para como proceder as relações, inclusive acompanhando o se prédio ajudo a Serpa para restaurar o sistema.

Os bombeiros conseguiram conter o fogo

Gal. Bergqvist substitui Serpa

A única informação dada ontem pelo gabinete do ministro do Exército sobre a exoneração do general Antonio Carlos de Andrada Serpa foi que o ato presidencial atendeu aos interesses da administração do Exército e que seu substituto no cargo será o vice-chefe do DGP, general de divisão Hermes Bergqvist.

O general Antonio Carlos de Andrada Serpa recusou-se a receber os jornalistas, informados pela guarda postada à entrada da área residencial dos generais do Exército que a imprensa não podia entrar. O contato com o general exonerado foi prejudicado pelo fato de o ar-condicionado do Quartel General do Exército estar desligado em todas as quartas-feiras (ter-se-ia encerrado no mês de...

O senador Evelásio Vieira (PP-SC) propôs hoje, à Comissão Executiva do Partido Popular que os últimos discursos do general Andrada Serpa, de crítica ao modelo econômico, sejam considerados documentos básicos da reunião partidária que debaterá a atual crise econômico-social e, já agora, a seu vice-político militar.

Burity deseja saber quem é "Mão Branca"

O governador Tarcísio Burity reúne hoje em seu gabinete o secretário da Segurança Pública, coronel Geraldo Navarro e todos os Delegados de Polícia de Campina Grande, para discutir as providências que serão adotadas para a identificação do responsável pelas mortes de marginais, praticadas e anunciadas pelo cognominado Mão Branca.

Segundo linha bem informada, o Governador está seriamente preocupado com as ocorrências em Campina Grande e está na firme determinação de coibir a violência, parta ela de onde partir.

Lembrando que o Governador tem delegadoedade o primeiro dia no Governo, se exime a violência implacável contra o crime e defender da paz e segurança. A fonte afirmou que o Governo está decidido a apurar a origem desses personagens, que tanto pode ser uma única pessoa como um sistema.

A fonte oficial disse ainda o Governo não acertará que se ele um organismo repressor paralelo, mesmo que suas vítimas sejam marginais, argumentando do que cabe apenas ao Estado, através dos instrumentos legais, combater o crime e a violência.

COMISSÃO

O secretário da Segurança pública, coronel Geraldo Navarro, constituiu ontem uma Comissão de Sindicância, para descobrir os responsáveis pelo assassinato de vários marginais em Campina Grande, cuja autoria é assumida pelo Mão Branca.

O coronel Navarro foi ontem a Campina Grande para, pessoalmente, dar as instruções para a Comissão de Sindicância. Ele disse aos integrantes da Comissão que as investigações devem abranger todas as áreas cujas pistas levam aos criminados.

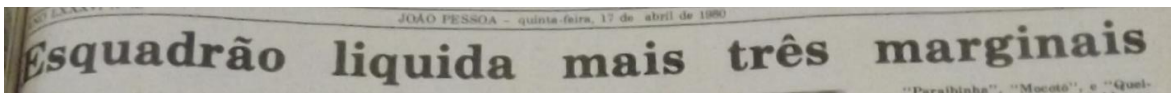
Mão Branca x Mão Negra
Página 2

Sudene aprova a carta-consulta da fiação São Marcos

IMAGEM XIII

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 17 DE ABRIL DE 1980

FONTE: Acervo da Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo


JOÃO PESSOA – quinta-feira, 17 de abril de 1980

Esquadrão liquida mais três marginais

"Paraibinha", "Mocotó", e "Quel-

IMAGEM XIV

DETALHE DA CAPA DO DIA 17 DE ABRIL DE 1980 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Esta manchete data da década de 1980. Trata-se da manchete principal da capa da edição de 17 de abril, “Esquadrão liquida mais três marginais”. Neste momento, já observamos algumas mudanças na linguagem dos títulos, como a presença do verbo “liquida” e também a ausência de subtítulo, por exemplo.

Percebe-se que os termos com que a manchete expressa-se são bem mais diretos, numa linha moderna do jornalismo, que Erbolato (1991) defende em direção a uma linguagem sem excesso de adjetivação, em prol de um texto condensado, econômico, aproveitando-se espaço para a inserção de outras notícias e evitando-se escrever com várias palavras o que se pode informar com duas ou três.

Trata-se de um título construído com caracteres latinos, com os tipos de maior dimensão em comparação aos outros da página (um traço de permanência), variando quanto ao peso (pois estão em negrito) e à largura (mais expandidos, em comparação aos outros das demais manchetes presentes na capa), o que aponta para a confirmação da escolha desta notícia como sendo, hierarquicamente, a mais importante desta edição. Encontra-se normal a inclinação, ou seja, os tipos não estão em itálico.

No tocante à expressividade e aos significados denotados pelos tipos, eles expressam força por serem grotescos (sem serifas) e denotam poder e energia por terem uma largura maior, o que os torna grossos.

Não se fez uso de cores diversificadas, havendo, portanto, uma uniformidade neste particular em relação às outras manchetes da capa.

ESTILO

Esta manchete apresenta alguns elementos que apontam para um discurso estilizado no sentido de se manejarem duas *personas*: o esquadrão e os marginais.

O termo “liquida” sugere uma aprovação ao ato do esquadrão. É uma informação que não soa como imparcial, pois, ao usar o termo “liquida”, aponta-se para uma ação de ‘depuração’: liquidar os marginais, liquidar as baratas, liquidar a praga da plantação – situações similares. O esquadrão *eliminou* um problema.

A outra *persona* em manipulação são os marginais. Nem nome têm. Sequer uma alcunha! Nada que lhes dê uma referência. Não. São simples e anônimos “marginais” que foram *liquidados*.

E, ao usar o termo “marginais”, a editoria do jornal interpretou, de antemão, determinadas situações que chegarão ao leitor já processadas, manejadas, manipuladas, com o intuito de condenar os “marginais” e absolver o esquadrão, cuja ação aponta – sob o ponto de vista desse manejo – para um resultado positivo à sociedade: livrá-la do mal advindo desses elementos.

A construção da manchete em análise deu-se por catáfora, antecipando brevemente o que será lido em seguida ao longo da reportagem, recurso que provoca uma expectativa do jornal enquanto emissor em relação ao interlocutor, sendo este conduzido a procurar o restante das informações que o título introduziu.

O elemento de manipulação desse recurso coesivo está, basicamente, nesse poder que a linha editorial produz em relação ao leitor do jornal, no sentido de aguçar-lhe a curiosidade, manejá-lo a ler o que está sendo oferecido.

Conforme já mencionamos, com base em Barbosa (2004), em caso de morte de anônimos, o sujeito não é o morto, e sim a própria tragédia, a própria violência por trás dessa morte, e é este o caso que temos aqui na manchete em análise.

As vítimas[32] do ato do esquadrão não têm nome, são meros marginais liquidados, eliminados, e é essa tragédia, essa morte que a imprensa explora, e não a pessoa de cada marginal em questão. E também foi esse evento violento que os levou a uma capa de jornal, e não o ser humano que cada um possa ter sido.

[32] Ao usar o termo “vítimas”, não pretendemos que se conote aqui nenhum juízo de valor. Nosso intuito é tão somente diferenciar aquele que praticou a ação, o esquadrão, daquele que sofreu a ação, os marginais, e, para não repetirmos excessivamente o termo “marginais”, lançamos mão de “vítimas”, apenas no sentido de ‘paciente da ação’.

Mais uma vez também, estamos diante de uma linguagem mais desnudada para uma referência sobre a morte. Isso está relacionado ao que já comentamos no item referente aos aspectos gráfico-composicionais (em termos de não uso de adjetivação excessiva, economia de espaço, etc.), mas também aponta para uma nítida escolha da imprensa de ir de encontro a tudo que se tem construído em termos de distanciamento, interdição, tabus e relutância no que tange à morte.

A imprensa sempre explorou a morte, mas com uma linguagem velada. À medida, porém, que a linguagem jornalística vai assumindo um caráter mais ‘econômico’, mais conciso, essa postura vai se fazendo ver também nas manchetes de temática necrológica.

EDIÇÃO EXTRA

A UNIÃO

ANO XCIII Nº 66 — JOÃO PESSOA – Segunda-feira, 22 de abril de 1985 — Preço Cr$ 1.000

Tancredo está morto

José Sarney reafirma compromisso

Wilson: morte de Tancredo deixa um vazio

Governador decreta feriado e luto oficial

IMAGEM XV

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 22 DE ABRIL DE 1985

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Tancredo está morto

IMAGEM XVI

DETALHE DA CAPA DO DIA 22 DE ABRIL DE 1985 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Capa da edição de 22 de abril de 1985. A manchete principal, “Tancredo está morto”, compõe-se com uma grande fotografia do presidente eleito Tancredo Neves, estando localizada acima desta imagem e acima das colunas de texto.

Trata-se de um título composto de caracteres latinos em negrito (ou seja, com variação máxima de peso) e bastante largos (ou seja, bem expandidos), o que o torna destacado e confirma que, hierarquicamente, trata-se da manchete que encabeça a notícia mais importante da capa (neste caso, a edição inteira circulou com o conteúdo sobre Tancredo Neves). Já a inclinação não sofreu modificação, não tendo sido feito uso de itálico.

Quanto ao sentido que os tipos estabelecem no ambiente discursivo da manchete, o fato de serem grossos e sem serifas aponta para força e poder – elementos atribuídos ao próprio Tancredo.

Não há o uso de qualquer linguagem cromática nem na capa nem especificamente na manchete, mantendo-se, portanto, a ocorrência da cor preta nos tipos.

ESTILO

O ator social que está na base da construção desta manchete ressalta o homem Tancredo. Homem simples, despido de vaidades e de grandezas. Tanto o é que até se forjou quanto ao leitor uma proximidade, uma intimidade com ele: Tancredo. Não o Presidente Tancredo Neves. Apenas Tancredo. Todo um manejo para criar com o leitor um vínculo de emoção, de impacto, de dor por essa perda.

Como também já se mencionou no capítulo sobre Estilo, especificamente no subcapítulo referente à morte, a abordagem ao tema sofre alterações nos

direcionamentos se a morte for de um anônimo ou se for de uma celebridade – a do presidente Tancredo Neves enquadra-se na segunda categoria.

Sendo assim, o tratamento jornalístico que se dá à morte de uma celebridade, um homem público, um gestor, o presidente recém-eleito (por via indireta) que, devido a problemas de saúde, não veio a governar, chegando a óbito, é de assombro, de uma constatação desolada – e desoladora – diante da manobra irreversível do destino: Tancredo está morto.

Ao mesmo tempo, porém, rompe-se com alguns padrões. É o que se vê, por exemplo, na presença do termo “morto”: *Tancredo está morto*, assim, diretamente, sem meios termos, sem subterfúgios. A morte revelada e relatada – um traço de mudança na linguagem jornalística, o que Erbolato (1991) esclarece como uma tendência de torná-la mais simples, mais econômica e mais direta.

O leitor, diante desta manchete, torna-se a *persona* manejada para comover-se diante de uma abordagem de impacto que se aproveita das representações construídas em torno da morte para ter do seu interlocutor a reação programada e conveniente, a depender dos interesses editoriais em voga – motivo pelo qual vemos tanto sensacionalismo, por exemplo, em torno de mortes envolvendo celebridades: elas aumentam a circulação das edições.

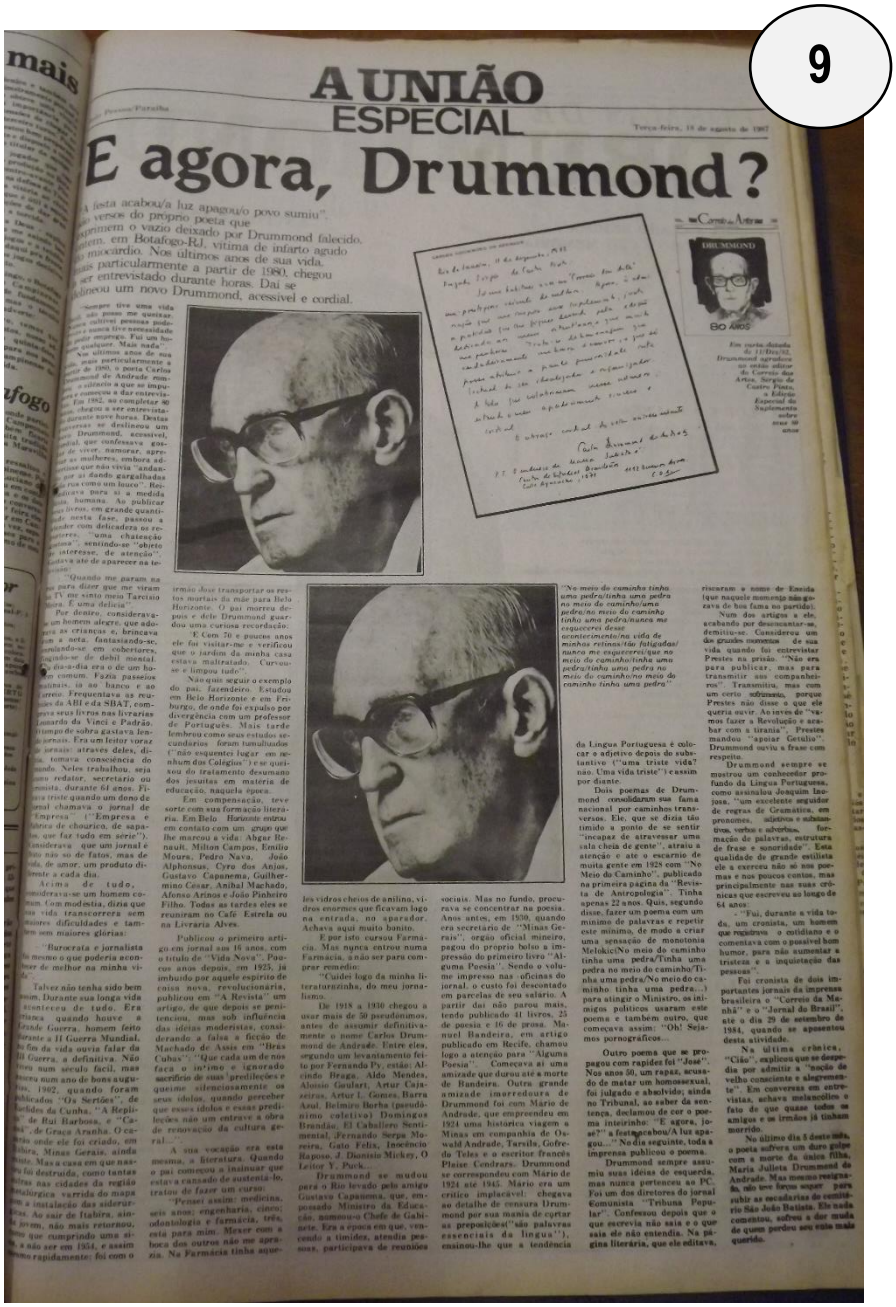
Outro aspecto a se analisar: a catáfora. Sim, trata-se de uma catáfora, uma vez que os elementos detalhados sobre a morte de Tancredo Neves serão devidamente encontrados o longo não apenas de uma reportagem, mas de toda a edição.

Há, entretanto, um dado particular nessa catáfora: mesmo consistindo num resumo de um fato que será relatado em detalhes em seguida, ela acumula a característica de também encerrar uma série de fatos de conhecimento prévio coletivo no Brasil, consistindo, na verdade, no encerramento de um ciclo.

Referimo-nos ao fato de o presidente Tancredo Neves ter passado por um longo período em que se encontrou doente, até que veio a morrer, o que gerou, no povo brasileiro, o conhecimento de uma sequência de fatos sobre o estado de saúde dele, até a morte.

Sendo assim, a manchete em questão, mesmo que não tivesse seu conteúdo desenvolvido ao longo dos textos da edição, facilmente se tornaria uma anáfora, pois

o leitor, só em ler *Tancredo está morto*, já construiria toda uma teia de significados discursivos.



A UNIÃO
ESPECIAL

Terça-feira, 18 de agosto de 1987

E agora, Drummond?

"A festa acabou/a luz apagou/o povo sumiu". Os versos do próprio poeta que exprimem o vazio deixado por Drummond falecido, vítima de infarto agudo do miocárdio. Nos últimos anos de sua vida, mais particularmente a partir de 1980, chegou a ser entrevistado durante horas. Daí se delineou um novo Drummond, acessível e cordial.

Carlos Drummond de Andrade

DRUMMOND
80 ANOS

Em carta datada de 11/Dez/82, Drummond agradece ao então editor do Correio das Artes, Sergio de Castro Pinto, a Edição Especial do Suplemento sobre seus 50 anos

"Sempre tive uma vida [illegible] não posso me queixar. [illegible] cultivei pessoas poderosas e nunca tive necessidade de pedir emprego. Fui um burocrata qualquer. Mais nada".

Nos últimos anos de sua vida, mais particularmente a partir de 1980, o poeta Carlos Drummond de Andrade rompeu o silêncio a que se impusera e começou a dar entrevistas. Em 1982, ao completar 80 anos, chegou a ser entrevistado durante seis horas. Destas conversas se delineou um novo Drummond, acessível, cordial, que confessava gostar de viver, namorar, apreciar as mulheres, embora sérias, que não vivia "andando por aí dando gargalhadas pela rua como um louco". Reconhecia para si a medida [illegible] humana. Ao publicar seus livros, em grande quantidade nesta fase, passou a escrever com delicadeza os [illegible]. "uma chateação [illegible]", sentindo-se "objeto de interesse, de atenção". Gostava até de aparecer na televisão.

"Quando me param na rua para dizer que me viram na TV eu sinto meio Tarcisio [illegible]. É uma delícia".

Por dentro, considerava-se um homem alegre, que adorava as crianças e, brincava com a neta, fantasiava-se, [illegible] cobertores, [illegible] de debil mental.

O dia-a-dia era o de um homem comum. Fazia passeios [illegible], ia ao banco e ao correio. Frequentava as reuniões da ABI e da SBAT, comprava seus livros nas livrarias [illegible]. Tempo de sobra gastava lendo jornais. Era um leitor voraz [illegible] através deles, dizia, tomava consciência do mundo. Neles trabalhou, seja como redator, secretário ou revista, durante 61 anos. Fica triste quando um dono de jornal chamava o jornal de "Empresa" ("Empresa é fabrico de chouriço, de sapato, que faz tudo em série"). Considerava que um jornal é feito não só de fatos, mas de [illegible], de amor, um produto diferente a cada dia.

Acima de tudo, considerava-se um homem comum. Com modestia, dizia que sua vida transcorrera sem maiores dificuldades e também sem maiores glórias:

"Burocrata e jornalista [illegible] mesmo o que poderia aconselhar de melhor na minha vida".

Talvez não tenha sido bem assim. Durante sua longa vida aconteceu de tudo. Era criança quando houve a Grande Guerra, homem feito durante a II Guerra Mundial. No fim da vida ouvia falar da III Guerra, a definitiva. Não viveu um século facil, mas quarta um ano de bons augúrios, 1902, quando foram publicados "Os Sertões", de Euclides da Cunha, "A Republica" de Rui Barbosa, e "Canaã", de Graça Aranha. O cenário onde ele foi criado, em Itabira, Minas Gerais, ainda existe. Mas a casa em que nasceu foi destruída, como tantas outras nas cidades da região siderúrgica varrida do mapa com a instalação das siderurgicas. Ao sair de Itabira, sinto-se jovem, não mais retornou. Como que cumprindo uma sina, não ser em 1934, e assim [illegible] rapidamente: foi com o irmão José transportar os restos mortais da mãe para Belo Horizonte. O pai morrera depois e dele Drummond guardou uma curiosa recordação.

"E Com 70 e poucos anos ele foi visitar-me e verificou que o jardim da minha casa estava maltratado. Curvou-se e limpou tudo".

Não quis seguir o exemplo do pai, fazendeiro. Estudou em Belo Horizonte e em Friburgo, de onde foi expulso por divergência com um professor de Português. Mais tarde lembrou como seus estudos secundários foram tumultuados ("não esquecer lugar em nenhum dos Colégios") e se quisesse do tratamento desumano dos jesuitas em matéria de educação, naquela época.

Em compensação, teve sorte com sua formação literária. Em Belo Horizonte entrou em contato com um grupo que lhe marcou a vida: Abgar Renault, Milton Campos, Emilio Moura, Pedro Nava, João Alphonsus, Cyro dos Anjos, Gustavo Capanema, Guilhermino Cesar, Aníbal Machado, Afonso Arinos e João Pinheiro Filho. Todas as tardes eles se reuniram no Café Estrela ou na Livraria Alves.

Publicou o primeiro artigo em jornal aos 16 anos, com o título de "Vida Nova". Poucos anos depois, em 1925, já imbuído por aquele espírito de renovação nova, revolucionária, publicou em "A Revista" um artigo, de que depois se penitenciou, mas sob influência das idéias modernistas, considerando a falsa a ficção de Machado de Assis em "Brás Cubas": "Que cada um de nós faça o ínimo e ignorado sacrifício de suas predileções e queime silenciosamente os seus ídolos, quando perceber que esses ídolos e essas predileções não um entrave à obra de renovação da cultura geral...".

A sua vocação era esta mesma, a literatura. Quando o pai começou a insinuar que estava cansado de sustenta-lo, tratou de fazer um curso.

"Pensei assim: medicina, seis anos; engenharia, cinco; odontologia e farmácia, três, esta para mim. Mexer com a boca dos outros não me apraz. Na Farmácia tinha aquelles vidros cheios de anilina, vidros enormes que ficavam logo na entrada, no aparador. Achava aqui muito bonito.

E por isto cursou Farmácia. Mas nunca entrou numa Farmácia, a não ser para comprar remedio.

"Guiei logo da minha literaturazinha, do meu jornalismo.

De 1918 a 1930 chegou a usar mais de 30 pseudônimos, antes de assumir definitivamente o nome Carlos Drummond de Andrade. Entre eles, segundo um levantamento feito por Fernanda Py, estão: Alcindo Braga, Aldo Mendes, Alonso Geulart, Artur Cajazeiras, Artur L. Gomes, Barra Azul, Belmiro Borba (pseudônimo coletivo) Domingos Brandão, El Caballero Sentimental, Fernando Serpa Moreira, Gato Félix, Inocêncio Rapose, J. Dionisio Mickey, O Leitor Y. Puck...

Drummond se mudou para o Rio levado pelo amigo Gustavo Capanema, que, empossado Ministro da Educação, nomeou-o Chefe de Gabinete. Era a época em que, vencendo a timidez, atendia pessoas, participava de reuniões sociais. Mas no fundo, procurava se concentrar na poesia. Anos antes, em 1930, quando era secretario de "Minas Gerais", orgão oficial mineiro, pagou do proprio bolso a impressão do primeiro livro "Alguma Poesia". Sendo o volume impresso nas oficinas do jornal, o custo foi descontado em parcelas de seu salario. A partir dai não parou mais, tendo publicado 41 livros, 25 de poesia e 16 de prosa. Manuel Bandeira, em artigo publicado em Recife, chamou logo a atenção para "Alguma Poesia". Começava ai uma amizade que durou até a morte de Bandeira. Outra grande amizade imorredoura de Drummond foi com Mario de Andrade, que empreendeu em 1924 uma historica viagem a Minas em companhia de Oswald Andrade, Tarsila, Gofredo Teles e o escritor francês Blaise Cendrars. Drummond se correspondeu com Mario de 1924 até 1945. Mario era um critico implacavel: chegava ao detalhe de censura Drummond por sua mania de cortar as preposições("são palavras essenciais da lingua"), ensinou-lhe que a tendencia da Lingua Portuguesa é colocar o adjetivo depois do substantivo ("uma triste vida? não. Uma vida triste") e assim por diante.

"No meio do caminho tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho/uma pedra/no meio do caminho tinha uma pedra/nunca me esquecerei desse acontecimento/na vida de minhas retinas/tão fatigadas/ nunca me esquecerei/que no meio do caminho/tinha uma pedra/tinha uma pedra no meio do caminho/no meio do caminho tinha uma pedra"

Dois poemas de Drummond consolidaram sua fama nacional por caminhos transversos. Ele, que se dizia tão timido a ponto de se sentir "incapaz de atravessar uma sala cheia de gente", atraiu a atenção e até o escarnio de muita gente em 1925 com "No Meio do Caminho", publicado na primeira página da "Revista de Antropologia". Tinha apenas 22 anos. Quis, segundo disse, fazer um poema com um minimo de palavras e repetir este minimo, de modo a criar uma sensação de monotonia Melokich("No meio do caminho tinha uma pedra/Tinha uma pedra no meio do caminho/Tinha uma pedra/No meio do caminho tinha uma pedra...) para atingir o Ministro, os inimigos politicos usaram este poema e também outro, que começava assim: "Oh! Sejamos pornograficos...

Outro poema que se propagou com rapidez foi "José". Nos anos 30, um rapaz, acusado de matar um homossexual, foi julgado e absolvido; ainda no Tribunal, ao saber da sentença, declamou de cor o poema inteirinho: "E agora, jose?" a festaacabou/A luz apagou..."Na dia seguinte, toda a imprensa publicou o poema.

Drummond sempre assumiu suas idéias de esquerda, mas nunca pertences ao PC. Foi um dos diretores do jornal Comunista "Tribuna Popular". Confessou depois que o que escrevia não saia o o que saia ele não entendia. Na página literária, que ele editava, riscaram o nome de Emeida (que naquele momento não gozava de boa fama no partido).

Num dos artigos a ele, acabando por desencantar-se, demitiu-se. Cansiderou um dos grandes momentos de sua vida quando foi entrevistar Prestes na prisão. "Não era para publicar, mas para transmitir aos companheiros". Transmitiu, mas com um certo sofrimento, porque Prestes não disse o que ele queria ouvir. Ao invés de "vamos fazer a Revolução e acabar com a tirania", Prestes mandou "apoiar Getúlio". Drummond ouviu a frase com respeito.

Drummond sempre se mostrou um conhecedor profundo da Lingua Portuguesa, como assinalou Joaquim Inojosa, "um excelente seguidor de regras de Gramática, em pronomes, adjetivos e substantivos, verbos e advérbios, formação de palavras, estrutura de frase e sonoridade". Esta qualidade de grande estilista ele a exercera não só nos poemas e nos poucos contos, mas principalmente nas suas crônicas que escreveu ao longo de 61 anos.

"Fui, durante a vida toda, um cronista, um homem que registrou o cotidiano e comentava com o possível bom humor, para não aumentar a tristeza e a inquietação das pessoas".

Foi cronista de dois importantes jornais da imprensa brasileira o "Correio da Manhã" e o "Jornal do Brasil", até o dia 29 de setembro de 1984, quando se aposentou desta atividade.

Na última crônica, "Cisão", explicou que se despedia por admitir a "noção de velho consciente e alegremente". Em conversas em entrevistas, achava melancólico o fato de que quase todos os amigos e os irmãos já tinham morrido.

No último dia 5 deste mês, o poeta sofreu um duro golpe com a morte da única filha, Maria Julieta Drummond de Andrade. Mas mesmo resignado, não teve forças sequer para subir as escadarias do cemitério São João Batista. Ele nada comentou, sofreu a dor ainda de quem perdeu seu filho mais querido.

9

IMAGEM XVII

CAPA DO CADERNO ESPECIAL DE A UNIÃO EM 18 DE AGOSTO DE 1987

FONTE: Arquivo do Jornal A União

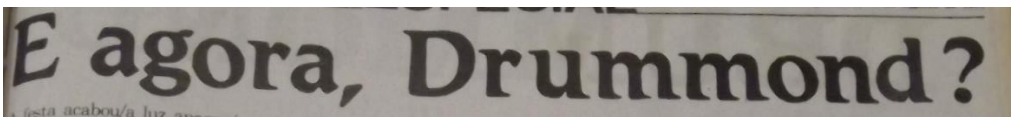


IMAGEM XVIII

DETALHE DA CAPA DO CADERNO ESPECIAL DE 18 DE AGOSTO DE 1987 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A capa do Caderno Especial de 18 de agosto de 1987 traz a manchete sobre a morte do escritor Carlos Drummond de Andrade.

Já estamos no final da década de 1980 e é válido observar que há uma permanência do gênero manchete nos seus principais aspectos, como localização – local de destaque na página, centralizado, acima dos textos – e tamanho – aumentado, destacando-se dos outros títulos da página –, por exemplo, o que nos leva a identificar um comportamento de tradição no ambiente discursivo da manchete. E não foi diferente com esta, referente à morte de Carlos Drummond de Andrade.

Outro aspecto no qual esta manchete comporta-se de forma a mostrar continuidade é quanto à ocorrência de caracteres latinos com as mesmas variações que, até então, observamos em todos os títulos principais analisados: peso máximo, ou, em outras palavras, uso do negrito, largura expandida e inclinação normal.

No que concerne ao sentido que os tipos estabelecem no discurso, não se faz uso de serifas, e os tipos são grossos – elementos que denotam força, poder e energia, características relacionadas não apenas ao fato da morte, mas, principalmente, características atribuídas ao escritor.

Não houve uso de uma linguagem cromática que estabelecesse significados no ambiente discursivo nem da página nem da manchete, a não ser que a cor preta nos tipos do título tenha sido exatamente a intenção.

Uma fotografia foi utilizada para compor-se com a manchete – imagem que foi, inclusive, duplicada, revelando o perfil de um Drummond soturno, talvez melancólico. Neste sentido, há muita coerência entre o sentido da imagem e da manchete: ambos apontam para a desolação.

ESTILO

O manejo de personas é uma ação planejada por algum ator social, no intuito de atingir determinada(s) meta(s). Para tanto, no âmbito jornalístico, por exemplo, que

é o nosso alvo de análise, é a notícia o elemento burilado a depender dos interesses, e é o leitor o manejado, de modo que a estes corresponda.

No caso do personagem morto em questão, o escritor Drummond, no entanto, não acreditamos que sua figura suscitasse, na escala editorial, quaisquer interesses mais rentáveis, diferente do que costuma ocorrer, por exemplo, quando quem morre é um político, devido a toda uma gama de poder e de outras articulações envolvendo poder e liderança.

A morte de Drummond, todavia, não deixa de promover a oportunidade para o sensacionalismo e a comoção pública – e, para tanto, a *persona* leitor poderá ser levada a inserir-se na aura de melancolia do personagem e do fato ocorrido a ele.

Iniciando essa ação, temos já o recurso de coesão que fora escolhido para construir a manchete: a anáfora *E agora, Drummond?*, com a expectativa da editoria de que seu leitor capte imediatamente toda a rede de significados que se descortina nesse título, a começar pela alusão ao poema *José*, de autoria do próprio Drummond:

JOSÉ[33]

E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, você?
você que é sem nome,
que zomba dos outros,
você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?
Está sem mulher,
está sem discurso,

[33] ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 30-32.

está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou
e agora, José? [...]

O tema do poema não é exatamente a morte (embora pareça em alguns trechos), mas o abandono, a vida sem perspectiva, a crise existencial. José está sem rumo, sem mulher, sem palavras, sem ação nenhuma diante do dinamismo do mundo. O horizonte, para ele, é a desolação. E, então, pergunta-se: e agora? O que fazer agora? Como reagir?

Ao fazer-se esse intertexto com o poema, a pergunta *E agora, Drummond?* exerce várias funções: a de remeter a manchete diretamente ao poema, buscando o conhecimento prévio do leitor, para que este possa ter compreensão imediata dela; a de sugerir que a reportagem a ser lida apresente um conteúdo se não igual ao do poema, mas, pelo menos, tão desolador quanto; a de instigar o leitor ao conhecimento de todo o texto.

No que tange à abordagem do tema necrológico, tudo está perfeitamente interligado nesta manchete. A alusão ao poema *José* foi de um resultado muito eficiente para ratificar o sentido global de perda e de desolação que se produziu, a partir do título, para a capa.

O mesmo efeito de assombro e de incredulidade verifica-se nesse questionamento: e agora? O que fazer diante da morte? São questionamentos cuidadosamente articulados para promover no leitor a sensação irreversível da perda.

10

A UNIÃO

JOÃO PESSOA - Quinta-feira, 3 de agosto de 1989

Triste Partida

Burity se encontrou, em Brasília, com C
visita do presidenciável à Paraíba d

GONZAGÃO

Chora sanfona, teu rei morreu

SERVI

Reajuste d
só dos de

O governador Tarcísio Burity ser

IMAGEM XIX

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 03 DE AGOSTO DE 1989

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

GONZAGÃO

Chora sanfona, teu rei morreu

IMAGEM XX

RECORTE DA CAPA DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1989 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A capa de 03 de agosto de 1989 traz a manchete sobre a morte do Rei do Baião, Luiz Gonzaga, o Gonzagão.

Esta não é uma manchete dominante na página, pois está dividindo espaço com uma outra de tamanho semelhante – portanto, em se tratando de hierarquia, de importância de assunto, podemos dizer que a morte de Gonzagão não ocupou totalmente o espaço da capa – mas o motivo disso não necessariamente é o desmerecimento do que diz respeito ao artista, e sim um outro fato de grande dimensão pode ter, pela própria natureza, exigido um espaço significativo na capa.

É válido observar algumas permanências já mencionadas quanto ao gênero manchete nos seus principais aspectos, como localização e tamanho – em ambos, essa manchete mostra-se uma repetição inserida no seu ambiente discursivo, apontando para uma tradição. Outro elemento que também aponta para uma tradição é o conjunto de funções que a manchete exerce: resumir a notícia, convidar à leitura, ser impactante – e não foi diferente com esta, sobre a morte de Gonzagão.

Outro fator no qual se vê um comportamento de continuidade é quanto à ocorrência de caracteres latinos com as mesmas variações que, até então, observamos em todos os títulos principais analisados: peso máximo, ou, em outras palavras, uso do negrito, largura expandida e inclinação normal.

No que concerne ao sentido que os tipos estabelecem no discurso, não se faz uso de serifas, e os tipos são grossos – elementos que denotam força, poder e energia. Há no entanto, um elemento adicional nesta capa que, no mínimo, soa curioso: o pequeno comentário, também em negrito, ao lado do rosto de Luiz Gonzaga. Não se trata de uma manchete, não é subtítulo mas surge ali como um complemento.

Não houve uso de uma linguagem cromática que estabelecesse significados no ambiente discursivo nem da página nem da manchete, a não ser que tenha havido o intuito de se usar a cor preta devido ao luto.

Utilizou-se, ainda, uma fotografia de Luiz Gonzaga para compor-se com a manchete.

ESTILO

A manchete em si deste caso em análise não oferece muitos elementos para discussão, mas o seu elemento de sequencialização, o subtítulo, sim.

O conjunto manchete + subtítulo oferece elementos capazes de apelar para o sentimentalismo do leitor, inclusive, com um dado, no mínimo, singelo e afetuoso: “Chora sanfona, teu rei morreu”.

A estilização deste discurso traz um elemento, no ambiente da manchete, que podemos considerar, pelo menos, incomum: essa função apelativa, em que um dado ator social dirige-se à sanfona e estabelece com ela esse breve contato, com verbo no modo imperativo, na segunda pessoa. Ação planejada com o intuito de comover a *persona* que vai ler essa notícia.

No que diz respeito ao recurso coesivo utilizado, temos uma catáfora, na qual já se explicita o fato: Gonzagão morreu. Mas há um dado que vale a pena elucidar: que rei? Rei de quê? Por quê?

Na verdade, o subtítulo traz à tona todo um passado de glórias de Luiz Gonzaga, em que ele tornou-se o Rei do Baião, passando a ser conhecido e tratado como tal. E, ao colocar essas palavras nesses termos, “Chora sanfona, teu rei morreu”, a editoria do jornal tem a expectativa de que esse texto seja prontamente compreendido, lançando-se mão do conhecimento prévio que o leitor possa ter acerca de Luiz Gonzaga em sua trajetória artística.

Quanto a suavizar a morte, disfarçá-la ou mesmo ignorá-la, esta manchete e seu elemento sequencializador, o subtítulo, não correspondem. Ao contrário: temos aqui a morte tratada com alguma dureza, com certa frieza e certo tom de “é o fim”. Chora, sanfona, acabou. Teu rei está morto, e nada sobrou. Não se contemporiza com relação ao tema da morte neste caso em análise. Não se ignorou que a trajetória do Rei do Baião chegara ao fim. E que chore a sanfona.

Não temos observado esse tipo de abordagem acerca da morte (simplificada, com a morte encerrada em si mesma) quando se trata de celebridades. Este caso de Luiz Gonzaga pareceu-nos um tanto atípico nesse sentido.

11

Caderno 2

A UNIÃO

João Pessoa, sábado, 10 de dezembro de 1994

E o Brasil perdeu o Tom...

* Augusto Magalhães

Editor do Caderno 2

Se para os americanos o dia 8 de dezembro já era marcado pela tristeza de ter perdido John Lennon, essa tristeza atingiu proporções incalculáveis anteontem quando, no mesmo 8 de dezembro, em Nova Yorque, o mundo inteiro viu parar um coração brasileiro. Internado desde segunda-feira passada no hospital Monte Sinai (NI) morreu na última quinta-feira de parada cardíaca, o compositor Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim o Tom Jobim.

Tom Jobim é o autor de mais de 400 composições, entre elas **Garota de Ipanema** em parceria com o amigo e poeta Vinicius de Morais. Aliás, foi justamente com **Garota de Ipanema**, em 1962, que Tom Jobim ganhou o mundo e ganhou também dois anos depois quatro prêmios "Crammy" o Oscar da música nos Estados Unidos. Mesmo morando em Nova Yorque nos últimos anos, Tom Jobim não escondia sua paixão pelo Rio de Janeiro. Foi no Rio, ontem, que o corpo do compositor foi sepultado, depois de ser velado durante todo o dia no Jardim Botânico e percorrer as principais avenidas da capital carioca em carro aberto.

O Brasil perdeu o Tom... Perdeu o tom bossanovista de Tom Jobim, perdeu o carisma e a simplicidade de um homem que nunca se importou em demonstrar publicamente sua importância. Nunca se julgou ser mais importante ou melhor do que o garçom que atendia no bar "Plataforma" no Rio de Janeiro, ou do que as pessoas com as quais cruzava pelas calçadas de Ipanema. Era esse o Tom... Era essa a tônica da vida de Tom: a simplicidade, o carinho, o amor pela vida.

Em vida, Tom Jobim, recebeu poucas homenagens. Uma delas e talvez a mais emocionante para o compositor foi o tema "Se Todos Fossem Iguais a Você", da Escola de Samba Mangueira no Carnaval de 1992. Na ocasião, do Zica e toda a legião "Mangueirense" caíram no samba ao lado de um homem especial: Tom Jobim sambou pela Sapucaí e desfilou sua alegria do alto de um carro alegórico. Com chapéu na mão e sorriso estendido nos lábios, mais uma vez foi ele quem deu o tom da festa.

Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim foi um dos criadores do movimento da Bossa Nova nas décadas de 50 e 60, ao lado de João Gilberto, Vinícius de Moraes, Chico Buarque de Holanda e tantos outros bossanovistas. Falar de **Tom** no sobre Tom neste momento de tristeza e indignação é tão difícil quanto lembrar que não vamos mais poder assistí-lo ao seu piano, a não ser nas eternas gravações de arquivo das TV's e dos vídeos.

Melhor é continuar em cena, apreciando sua música e eternizando momentos. Como ele mesmo falou um dia "Não vale sair de cena antes do jogo terminar", mesmo sabendo que o jogo agora está com um Tom a menos, mesmo sabendo que o Brasil perdeu o Tom.

Veja a repercussão da morte de Tom Jobim no Brasil e no exterior, nas páginas 4 e 6.

A DISCOGRAFIA COMPLETA DE TOM JOBIM

PÃO & CIRCO — MARCOS TAVARES

VIDA DE CÃO

TERVEJADA

INVERNADA

BÓSNIA

TORTURA

SEGURANÇA

REVEILLON

FATALIDADE

RUINDADE

ROCK

ROGETUR — Aproveite Suas Férias. Viaje!

PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS 50%

FERNANDO DE NORONHA — SAÍDAS DIÁRIAS 4 DIAS = R$ 330, 5 DIAS = R$ 360.

BUENOS AIRES — COM PREÇO DE SÃO PAULO

SUL DO BRASIL

PARIS — NATAL OU REVEILLON 7 dias R$ 1.348,

CIRCUITO MINEIRO

SHOPPING TOUR RECIFE — SAÍDA SEMANAL R$ 10,00

FORTALEZA — 01 A 04/12/94 — HOTEL NOVOTEL (4 estrelas) — PLAYCENTER RECIFE

IMAGEM XXI

CAPA DO CADERNO DE CULTURA DO JORNAL A UNIÃO EM 10 DE DEZEMBRO DE 1994

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IMAGEM XXII

DETALHE DA CAPA DO CADERNO 2 DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1994 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Esta é a manchete da capa do Caderno de Cultura, do dia 10 de dezembro de 1994, anunciando a morte do cantor e compositor Tom Jobim.

Os termos com que a manchete expressa-se são metafóricos, além de fazer um trocadilho com a palavra Tom: *o Brasil perdeu o Tom*, no sentido de ter perdido a vida em si de Tom Jobim, e *perdeu o Tom* no sentido de ter perdido o ritmo e a graça, diante dessa morte.

O título foi construído com caracteres latinos, com os tipos de maior dimensão em comparação aos outros da página (o que vimos ao longo de toda a análise do *corpus*, revelando que esse dado é um traço de permanência), variando quanto ao peso (pois estão em negrito) e à largura (mais expandidos, em comparação aos outros das demais manchetes presentes na capa). Encontra-se, ainda, normal a inclinação, ou seja, os tipos não estão em itálico.

No tocante à expressividade e aos significados denotados pelos tipos, eles expressam força por serem grotescos (sem serifas) e denotam poder e energia por terem uma largura maior, o que os torna grossos.

Não se fez uso de cores diversificadas, havendo, portanto, uma uniformidade neste particular em relação às outras manchetes da capa.

Há uma fotografia de Tom Jobim centralizada na página, compondo-se com a manchete, mas também sem qualquer traço de cores variadas.

ESTILO

Esta manchete apresenta alguns elementos que apontam permanências, como o manejo que se faz com o leitor, mediante palavras conotativas de efeito comovente, a nítida suavização que vemos ser retomada aqui no que tange ao tema da morte e, finalmente, mediante um elemento sutil, porém forte: Tom Jobim perdeu a vida, mas

não foi esse o enfoque dado pela editoria. O enfoque real foi: o Brasil perdeu Tom Jobim. Essa simples manobra eleva a imagem do personagem em questão, agregando-lhe bastante valor, pois, independente de ele ter perdido a própria vida, foi um país inteiro que ficou mais pobre sem ele, sem o seu tom, sem a sua música.

A construção da manchete em análise deu-se por catáfora, antecipando o que será lido em seguida ao longo da reportagem, provocando, assim, uma expectativa do jornal (emissor) em relação ao interlocutor, sendo este impelido a procurar mais informações sobre o que o título introduziu. Mas não podemos deixar de mencionar que há todo um jogo de palavras nessa manchete (como já mencionamos) que, para ter sentido em seu ambiente discursivo, há que se recorrer ao conhecimento prévio que o leitor possa ter acerca de Tom Jobim, de sua vida e de sua obra.

A linguagem velada desse título retoma – e muito – várias posturas cristalizadas no que concerne à relação da imprensa com a morte. Ambiente propício para manejar a *persona* leitor e o próprio personagem central do fato em questão.

Inicialmente, não há nenhum termo que anuncie claramente a morte. *O Brasil perdeu o Tom* é a dica para se chegar à mensagem exata. O título é suave, e as reticências que o finalizam dão um tom de mais suavidade ainda, não havendo uma ruptura, não havendo um encerramento abrupto diante do fim da vida de Jobim. E a imagem que se compõe com a manchete comporta-se como uma extensão disso.

CADERNO 2 CULTURA

A UNIÃO

O humor perde a sua graça

Costinha - um dos comediantes mais consagrados do país, morre no Rio de Janeiro

PROJETO BRASIL NOVO TEMPO

Secretário Cícero Lucena garante apoio à iniciativa

A Batalha da Vírgula Contra o Ponto Final, hoje, no Stª Rosa

IMAGEM XXIII

CAPA DO CADERNO DE CULTURA DO JORNAL A UNIÃO EM 16 DE SETEMBRO DE 1995

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

O humor perde a sua graça

IMAGEM XXIV

DETALHE DA CAPA DO CADERNO DE CULTURA DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1995 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

Esta é a manchete da capa do Caderno de Cultura, do dia 16 de setembro de 1995, anunciando a morte do comediante Costinha.

Essa manchete tem um tratamento muito parecido com o que se deu à manchete analisada anteriormente, acerca da morte do cantor e compositor Tom Jobim. Os termos com que a manchete expressa-se são igualmente metafóricos: *O humor perde a sua graça*.

O título foi construído com caracteres latinos, com os tipos de maior dimensão em comparação aos outros da página (elemento bastante repetido, traço evidente de permanência dessa tradição), variando quanto ao peso (pois estão em negrito) e à largura (mais expandidos, em comparação aos outros das demais manchetes presentes na capa). Encontra-se, ainda, normal a inclinação.

No que tange à expressividade e aos significados denotados pelos tipos, eles expressam força por serem grotescos (sem serifas) e denotam poder e energia por terem uma largura maior, o que os torna grossos.

Não se fez uso de cores diversificadas, havendo, portanto, uma uniformidade neste particular em relação às outras manchetes analisadas, embora haja cores nessa capa, como uma tarja verde com o título “Projeto Brasil Novo Tempo”, mas não houve cores na manchete nem em nenhuma outra parte da página referente à morte de Costinha.

Há três fotografias do humorista, ilustrando o texto todo e compondo-se com a manchete (mas também todas em preto e branco).

ESTILO

Esta manchete apresenta alguns elementos que apontam para permanências, como o manejo que se faz com o leitor em direção ao sentimentalismo, mediante palavras conotativas de efeito comovente, e a mesma suavização que observamos no tratamento dado ao anúncio da morte de Tom Jobim. Neste caso da manchete sobre a morte de Costinha, há, ainda, um dado mais delicado, que é relacionar o tema – tão lúgubre e pouco atraente – da morte com o humor. Acentuado paradoxo.

Enquanto se fez, quando da morte de Tom Jobim, um trocadilho com o nome do artista, aqui se fez também, com a palavra "graça". *O humor perde sua graça* pode apontar para o sentido de que o segmento artístico do humor acaba de perder um artista, devido à sua morte, e pode também direcionar-se para: *O humor perdeu seu nome, sua identidade*, elevando Costinha ao patamar de sinônimo do humor, de grande representante – ou representante maior – desse segmento artístico no Brasil.

Este detalhe tem efeito de estilização nesse discurso porque o conteúdo da notícia é estrategicamente articulado para ser recebido desta forma: *Costinha era o próprio sinônimo do humor*. Isto não é fato, isto é ponto de vista, um ponto de vista que o leitor já recebe subliminarmente, ao mesmo tempo em que lê a manchete (lembrando que a manchete *resume* a notícia) – um ponto de vista do ator social que está por trás da criação da manchete.

Um outro aspecto bem semelhante ao que vimos na manchete acerca de Jobim: uma manobra que ressalta a imagem do personagem de Costinha, agregando-lhe valor, uma vez que, independente de ele ter perdido a própria vida, foi o humor que o perdeu – esta é uma perda muito maior.

A catáfora está na base coesiva da construção desta manchete, antecipando o que será lido em seguida ao longo da reportagem, revelando uma expectativa do jornal (emissor) em relação ao interlocutor, sendo este impelido a procurar mais informações sobre o que o título lançou.

O modo como esse título suaviza o fato da morte também retoma a postura de aversão a ela, cristalizada na nossa sociedade. Percebamos, de início, a ausência de qualquer termo mais direto que possa dizer respeito a isso. Na verdade, temos elementos lexicais, como "humor" e "graça", bem pouco condizentes com o universo

fúnebre – mas é claro que compreendemos que este aspecto tem origem no fato de o morto ter sido um humorista.

13

A UNIÃO

1893 1995

ANO CII . Nº 183 João Pessoa, Domingo , 17 de Setembro de 1995 PREÇO R$ 1,00

MORRE MARIZ

A Paraíba perde um estadista

Sua bandeira não cairá

Maciel vem para o sepultamento

Deputados fazem sessão hoje às 9h

Maranhão não muda programa de Governo

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Nota Oficial

ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 114

João Pessoa, 16 de setembro de 1995

ARTHUR CUNHA LIMA

Secretário da Administração

IMAGEM XXV

CAPA DO JORNAL A UNIÃO EM 17 DE SETEMBRO DE 1995

FONTE: acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IMAGEM XXVI

RECORTE DA CAPA DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 1995 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A manchete da edição de 17 de setembro de 1995, “Morre Mariz”, registra a morte do governador Antônio Marques da Silva Mariz, ou, simplesmente, Mariz.

Trata-se de um título que ocupa toda a largura da página, construído com tipos imensos, caracterizando perfeitamente a natureza hierárquica da manchete principal da capa do jornal. E esta manchete, além de estar relacionada à grande foto central do governador, acompanha-se de um subtítulo e é introduzida por um verbo – mais um caso de ausência de total nominalização. E, neste caso, vale frisar: não se trata apenas de um caso de total nominalização, mas de uma ocorrência de verbo que inicia o título: Morre Mariz. O verbo, a ação de morrer ocorre antes mesmo do sujeito dela.

É o título construído com caracteres latinos, com os tipos de maior dimensão em comparação aos outros da página, variando quanto ao peso (pois estão em negrito) e à largura (bastante expandidos).

No tocante à expressividade e aos significados denotados pelos tipos no ambiente discursivo da manchete, eles são: *grotescos* (sem serifas), expressando força, *grossos*, o que aponta pra força, poder, energia, e apresentam-se totalmente *maiúsculos*, indicando título, encabeçamento.

A capa, em sua totalidade, apresenta cores diversas, mas a manchete em si é preta – o que pode ter algum significado. Já que, nessa época, meados da década de 1990, existia tecnologia que permitia o uso de cores diversas em capas de jornais, o uso do preto na manchete pode, perfeitamente, ter sido intencional, representando o luto por essa morte.

ESTILO

É preciso que se conheça bem – ou, pelo menos, razoavelmente – a atípica trajetória deste político (referimo-nos ao curto espaço temporal em que atuara como governador da Paraíba), para que se compreenda o grito e o assombro contidos nessa manchete.

Mariz, uma vez eleito, tomou posse em 1º de janeiro de 1995, mas só governou efetivamente por 5 meses, pois, em maio, já estava licenciando-se devido ao câncer que o venceria 4 meses depois, em 16 de setembro.

A estilização do discurso desta manchete maneja a *persona* do governador, em princípio, no sentido de mostrá-lo despido de grandezas e distanciamentos, características condizentes com os gestores públicos. Sim, ele era, simplesmente, Mariz, um homem simples que o povo amava – motivo pelo qual a construção do título não tem adjetivações engrandecedoras associadas ao seu nome. Ele é apenas Mariz. E isso basta.

A linha editorial, à época, conhecedora do impacto dessa morte (esta já resultado de meses de hospitalizações, manifestações religiosas da população, entre outras situações), explorou essa morte de modo sucinto, mas apelativo, com uma manchete tão curta, tão breve, mas tão significativa, capaz de resumir toda uma trajetória rumo ao poder, toda uma luta rumo a uma cura que não ocorreu e, finalmente, o lamento pela perda, registrada em tipos tão grandes que parecem gritar.

Mariz foi tratado como estadista no subtítulo, mas como homem no título. *Persona* manejada em sentido duplo.

No que diz respeito ao recurso coesivo utilizado, temos uma catáfora em “Morre Mariz”, uma vez que todo o desdobramento dessa informação será devidamente encontrado ao longo da reportagem que se descortinará.

O curioso, no entanto, é que, mesmo que estejamos diante de uma catáfora, esta manchete é tão somente uma consequência de meses de todo um Estado em alerta, acompanhando os boletins médicos do Governador, meses de peregrinações verdadeiras dos eleitores dele ao hospital em que se encontrava, para rezar por ele – e tudo isso com cobertura diária da imprensa local. Esses dados estão sendo mencionados apenas para que fique claro que a manchete tão somente fechou esse ciclo, e o leitor do jornal já tinha conhecimento prévio de todo o significado dela.

Esse título também não deixa de manejar o leitor no sentido de comovê-lo, de fazê-lo ver que terminou a luta do Governador, de encerrar um assunto que se estendeu por meses e de eliminar toda e qualquer esperança.

Reiterando-se esse tratamento que não mais suaviza o discurso para referir-se à morte, temos “Morre Mariz” – a morte crua, a despeito de todos os movimentos que

a sociedade, há séculos, vem articulando no sentido de ignorar a finitude da vida, interditando-a do nosso convívio.

Outro aspecto a ressaltar é a conclusão de surpresa a que se chega. Mas a morte não é inevitável? Sim, mas estamos tratando de uma celebridade. Retomando as palavras de Cruz (2008, p. 158): “[...] o sujeito, neste contexto, também é re-significado pela morte, uma vez que a dramaticidade da partida é ampliada pela enunciação midiática”.

Celebridades, notáveis, políticos, pessoas ricas, enfim, também morrem, mas a imprensa faz com que a partida delas costume gerar assombro, como se a morte desses seres humanos fosse mais dolorosa que a de outrem. Como se a vida deles tivesse valido mais que a de outrem.

IMAGEM XXVII

CAPA DO JORNAL A UNIÃO – EDIÇÃO DE 2 E 3 DE ABRIL DE 2005

FONTE: Arquivo do Jornal A União

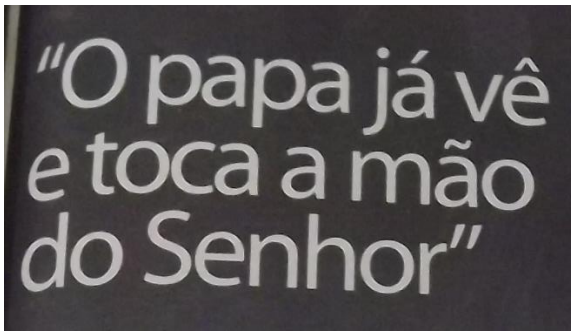


IMAGEM XXVIII

DETALHE DA CAPA DA EDIÇÃO DE 2 E 3 DE ABRIL DE 2005 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A manchete da edição de 02 e 03 de abril de 2005, “O papa já vê e toca a mão do Senhor”, registra a morte Papa João Paulo II, o 264º papa da Igreja Católica – trata-se da transcrição de uma frase do Cardeal Camillo Ruini acerca da morte do supracitado pontífice.

Este título compõe-se com uma fotografia do papa, uma imensa imagem que ocupa toda a capa da edição. E a cor dos tipos é branca – muito significativo, pois a morte de um papa (e especialmente este papa, pois João Paulo II teve uma trajetória muito marcante no tocante a apelos e outras ações em nome da paz, do perdão, etc.) tem uma aura de luz, de paz. Concretamente, pode não haver, mas, teoricamente, sim. Assim, a cor branca está condizente com essa ideia coletiva de pureza, de serenidade e suavidade.

Esta manchete constitui-se de caracteres latinos, com os tipos de maior dimensão em comparação aos outros da página, variando quanto ao peso (pois estão em negrito), com inclinação normal e com média largura. Ou seja, não foi uma manchete criada para anunciar essa morte aos ‘gritos’, e sim para informar resumidamente que o papa descansou e já se encontra ao lado de Deus.

No tocante à expressividade e aos significados denotados pelos tipos no ambiente discursivo da manchete, essas letras claras, segundo Fernandes (2006) denotam significados muito direcionados: debilidade e suavidade.

A capa, em sua totalidade, apresenta poucas cores: um fundo preto com o título e o subtítulo brancos sobrepostos ao fundo preto. O papa veste roupas brancas, e, basicamente, é esta a dualidade de cores na página: o preto e o branco. A morte e o descanso. A despedida e a paz. A saudade que ele possa deixar e a elevação dele aos céus.

ESTILO

Essa frase do Cardeal Camillo Ruini, “O papa já vê e toca a mão do Senhor”, é arrebatadora para se anunciar a morte de alguém. Trata-se de uma estilização muito sutil, no ambiente discursivo, porém consistente, por parte de quem criou a capa, com um resultado garantido. O leitor rapidamente se enternece ao ler uma informação articulada dessa forma, pois estar ao lado de Deus e já lhe tocar as mãos é um privilégio de poucos – e este dado somente confirma que o papa era mesmo um homem santo[34].

A propósito, este é o tom da manchete: de certa forma, confirmar que o “santo padre” era mesmo santo. Inclusive, para João Paulo II, a morte nem representou aquele estágio no qual, após a Baixa Idade Média, o cristão não tinha mais a garantia da salvação de sua alma. Não. Com o papa, a morte já consistiu no passaporte para a salvação, sem pressões da Igreja, sem cobranças, sem dúvidas. Acabou de morrer e já toca a mão do Senhor. Ele não precisou ser submetido à clericalização da morte, à gestão da Igreja sobre a decisão quanto à salvação ou à condenação de sua alma – pois o papa era a própria Igreja!

O leitor é manejado a não tratar essa morte como inaceitável porque, particularmente, morrer e ficar ao lado de Deus, tocando-lhe a mão...é até uma recompensa. E o tom não é de inaceitabilidade, é de naturalidade.

A manchete foi construída mediante o recurso da anáfora. Ver o Senhor e tocar-lhe a mão já remete ao desfecho em relação ao estado crítico de saúde que vinha acometendo o religioso havia meses. Essa finalização já era esperada, era uma questão apenas de tempo. E a editoria utilizou essa frase para abrir as notícias por ter a expectativa de que seu leitor compreenderia perfeitamente do que se tratava, todos os boletins médicos sobre a saúde do papa, a evolução das doenças que o vitimizaram fatalmente, entre elas, o Mal de Parkinson...tudo isso já figurava no conhecimento prévio do leitor. A manchete, então, apenas remete a isso e encerra o ciclo.

[34] Estas considerações, acerca de existir ou não santidade em um homem, não refletem nossa opinião. Trata-se aqui, tão somente, de conjecturas sob o ponto de vista da linha editorial e da persona manejada.

IMAGEM XXIX

CAPA DO CADERNO ESPECIAL – JORNAL A UNIÃO – EM 8 DE JULHO DE 2012

FONTE: Acervo da Hemeroteca da Fundação Casa de José Américo

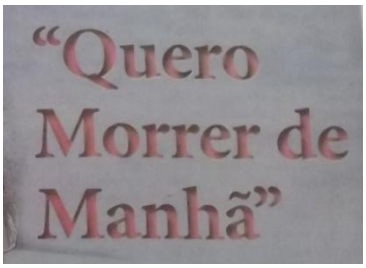


IMAGEM XXX

DETALHE DA CAPA DO CADERNO ESPECIAL DE 8 DE JULHO DE 2012 (MANCHETE)

ASPECTOS GRÁFICO-COMPOSICIONAIS

A capa do Caderno Especial de 8 de julho de 2012 traz uma manchete que rompe com a continuidade observada no emprego das palavras que a constituem: trata-se da transcrição de uma fala (ou de uma mensagem escrita) do personagem em questão, o ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, “Quero Morrer de Manhã”. Título oracional (ou seja, com presença de verbo) e em 1ª pessoa (“Quero” – eu).

A fotografia do ex-governador ocupa a capa inteira e expõe um homem sereno, revelando, nessa transcrição, como deseja morrer e – mais do que isso – revelando sua tranquilidade diante da inevitabilidade da morte.

Outro dado marcante a se observar é a cor dos tipos da manchete: vermelha. Tantos títulos sobre morte que vimos aqui tinham seus tipos pretos, mas este surge trazendo o vermelho, o que soa um tanto paradoxal, uma vez que, culturalmente, o preto está, entre nós, mais associado à morte, ao luto. Mas esta escolha parece-nos ter sentido se nos lembrarmos, buscando em nossa memória, o quão vibrante fora Ronaldo Cunha Lima enquanto homem, enquanto político, poeta, boêmio. A cor dos tipos da manchete que anuncia sua morte não teve, portanto, um significado lúgubre, e sim vibrante, quente, dinâmico.

Em se tratando dos aspectos gráficos, vemo-nos diante da permanência de caracteres latinos variando em peso (ao máximo, pois eles se encontram em negrito), largura (também expandidos, a exemplo de todas as manchetes analisadas deste *corpus*) e inclinação (normal, como identificamos em todas as outras também).

Observam-se, ainda, que, quanto à dimensão, esta manchete não tem tanto destaque: não se trata de tipos muito grandes. E, quanto à localização, ela também difere do comum: não se encontra centralizada, e sim num canto superior, do lado direito.

No que tange ao sentido que os tipos estabelecem no discurso, eles são grossos e não possuem serifas – o que denota força, poder e energia, características relacionadas à pessoa do ex-governador, mas também ao impacto de sua morte.

ESTILO

O leitor que se depara com essa capa já lê uma manchete reveladora quanto a mais uma faceta de Ronaldo Cunha Lima: ele não apenas não teme a morte e está preparado para ela, como ainda dita como deseja que isso se dê com ele. Não haverá de ter sido por acaso que essa frase fora escolhida para dar título à capa do Caderno Especial sobre a trajetória a morte desse multifacetado homem público. O leitor é, assim, conduzido a perceber que se trata de um homem que morreu, mas *não fora vencido*.

É claro, no entanto, que o fator comoção (apesar dessa imagem de homem vivo e vibrante que ele fora e de homem sereno e morto que passou a ser) não pode deixar de nortear tudo o que se descortina a partir da manchete, a começar pelo título de uma das chamadas de capa, “Tristeza”, no canto inferior esquerdo. E, ainda, o termo “faleceu”, presente no subtítulo, sequencializando a manchete, cumpre a função de eufemizar o termo “morrer”. O próprio personagem usa a palavra “morrer” de maneira mais direta e sem subterfúgios quanto à morte, mas a editoria do jornal cuida de eufemizar logo em seguida.

A manchete em letras vermelhas declara o desejo do ex-governador numa catáfora, este elemento que desperta no leitor a curiosidade de saber mais, manejando-o numa ação instigadora em direção à leitura da edição especial em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ainda parca presença dos estudos acerca das tradições discursivas no âmbito de uma realidade brasileira, principalmente paraibana, estimulou-nos a enveredar por esse caminho. Também o pessoal interesse e a natural identificação que temos com o jornal impresso levaram-nos ao desejo de desenvolver um estudo que envolvesse esse suporte.

Concretizar uma pesquisa de caráter diacrônico com base em um *corpus* que, em princípio, deveria contemplar doze décadas não foi, entretanto, totalmente possível devido ao fato de não termos conseguido acesso a peças do final do século XIX (a partir de 1893, ano de fundação do Jornal A União) até meados da década de 1920, uma vez que tais peças já tinham se perdido dos acervos, por maus tratos, armazenamento inadequado, falta de consciência e cuidado com a memória do Estado por parte dos governantes, falta de sensibilidade e cuidado também por parte dos funcionários dos acervos e dos visitantes. Estes são os motivos pelos quais nosso *corpus*, que, inicialmente, tinha a proposta de cobrir doze décadas, não chegou a tanto.

O que se conseguiu encontrar em condições razoáveis de conservação foi fotografado com câmera digital e transferido para o computador, não tendo sido feito com as imagens nenhum tratamento de “limpeza”, usando-se programas do tipo *photoshop*, por exemplo. No máximo, cortou-se cada imagem, preservando-se as margens originais.

Iniciamos, então, nossa pesquisa, no Capítulo I, definindo uma questão que consideramos fundamental: não incorrer na dúvida terminológica tão comum que identificamos quando se trata de gêneros *textuais* ou *discursivos*. Nossa linha de trabalho definiu-se, então, pela perspectiva ancorada em Bronckart (*op. cit*.), considerando que os gêneros são *textuais*. Na sequência, abordamos as Tradições Discursivas e, para tal, iniciamos com um paralelo sobre Sincronia e Diacronia, a partir das teorias de Saussure (1995) e Coseriu (1979), para, em seguida, conceituar TDs e discutir o aspecto da mudança linguística, baseando-nos em Coseriu (1979; 2004), Kabatek (2004) e Patriota (2009), entre outros. Discutiu-se, na sequência, a questão de ser a capa de jornal um gênero – ou não, tendo sido aqui tratada como gênero, não

ignorando, no entanto, o posicionamento de Marcuschi (2003) quanto a considerar o jornal um suporte. Na verdade, não questionamos, em nenhum aspecto, se o jornal consiste – ou não – em um suporte, pois nosso foco não é o jornal em sua totalidade, e sim a capa. Compreendemos, todavia, que o que o supracitado autor teoriza sobre o jornal (considerando-o um *locus* de fixação para diversos gêneros), refere-se a ele globalmente, quando nosso foco (como já mencionamos) é, especificamente, a capa.

Finalizando este capítulo, desenvolvemos um estudo acerca da manchete jornalística, destacando, inclusive, a questão crucial, definindo-a como gênero – um gênero inserido em outro (*gênero manchete* inserido no *gênero capa*).

O Capítulo II trouxe as considerações acerca do Estilo, delimitando-se, de pronto, que a abordagem em questão aqui seria quanto a estilo discursivo.

Uma vez esclarecido este ponto, partiu-se para a primeira das três abordagens estilísticas que seriam realizadas quando da análise do *corpus*: a teoria do manejo de *personas*, de Coupland (2001), para quem as *personas*, no discurso, são manejadas, estilizando-se o discurso a partir de ações articuladas por um ator social, um eu (um "self"), com o objetivo de se atingirem certas metas.

O segundo aspecto de estilização discursiva que exploramos foi a escolha por uma manchete construída mediante o recurso da anáfora ou da catáfora, também um instrumento de manejo, de manipulação do efeito que a informação pode ter no interlocutor.

A morte, o terceiro elemento, é um tema que, no âmbito jornalístico, também é um foco de manejos, de maniqueísmos, estando a notícia na construção dessa manipulação, e o leitor, no alvo dela.

Esta temática, presente em todas as manchetes, teve seu percurso histórico-social registrado e discutido, destacando-se os tabus e as representações em torno da finitude da vida que se foram construindo ao longo de séculos, e também como se pauta a mesma temática no cenário jornalístico, inserindo-se questões como as formas de se explorar a morte de outrem para vender mais jornais, manipulando-se a notícia, fazendo-se manobras com a figura do morto, de modo a conseguir do leitor a interpretação planejada, esperada pela editoria do jornal.

No Capítulo III, realizou-se um levantamento histórico acerca do jornal impresso no Brasil, discutindo-se sua importância e seu impacto social. Em seguida, uma abordagem acerca da evolução tecnológica em várias fases do jornal impresso, seguida de um estudo composicional no tocante ao gênero *capa de jornal* e, na sequência, uma retomada histórica da trajetória do Jornal A União, este a fonte do nosso *corpus*.

No Capítulo IV, a análise do *corpus*, 15 manchetes de tema necrológico.

Uma expectativa que tínhamos era de que fosse plenamente possível cumprir a hipótese de analisar a manchete jornalística em toda a sua amplitude, enquanto o gênero que ela constitui. A prática, no entanto, revelou facetas das manchetes que, se não impossibilitaram, ao menos, reduziram o potencial de análise delas, especialmente, as das décadas de 1920 e 1930, uma vez que se trata de títulos nominalizados e tão concisos que muito pouco revelam, tendo sido necessário ampliar a observação em direção ao subtítulo – este, sim, dando-nos elementos complementares e, por vezes, decisivos às nossas conclusões.

A partir da década de 1940, percebe-se uma concreta modificação na composição dos títulos, que passaram a ser construídos por verbos, além de, muitas vezes, dispensar o subtítulo, passando eles mesmos a dar conta de resumir as ideias da notícia a contento, a ponto de fornecer-nos elementos vários para a nossa análise.

Pudemos constatar que a manchete consiste, sim, numa tradição discursiva, dadas as permanências que se demonstraram ao longo da análise, a saber:

No aspecto gráfico-composicional, ela guarda muito de sua construção e de suas funções:

- O uso de letras maiores para destacar e hierarquizar determinada matéria é um elemento que se mantém.
- A estratégia de inserir a manchete num lugar privilegiado na página, como o centro ou o alto, é um outro dado de permanência.
- O uso constante do negrito nas manchetes principais também é um ponto sem alteração.
- A existência do subtítulo, como elemento extensivo ao título, complementando-o.

- As funções de resumir a notícia e provocar a leitura do texto que segue.
- A relação de sentido com o texto ao qual ela se refere, não podendo haver discrepância quanto a isso, motivo pelo qual pudemos recorrer ao texto várias vezes para complementar alguma informação, quando a manchete se mostrava concisa demais.

O uso das cores, por outro lado, é um dado que aponta para mudanças. Não que as manchetes, hoje em dia, ocorram sempre em cores as mais variadas, mas é fato que esse recurso, devido a condições tecnológicas que vão se transformando – e aperfeiçoando-se – ao longo do tempo, provocou alguma mudança, fazendo com que seja fácil encontrar, hoje em dia, uma manchete na cor vermelha, o que não ocorreria seis décadas atrás.

O uso de imagens associadas às manchetes também aponta para mudanças. Quanto mais recente for a capa do jornal, maior a ocorrência de manchete principal associada a uma imagem, situação que, também devido a questões tecnológicas, não ocorria de forma alguma no final do século XIX, ou ocorria raramente – pelo mesmo motivo – até meados do século XX.

No entanto, embora tenhamos apontado estas mudanças, compreendemos que os aspectos gráfico-composicionais em que identificamos permanências estão relacionados ao que há de formador do gênero manchete, ao que está em sua base: seu conceito e suas funções.

Na perspectiva estilística abordada, a manchete também mostrou traços de permanências, apontando igualmente para nosso entendimento de que se trata de uma tradição discursiva, uma vez que a linha editorial do jornal continua sendo aquele ator que estiliza seu discurso em prol de manipulações, manejando *personas* e situações as mais diversas, em nome dos próprios interesses. Não nos pareceu que este dado seja diferente hoje em relação aos registros que temos nas capas de décadas anteriores.

O uso dos recursos de coesão anáfora e catáfora continuam figurando nas manchetes, num traço consistente de permanência. Permanente também é o papel que a anáfora e a catáfora exercem, no ambiente discursivo da manchete, de elementos de manipulação do discurso, na perspectiva estilística analisada.

O tratamento que a imprensa dispensa à morte é que apontou para as mudanças mais sensíveis que detectamos na nossa análise, mas não no que se refere a usar a morte e aproveitar-se da situação, para, de modo sensacionalista, comover o leitor e lucrar com isso. Não neste sentido – neste particular, acreditamos que nada mudou – mais uma permanência.

Sentimos mudança, sim, na forma não mais velada com que a morte é relatada e com que se atribui título às notícias. Das metáforas adjetivadas do passado em manchetes preferencialmente nominalizadas, chegamos a títulos construídos mediante verbos, e agora explicitando-se termos como “morte”, “morreu”. A morte informada de modo breve, frio, sem meias palavras. A imprensa sempre “vendeu” a morte, mas fazendo uso de uma linguagem que atendia aos tabus que foram sendo construídos em torno dela, ou seja, uma linguagem “suave”. Não mais. Este é um traço evidente de mudança.

Assim, podemos concluir que, sob o ponto de vista do maniqueísmo com o uso da notícia, quando o tema é a morte, há traços de permanência – portanto, neste particular, há uma tradição no âmbito do discurso. No entanto, em se tratando da quebra do tabu ao referir-se à morte, ao traduzir-se isso em palavras, na forma da manchete, há mudanças consistentes.

Temos, finalmente, a expectativa de que estas considerações não sejam, de fato, finais, sendo possível, assim, que nossas análises e discussões tenham continuidade mediante novos estudos, de modo que a investigação seja sempre um convite a novas descobertas. Esperamos, no entanto, que as ideias que esta pesquisa trouxe possam contribuir de algum modo no cenário acadêmico, no que tange aos estudos acerca de Tradições Discursivas, Gêneros Textuais e Gêneros Textuais Jornalísticos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. ***Oh, meu Deus!*** **Manchetes e singularidades na matriz jornalística melodramática.** ECO-PÓS- v.10, n.2, julho-dezembro 2007, pp. 113-127. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/indez.php/revista/article/view/87. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: Imprensa e Vida**. 2. ed. Revista e Atualizada 1826 a 1986 – Jornalismo Impresso. João Pessoa: Grafset, 1986, p. 41.

BACELAR, Jorge. **A Letra**: Comunicação e Expressão. Série Estudos em Comunicação. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 1998.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta** – língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **Dramática da língua portuguesa** – tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. História da Imprensa Brasileira. Vol. 1. 4 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Marialva. **A morte imaginada**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca573.pdf. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

BARROS, Diana Pessoa de. **A Comunicação Humana**. In: FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à Linguística I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2011, p. 25-53.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. DIONÍSIO. Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (Orgs.). Tradução de Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BELLATO, Roseney; CARVALHO, Emília Campos de. **O jogo existencial e a ritualização da morte**. Revista Latino-am Enfermagem 2005 janeiro-fevereiro; 13(1):99-104. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421842016. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Ensino de Língua Portuguesa e contextos teórico-metodológicos**. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). Gêneros Textuais & Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 40 – 41.

BONINI, Adair. **As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do 'Projeto Gêneros do Jornal'**. In: BRAGA, Sandro et al (Orgs.). Ciências da Linguagem: avaliando o percurso, abrindo caminhos. Coleção Linguagens. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 21-45.

_____. **Os gêneros do jornal**: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? In: Linguagem em (Dis) curso, Tubarão, v. 4, nº 1, p. 205 – 231, julho/dezembro 2003. Disponível em: www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/263. Acesso em 10 de março de 2014.

BRITTO, Fabiano de Lemos. **As teorias pedagógicas de Wilhelm von Humboldt na historiografia da educação alemã**. Disponível em: www.anped.org.br/GT02 - 6240 - - Int.pd. Acesso em: 29 de setembro de 2013.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos** – Por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: Educ, 2003.

CAMPOS, Gabriela Pini Borges; CINTRA, Tatieli Luvizoto; FERREIRA, Vivian Soares. **Os Gêneros do discurso jornalístico da primeira página – o caso do jornal impresso**: O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rel/article/download/406/3088. Acesso em 10 de março de 2014.

CAPUTO, Rodrigo Feliciano. **O homem e suas representações sobre a morte e o morrer**: um percurso histórico. Revista Multidisciplinar da UNIESP Saber Acadêmico, nº 06 – Dez. 2008. Disponível em: http://www.uniesp.edu.br/revista/revista6/pdf/8.pdf. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. Petrópolis: Vozes, 2008. 16 ed.

CERQUEIRA, Antônio Aílton Ferreira de. **A representação da morte nas capas das revistas semanais *Veja* e *Isto É*.** Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2010/1328. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 249 – 251.

CORACINI, Maria José R. Faria. **O título**: uma unidade subjetiva (caracterização e aprendizagem), 1989, p. 235 – 254. Disponível em: www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/3710/3151. Acesso em 09 de dezembro de 2013.

CORTEZ, Suzana Leite. **Estilo e construção do ponto de vista em textos da mídia escrita**. Revista Comunicação Midiática, v. 6, n. 2, p. 90-109, maio/agosto de 2011. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3990048.pdf. Acesso em 30 de novembro de 2014.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, Diacronia e História** – O problema da mudança linguística. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. **Lições de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

COUPLAND, Nikolas. **Language, situation, and the relational self: theorizing dialect-style in sociolinguistics**. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (editors). Style and Sociolinguistic Variation. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 185-210.

CUNHA, Diogo da Silva. **Manchetes, títulos e suas formas de expressão**: uma pesquisa histórica pelos uivos impressos, idiotas da objetividade e outros modos de ver. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://literaturaexpandida.files.wordpress.com/2011/09/juntos.pdf. Acesso em 15 de março de 2014.

CRUZ, Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira. **Morro, logo existo**: a morte como acontecimento jornalístico. Estudos em Jornalismo e Mídia. Ano V - n. 1. pp. 149 – 159 – janeiro/junho 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984- 6924.2008v5n1p149. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. **Design de Jornais**: projeto gráfico, diagramação e seus elementos. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/damasceno-patricia-2013-design-jornais.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2013.

DOMINGUEZ, Michelle Gomes Alonso. **Tradições Discursivas**: interseções linguístico-discursivas em contos angolanos contemporâneos. Rio de Janeiro: IDIOMA, vol. 23, 1º Sem. 2013, p. 80 – 100. Disponível em: http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/23/Idioma23_a07.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2013.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo** – Redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática. Série Fundamentos, vol. 66. 1991.

FARACO, Carlos Alberto. **Os gêneros do discurso**. In: Linguagem e Diálogo – as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2006, p. 108 – 118.

FERNANDES, David. **Alltype** – informação, cognição e estética no discurso tipográfico. João Pessoa: Editora da UFPB / EDUFRN, 2006.

FERNANDES, Maria José da Silva. **A catáfora nos títulos de textos jornalísticos**. Revista Domínios de Linguagem. Vol. 8, n. 1 – jan./jun. 2014, p. 602-620. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem. Acesso em 17 de setembro de 2014.

FLORES, Teresa Mendes. **Agir com Palavras**: A Teoria dos Atos de Linguagem de John Austin. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: http://www.bocc.ubi/pt/pag/flores-teresa-agir-com-palavras.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

FREIRE, Eduardo Nunes. **O design no jornal impresso diário**. Do tipográfico ao digital. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 291 – 310, dez. 2009. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/galáxia/article/view/2658/0. Acesso em: 09 de dezembro de 2013.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia:Press, 2009, p. 22 – 30.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Cristiano; MAIA, Marta R. **Da prensa à imprensa na região dos Inconfidentes**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia – UFOP – Ouro Preto – Minas Gerais. 30 de maio a 1º de junho de 2013. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/da-prensa-a-imprensa-na-regiao-dos-inconfidentes. Acesso em 10 de julho de 2014.

GOMES, Valéria Severina. **História do Editorial Jornalístico em Pernambuco**: aspectos formais e funcionais desta tradição discursiva. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee; LOPES, Célia (Orgs.). Sincronía y Diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica. Iberoamericana – Vervuert, 2006, p. 83 – 99.

_____. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos**: da forma ao sentido. Recife, 2007. Disponível em: http://www.pgletras.com.br/2007/teses/tese-valeria-gomes.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2013.

GRADIM, Anabela. **Títulos**. In: Manual de Jornalismo. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2000. Disponível em: bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela. Acesso em: 12 de março de 2014.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 2007.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

KABATEK, Johannes. **Sobre a historicidade de textos**. Trad. José da Silva Simões. Disponível em: dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/traducao2004.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2013.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Coesão Textual**. Coleção Repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Tradições discursivas e mudança linguística**. Disponível em: www.uni-tuebingen.de/kabatek/discurso/itaparica.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2010.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986.

LEFEBVRE, Claire. **As noções de estilo**. In: BAGNO, Marcos (Org.). Norma Linguística. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 203-236.

LEROY, Maurice. **Humboldt**. In: As Grandes Correntes da Linguística Moderna. São Paulo: Cultrix, p. 49 – 53. 1987.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. **Aquisição de Tradições Discursivas**: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. Disponível em: www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/Gpel/Artigos/Longhin-Thomazi_-_Aquisicao_de_tradicoes_discursivas.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2013.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Tradição textual e mudança linguística**: aplicação metodológica em cartas de sincronias passadas. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística textual da correspondência de Luís Câmara Cascudo e Mário de Andrade – 1924 a 1944. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2012, v. 1, p. 17 – 54.

_____. **Tradição Discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro**: definindo perfis comportamentais no início do século XX. São Paulo: Alfa, vol. 55 (2), 2011, p. 361 – 392. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/alfa/v55n2/02.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2013.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Jornal Laboratório** – Do exercício escolar ao compromisso com o público leitor. Coleção novas buscas em comunicação. Vol. 32. São Paulo: Summus, 1989, p. 40 – 47.

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. **Fundamentos éticos da esfera discursiva da imprensa no Brasil**: um jogo de epígrafes e memórias. Trabalhos de Linguística Aplicada, Campinas, 50 (vol. 1): 27 – 43, Jan./Jun. 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tla/v50n1/a02v50n1.pdf. Acesso em 30 de junho de 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA; Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros Textuais & Ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. In: Hipertexto e gêneros digitais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. P. 13 – 68.

_____. **A questão do suporte dos gêneros textuais.** In: DLCV – Língua, Linguística e Literatura, vol. 1. João Pessoa: Idéia, 2003.

MARTINS, Eduardo. **A União – Jornal e História da Paraíba**: sua evolução gráfica e editorial. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1977.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica** – ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.p 8 – 26.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros Jornalísticos**: repensando a questão. Revista SymposiuM, ano 5, nº 1, janeiro – junho de 2001, p. 45 – 55. Disponível em: www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF. Acesso em 10 de março de 2014.

MENESES, Mozart Vergeti. **Republicanos da Ordem e das Flores**. In: CORREIA NETO, Alarico; PONTES, Juca (Orgs.). A União 120 anos: uma viagem no tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 63-77.

MOUNIN, Georges. **História da Linguística** – das origens ao século XX. Porto: Humanitas, 1970. p. 190 – 196.

MOURA, Fernando. **Jornal de Hontem** – A União e as curvas do tempo. João Pessoa: A União Editora, 2012.

MÜLLER, Carlos Alves. **Imprensa brasileira: história e legislação** – possibilidades e desafios das fontes documentais. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, volume 80, nº 196, p. 576 – 586, set/dez. 1999. Disponível em: rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/176/175. Acesso em 12 de julho de 2014.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. Coleção Comunicação. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 116 – 121.

NORMANHA, Mariana Abrão. **Kant, Humboldt e as bases conceituais da filosofia da linguagem**. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CTCH/Fil/Mariana%20Abr%E3o%20Normanha.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2013.

NETO, Alarico Correia; PONTES, Juca (Orgs.). **A União 120 anos** – Uma viagem no tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

NUNES, Fabiana Glória Costa. **A Evolução da Edição Gráfica**. Soletras, ano X, nº 19, jan./jun. 2010. Suplemento 45. São Gonçalo: UERJ, 2010. Disponível em: www.filologia.org.br/soletras/19supl/04.pdf - Acesso em 08 de junho de 2014.

NUNES, Letícia. **180 anos da legislação de imprensa no Brasil**. 1996. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/manchetes_004.htm. Acesso em 26 de maio de 2014.

OLIVEIRA, Alessandro Mathias de. **O projeto gráfico como elemento de construção da identidade do jornal**: um estudo do Diário de Santa Maria. 2007. Disponível em: http://lapecjor.files.wordpress.com/2011/04/microsoft-word-alessandro_tfg1.pdf. Acesso em: 15 de março de 2014.

OLIVEIRA, Madalena. **Olhando a morte dos outros**. Disponível em: http://www.bocc.uff.br/pag/oliveira-madalena-olhando-morte-outros.pdf. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

PATRIOTA, Luciene Maria. **As tradições discursivas**: gênese e definição. Revista Encontros de Vista. 6. ed., 2009, p. 21–29. Disponível em: www.encontrosdevista.com.br/Artigos/AS_TRADICOES_DISCURSIVAS_GENESE_E_DEFINICAO.pdf. Acesso em 24 de abril de 2013.

PELLIM, Tiago. **Análise textual de títulos jornalísticos**: um estudo comparativo entre as seções de ciência e esporte. Revista Vertentes, Outubro de 2009. Disponível em: www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/Vertentes34/Tiago%20Pellim.pdf. Acesso em 12 de março de 2014.

PENNA, Maria Angélica de Oliveira. **Estilo e ethos prévio em peças publicitárias da Coca-cola Brasil**: estratégias para seduzir o consumidor verde. Campinas, 2011. Disponível em: www. bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000789025&fd=y. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

PESSOA, Marlos de Barros. **O primeiro número do Diário de Pernambuco**: tradições discursivas e gramática. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee; LOPES, Célia (Orgs.). Sincronía y Diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica. Iberoamericana – Vervuert, 2006, p. 83 – 99.

_____. **Transformação da Tradição Discursiva "Requerimento"**: séculos XVIII e XX. Revista Encontros de Vista, 3. ed. ISSN 1983 – 828X. p. 17 – 29. Disponível em:

PINTO, Mílton José. **Comunicação e Discurso**. Coleção Comunicação. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002, p. 93 – 99.

PONTES, Natália Gilvaz. **As estratégias de indeterminação do sujeito**: tradição textual e mudança linguística. 2008. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/PontesNG.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2013.

RANGEL, Michelle Martins de Mattos. **Multimodalidade e construção de identidade social em manchetes jornalísticas**. Cadernos do CNLF, vol. XIV, nº 2, t. 2. Disponível em: www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1166-1173.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

REZENDE, Renato Cabral. **Estilo Sociolinguístico como recurso de construção de *personas* sociais**: um exercício de análise do conto "Começo", de Rubem Fonseca. Via Litterae, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 119 – 137, julho – dezembro de 2009. Disponível em: www2.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/volume_revista/vl_v1_n1/7-REZENDE_Renato_Estilo_sociolinguistico_em_Rubem_Fonseca.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

RODRIGUES, Gonzaga. **Leitura contextual do surgimento de A União**. In: CORREIA NETO, Alarico; PONTES, Juca (Orgs.). A União 120 anos: uma viagem no tempo. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 19-52.

ROJO, Roxane. **Gêneros do Discurso e Gêneros Textuais**: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). Gêneros – teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184 – 207.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, Micael. **A mídia e a construção do biográfico**: o sensacionalismo da morte em cena. Tempo Social, Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 12(1): 201-218, maio de 2000. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12326. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

SANDOVAL, Márcio. **A tipografia no Brasil** – parte II (António Isidoro da Fonseca). 2010. Disponível em: http://sterlingnumismatic.blogspot.com.br/2010/08/tipografia-no-brasil-parte-ii.html. Acesso em 11 de julho de 2014.

SANTANA, Fabíola de Jesus Soares. **A tradição discursiva Epitáfio em lápides tumulares do século XIX**. São Gonçalo: SOLETRAS, ano VIII, vol. 15. UERJ, 2008. p. 90 – 100. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4837. Acesso em: 18 de julho de 2013.

SANTOS, Helio de Sant'Anna dos; BITTENCOURT, Terezinha Maria da Fonseca Passos. **Eugenio Coseriu:** aspectos de uma linguística do sentido. Disponível em: http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/3732/2969. Acesso em 04 de novembro de 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.

SEGATTO, Antonio Ianni. **Sobre pensamento e linguagem** – Wilhelm Von Humboldt. Trans/Form/Ação, São Paulo, vol. 32 (1), 2009, p. 193 – 198. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/1002/903. Acesso em: 18 de julho de 2013.

SEVERO, Cristine Gorski. **Sobre o apagamento de Humboldt das teorias linguísticas modernas**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica, p. 1 – 10. Faculdade de Educação, Ciências e Letras Don Domênico. Disponível em: www.faculdadedondomenico.edu.br. Acesso em 29 de setembro de 2013.

SILVA, Maria da Conceição Hélio. **A questão da mudança linguística na perspectiva coseriana**. Disponível em: www.prohpor.ufba.br/coseriana.doc. Acesso em 02 de agosto de 2012.

SILVA, Suelen Sales da. **O percurso sócio-histórico de uma tradição discursiva**: da carta ao editorial. 2011. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/SilvaSS.pdf. Acesso em 22 de julho de 2013.

SIMÕES, José da Silva. **Mudança Linguística e Gêneros Textuais**: Análise Diacrônica de Tradições Discursivas. Projeto Para a História do Português Paulista, 2009. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/89_Jose_SS.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 4. ed. 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Porto, 2001. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

SOUSA, Maria Clara Paixão de. **Linguística Histórica**. Introdução às Ciências da Linguagem: Linguagem, História e Conhecimento. Disponível em: www.tycho.iel.unicamp.br/static/papers/files/PAIXAODESOUZA_MC-2006a.pdf - Acesso em 08 de março de 2014.

SOUZA, Mirella Bravo de. **A Morte Esperada**. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacional. Acesso em 09 de fevereiro de 2014.

SYLLA, Bernhard Josef. **Será que a linguagem determina a cultura?** As posições de Humboldt e Cassirer em torno desta questão. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/congresso_culturas/text_sylla. Acesso em 18 de julho de 2013.

TIMÓTEO, Vanderlei Oliveira. **A notícia da morte na capa do jornal**: um estudo da midiatização da morte na notícia sobre mortos que é a capa do jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_TimoteoVO_1.pdf. Acesso em 16 de fevereiro de 2014.

TRAVASSOS, Tarcísia. **Aspectos funcionais e organizacionais do gênero Capa de Jornal**. Revista Encontros de Vista – 8. ed. . 104. Disponível em: http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/10_Tarcisia_Travassos-Aspectos_funcionais_organizacionais_do_genero_capa_de_jornal.pdf - Acesso em 09 de dezembro de 2013.

_____. **A Transformação Histórica do Gênero Capa de Jornal**. Disponível em: http://www.pgletras.com.br/2010/teses/Tese_Tarcisia_Travassos.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume I – Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

ZAVAM, Aurea Suely. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornal. Fortaleza, 2009. Disponível em: www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/3600/1/2009_tese_ASZAVAM.pdf. Acesso em 22 de julho de 2013.